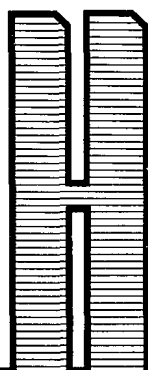


ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I — SUPLEMENTO AO Nº 51

QUARTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1987

BRASÍLIA — DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE
Sugestões Apresentadas

BRASÍLIA — 1987



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I — AO SUPLEMENTO Nº 051

QUARTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1987

BRASÍLIA — DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUGESTÕES APRESENTADAS

ADEMIR ANDRADE — Sugere que a tortura seja considerada crime inafiançável, imprescritível e inanistiável. Nº 906-7

ADHEMAR DE BARROS FILHO — Sugere anistia aos autores de crimes políticos ou conexos; aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, aos servidores civis ou empregadores, incluindo ex-militares expulsos, demitidos, incapacitados física e mentalmente, excluídos, licenciados ou dispensados por motivos políticos. Nº 100-7

Sugere amparo legal aos deficientes físicos, objetivando sua integração à sociedade, especialmente quanto à abertura de possibilidades de empregos, regulamentação do trabalho, aquisição de veículos especiais e casa própria, à proteção previdenciária, ao ensino público e gratuito. Nº 101-5

Sugere eleição pelo Congresso Nacional, pelas Assembleias Legislativas e

Câmara Municipais, por 2/3 (dois terços) de seus representantes, dos Ministros do Tribunal de Contas da União, Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Juizes dos Tribunais de Contas dos Municípios. Nº 102-3

Sugere constituam monopólio da União a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o transporte marítimo e em dutos, do petróleo, seus derivados e gás natural, vedada à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação. Nº 103-1

Sugere que a criação de tributos destinados exclusivamente ao custeio de investimentos e despesas das regiões metropolitanas seja disposta por lei complementar, que trate das normas gerais de Direito Tributário. Nº 104-1

Sugere norma que assegure aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos e a

dispensa de constar em documentos de identidade a filiação do titular. Nº 652-1

Sugere norma que assegure a livre associação profissional ou sindical quando se tratar de servidor público federal, estadual ou municipal. Nº 653-0

Sugere normas que assegurem o direito de greve sem restrições e o livre sindicalismo, sem limitações. Nº 654-8

Sugere normas que permitam ao Estado, por motivo de segurança nacional, intervir em determinadas indústrias ou atividades, em caráter obrigatório nas de informática, de diagnóstico de saúde e naquelas em que o setor privado não for eficaz para organizá-las. Nº 655-6

Sugere seja estabelecido serem eleitores os brasileiros que, à data da eleição contem 18 anos ou mais, e que sejam

facultativos o alistamento e o voto. Nº 656-4

Sugere norma que estabeleça serem eleitores os brasileiros que, à data da eleição, contem 16 anos ou mais. Nº 657-2

ADYLSO MOTA e outros — Sugere a proibição da expedição do decreto-lei. Nº 154-6

Sugere a criação de normas de incentivos fiscais para a geração de empregos e o desenvolvimento das regiões pobres e faixas de fronteiras. Nº 159-7

ADYLSO MOTA — Sugere duração para o mandato do atual Presidente da República. Nº 199-6

Sugere a extinção dos Territórios e a sua transformação em Estados independentes, e a reanexação de Fernando de Noronha e Pernambuco. Nº 230-5

Sugere eleições para Governador e Vice-Governador do Distrito Federal pelo voto direto e secreto. Nº 231-3

ADYLSO MOTA e outros — Sugere a subordinação das Polícias Militares à autoridade dos Estados; atribui competência à União para legislar sobre a organização, o efetivo, a instrução complementar, garantia, condições gerais de convocação, inclusive mobilização, das Polícias Militares. Nº 412-0

ADYLSO MOTA — Sugere nova sistemática para a aplicação do decurso de prazo e do decreto-lei. Nº 413-8

AGASSIZ ALMEIDA e JORGE QUEJED — Sugere normas que suprimam as restrições contidas no art. 4º da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985 e que sejam restabelecidos os direitos abrangidos em anistias anteriores e que foram revogados pelo Decreto-lei nº 864, de 12 de setembro de 1969. Nº 552-5

AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA — Sugere normas concernentes aos direitos políticos do cidadão brasileiro. Nº 219-4

Sugere normas reguladoras da doação de órgãos vitais do corpo humano. Nº 391-3

Sugere norma instituidora do direito à opção pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo. Nº 411-1

Sugere normas que estabeleçam princípios e normas para o ensino superior ministrado em estabelecimentos das redes oficial e privada. Nº 553-3

ALDO ARANTES — Sugere que, na salvaguarda de sua independência e soberania, o Brasil não admita nenhuma ingerência externa em sua economia, política, orientação e produção cultural. Indica, também, princípios que rejam as relações internacionais do Brasil. Nº 698-0

ALEXANDRE COSTA — Sugere sejam anistiados até a data de instalação da Constituinte, todos os punidos por motivação política, ainda que já contemplados parcialmente por dispositivos constitucionais anteriores, sendo-lhes assegurada a reintegração em todos os seus direitos. Nº 554-1

ALOYSIO CHAVES — Sugere seja a conferência da Justiça do Trabalho, ampliada aos empregados da administração pública direta e indireta, e fixada para os casos de cumprimento de sentenças coletivas, e determina outras providências. Nº 660-2

Sugere norma para execução do Plano de Valorização da Amazônia, cabendo à União aplicar, durante 20 anos consecutivos, cinco por cento de sua renda tributária, e que a alocação dos recursos seja feita diretamente à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Nº 661-1

Sugere seja vedado ao juiz exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo em cargo de magistério de nível médio ou superior, público ou particular, e nos casos previstos nesta Constituição, sob pena de perda do cargo judiciário. Nº 662-9

Sugere que o Ministério Público Federal tenha por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Nº 663-7

Sugere não perder o mandato o Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado, Chefe de Missão Diplomática, Governador do Distrito Federal, Governador de Território, Secretário de Estado e Prefeito de Capital, ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares. Nº 664-5

Sugere que os Estados possam ser incorporados entre si, subdivididos ou desmembrados para se anexarem a outros ou formarem novos Estados ou Territórios, mediante lei complementar precedida de plebiscito entre as populações diretamente interessadas. Nº 665-3

Sugere competir ao Supremo Tribunal Federal: "a representação por inconstitucionalidade, a que se refere a alínea I do inciso I deste artigo, não poderá ser recusada pelo Procurador-Geral da República, quando solicitada por Chefe de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados, ou pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em consequência de deliberação tomada por maioria de dois terços de seus membros. Nº 666-1

Sugere serem intangíveis os valores da pessoa humana e seus direitos fundamentais, devendo o Estado respeitar e proteger a intimidade do indivíduo e de sua família, seu nome e sua imagem. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas, sendo punido pela lei o preconceito de raça. Nº 667-0

ALVARO VALLE — Sugere que se libere o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e determina outras providências. Nº 349-2

Sugere que se assegure ao professor aposentadoria após 30 (trinta) anos de

efetivo exercício, e à professora após 25 (vinte e cinco) anos, na forma que estabelece. Nº 350-6

Sugere a proibição de nomeação para a Administração direta ou indireta da União, Estados ou Municípios, sem concurso público, na forma que estabelece. Nº 351-4

Sugere isenção de impostos de qualquer natureza para aposentados e pensionistas que não tenham outra fonte de renda além dos proventos da aposentadoria ou pensão. Nº 352-2

Sugere equiparação de proventos para servidores ativos e inativos, na forma que especifica. Nº 353-1

Sugere normas para o processo de nomeação de reitores e diretores de universidades e estabelecimentos federais de ensino superior. Nº 354-9

Sugere que se assegure, sem caráter de obrigatoriedade, assistência religiosa em todos os estabelecimentos de ensino, de qualquer nível, nas forças armadas e auxiliares e nos estabelecimentos de internação coletiva. Nº 355-7

Sugere a promoção, pela Justiça Eleitoral e pelos eleitores locais, de plebiscito para consulta sobre a conveniência da fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, e que o voto seja facultativo. Nº 404-9

Sugere ser livre a criação de partidos políticos, sujeitando-se a sua obtenção de registro definitivo à Convenção realizada em, pelo menos, 20% (vinte por cento) dos municípios de 8 (oito) Estados, o que lhes permitirá acesso à propaganda eleitoral pelo rádio e televisão, bem como a participação no Fundo Partidário. Sugere igualmente seja cancelado o registro definitivo do Partido Político que não eleger representantes para o Congresso Nacional, em pelo menos dois Estados. Nº 405-7

Sugere que projetos de lei enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional obedeçam, quando em caráter de urgência, aos prazos que especifica. Nº 406-5

Sugere que projeto de lei, cuja aprovação implique em despesa para os cofres públicos, preveja a nova forma de receita correspondente. Nº 407-3 ...

Sugere que o Presidente da República, em casos de vigência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, possa expedir decretos-leis sobre Segurança Nacional; Finanças Públicas, exclusive normas tributárias; criação de cargos públicos e fixação de vencimento, e dá outras providências. Nº 408-1

AMARAL NETTO — Sugere a instituição da pena de morte no Brasil, nos casos que especifica. Nº 150-3

AMILCAR MOREIRA — Sugere a instituição de auxílio complementar ao estudante do ensino obrigatório, para alimentação, transporte, vestuário, manuais e material escolar, caso a simples gratuidade do ensino não permita, comprovadamente, que venha o estudante a continuar seu aprendizado. Nº 297-6

Sugere norma que disponha sobre a aplicação, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, de vinte e cinco por cento de seus respectivos orçamentos fiscais na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Nº 563-1

ANNIBAL BARCELLOS — Sugere que o militar, investido em mandato eletivo, permaneça licenciado pelo tempo que durar o seu exercício. Nº 555-0

Sugere normas asseguradoras do direito à assistência médico-hospitalar gratuita aos brasileiros com mais de 65 anos de idade e aos inválidos; do direito à redução de cinquenta por cento nos preços dos transportes coletivos, dos alugueis, das tarifas de água, luz, telefone e gás e do Imposto de Renda a pagar. Nº 556-8

Sugere que os cinco primeiros anos do tempo de serviço dos servidores lotados nos Territórios Federais sejam contados em dobro para todos os fins de direito. Nº 557-6

Sugere norma que disponha sobre a proteção aos idosos, concedendo-lhes

prerrogativas e privilégios compatíveis com a sua idade. Nº 558-4

Sugere norma asseguradora do direito à atualização monetária, de forma equitativa, de valores decorrentes de direitos e obrigações contratuais. Nº 559-2

Sugere norma que conceda estímulos ao trabalhador que se aposentar antecipadamente. Nº 560-6

Sugere norma asseguradora do direito à aposentadoria por tempo de serviço, sem limite de idade, a todos os trabalhadores. Nº 561-4

Sugere que os atuais Territórios de Roraima e Amapá sejam convertidos em Estados; que a União suplemente os novos Estados com recursos necessários à manutenção de seus serviços e à efetiva consolidação dessas novas unidades federativas. Nº 562-2

ANTÔNIO CÂMARA — Sugere a aposentadoria aos 55 (cinquenta e cinco) anos ao trabalhador rural. Nº 232-1

Sugere seja proibida a estipulação de benefícios previdenciários de prestação continuada, em valor inferior ao do salário mínimo. Nº 328-0

Sugere que o prazo de duração do mandato dos Governadores e Vice-Governadores eleitos em 15 de novembro de 1986 termine em 31 de dezembro de 1990; que seja fixada data de 15-11-90 para novas eleições para Governador e Vice-Governador. Nº 389-1

Sugere direitos iguais para homens e mulheres ao exercício da cidadania, cabendo ao Estado garantir sua eficácia, formal e materialmente, ficando revogados todos os dispositivos legais que contenham qualquer discriminação relativa a sexo ou a estado civil. Nº 777-3

Sugere inclusão de capítulo sobre a família, dispondo o seguinte: "A família, instituída civil ou naturalmente, tem direito à proteção do Estado e à efetivação de condições que permitam a realização pessoal dos seus membros, as-

segurando o Estado assistência à família e criando mecanismos para coibir a violência na constância das relações familiares; trata da igualdade de direitos e deveres, quanto à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação de domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal. Nº 778-1

Sugere normas que assegurem assistência do Estado à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes; sugere a criação de uma rede nacional de creches para obrigar crianças de 0 a 6 anos, sem prejuízo das obrigações dos empregadores. Nº 896-6

Sugere que ao Estado caiba a assistência à maternidade e à paternidade, desde o nascimento dos filhos, bem como a adoção de leis que assegurem a igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e o rural. Nº 897-4

Sugere norma que assegure a todos os cidadãos o direito à seguridade social, devendo o Estado organizar, coordenar e manter um sistema de previdência e assistência social que atenda os direitos e garantias à maternidade e às gestantes; a aposentadoria às donas de casa; que assegure aos trabalhadores rurais e domésticas todos os direitos previdenciários, bem como assistência médica e psicológica à mulher vítima de violências sexuais, e dá outras providências. Nº 898-2

Sugere normas que assegurem igualdade salarial; vedem discriminação para admissão no trabalho; construção de creches nas empresas; a não prescrição na vigência do contrato; descanso remunerado da gestante, antes e depois do parto; participação dos trabalhadores nos lucros ou no faturamento; representação de trabalhadores na direção das empresas; constituição de comissões internas com assistência do sindicato; garantia e segurança do emprego e extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores domésticos. Nº 899-1

Sugere que a Educação seja considerada como dever do Estado e como direito de todos; que caiba ao Estado a responsabilidade de assegurar a educação universal, pública e gratuita, em todos os níveis de ensino, a todos os brasileiros. Nº 905-9

Sugere norma que assegure a todos o direito à saúde; sugere que caiba ao Estado garantir condições básicas de saneamento, de habitação e de preservação do meio-ambiente. Nº 907-5

ANTÔNIO FARIAS — Sugere normas asseguradoras dos direitos dos servidores públicos ao acesso aos cargos públicos; à posse em cargo ou emprego da Administração Pública mediante prévio concurso público; ao prazo de validade dos concursos públicos; à proibição de acumulação remunerada de cargos, funções ou empregos públicos; à nomeação para cargos em comissão. Nº 358-1

Sugere novas cotas para os Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios no Fundo de Participação e no Fundo Especial do Sistema Tributário Nacional. Nº 409-0

Sugere a criação do Fundo de Ressarcimento dos Estados e Municípios. Nº 410-3

ANTÔNIO DE JESUS — Sugere a manutenção do **caput** do art. 1º da atual Constituição Federal, com alteração do seu § 1º na forma que propõe. Nº 149-0

Sugere serem eleitores os brasileiros alistados maiores de 18 anos, e facultativos o alistamento e o voto para ambos os sexos; é assegurado a militar de qualquer patente o direito ao voto. Nº 394-8

Sugere a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade e à religião dos brasileiros e dos estrangeiros no País. Nº 395-6

Sugere que qualquer cidadão seja parte legítima para propor ação penal ou civil popular, subsidiária quando o procedimento investigatório relativo a crimes contra a administração pública for arquivado por determinação do Ministério Público ou Juízo da Primeira Instância. Nº 396-4

Sugere garantias para a liberdade religiosa e a separação completa e integral da Igreja do Estado. Nº 397-2

Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos, taxas, e contribuições de qualquer natureza sobre os templos de qualquer culto, bem como os seus anexos. Nº 398-1

Sugere fique determinado que a reforma agrária, em todo o território nacional, consista na desapropriação de terras públicas ou privadas improdutivas, mediante prévia e justa indenização, e que sejam assegurados, aos que demonstrarem capacidade, lotes adequados à produção agrícola e pecuária. Nº 399-9

Sugere serem acessíveis os cargos públicos a todos os brasileiros, dependendo a primeira investidura de aprovação prévia em concurso, proibidas a limitação de idade, a discriminação racial, política ou religiosa; serem obrigadas as empresas de economia mista pública, estatais ou paraestatais a manterem no mínimo, 20% do total de servidores com idade superior a 45 anos, aposentados ou não. Fica assegurado aos candidatos a concursos públicos ou privados o direito a vista de provas, e dá outras providências. Nº 400-6

Sugere a proibição de proselitismo religioso nas escolas ou privadas de todos os níveis e graus de ensino; e sugere assegurar-se aos alunos o direito de escolher a teoria que atenda as suas convicções. Nº 403-1

Sugere assegurar-se ao funcionário público federal, estadual ou municipal o direito de sindicalizar-se, bem como de optar pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, salvo se incompatíveis com o exercício da função pública. Nº 401-4

Sugere a proibição do aborto, considerando a sua prática crime contra a vida, sujeito à punição. Nº 402-2

ANTÔNIO SALIM CURIATI — Sugere que maiores de 16 anos, na data da eleição, tenham direito a voto; que haja a obrigatoriedade do alistamento e que seja facultativo o exercício do direito do voto. Nº 233-0

Sugere que o alistamento como eleitor seja obrigatório aos maiores de 18 anos e o voto facultativo. Nº 234-8 ..

Sugere a criação da Guarda Municipal, com poder de polícia, subordinada ao Prefeito. Nº 235-6

Sugere estabilidade aos servidores públicos da União, dos Estados e Municípios da administração direta e indireta e autarquias que contém com o mínimo de quatro anos de efetivo exercício ou que tenham sido admitidos por processo seletivo. Nº 236-4

Sugere que ao Estado caiba a assistência médica e previdenciária no que diz respeito ao planejamento familiar. Nº 237-2

Sugere assegurar a imediata nomeação dos candidatos aprovados em concurso público. Nº 238-1

Sugere assistência à maternidade, à infância, à adolescência, educação de excepcionais e em especial ao idoso. Nº 239-9

Sugere a liberação de jogos de azar, na forma que determina. Nº 240-2

Sugere a redução do mandato dos membros das Mesas do Congresso Nacional. Nº 241-1

Sugere normas para a eleição de Deputados Federais. Nº 242-9

Sugere reformulação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e propõe a extinção dos atuais Partidos Políticos com a promulgação da Nova Carta. Nº 243-7

Sugere disposições atinentes à Fiscalização Financeira e Orçamentária da União. Nº 298-4

Sugere normas sobre a responsabilidade penal dos menores de 16 (dezeses) anos. Nº 299-2

Sugere normas obrigando as empresas públicas e privadas, com mais de 50 funcionários do sexo feminino, a manterem creches para crianças menores de 3 anos de idade. Nº 300-0

Sugere que o limite máximo do desconto do Imposto de Renda sobre salários de qualquer espécie seja fixado em 35%, e que sejam isentos desse imposto todos os aposentados. Nº 301-8

Sugere a obrigatoriedade de as empresas e órgãos federais, estaduais e municipais manterem em seus quadros trabalhadores menores de 14 a 18 anos em trabalho diurno e em local salubre, com um salário mínimo de 2/3 daquele pago ao trabalhador maior, nas mesmas condições. Nº 305-1

Sugere normas que disponham sobre o acesso à educação; sobre a liberdade

de ensino; sobre a gratuidade do ensino, sobre o direito dos professores a uma remuneração condigna; que reconheçam a educação como direito natural inalienável e efetivo da família. Nº 564-9

Sugere normas que disponham sobre o direito a voto aos brasileiros maiores de dezesseis anos, aos militares das Forças Armadas, dos Corpos de Bombeiros e Polícias Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal, inclusive cabos e soldados. Nº 565-7

Sugere norma que estenda aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens concedidas aos servidores em atividade; que os proventos dos inativos sejam revistos conjuntamente e sempre na mesma proporção em que forem majorados os vencimentos dos servidores em atividade. Nº 566-5

Sugere norma que seja facultativa a contribuição sindical Nº 658-1

Sugere norma para composição da diretoria das entidades da administração indireta. Nº 659-9

Sugere normas que regulem o sistema de escolha dos conselheiros dos Tribunais de Contas, dos Estados e Municípios. Nº 759-5

ARNOLD FIOVARANTE — Sugere dispositivos que vedam à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre alimentos básicos, indicados em lei. Nº 567-3

AROLDE DE OLIVEIRA — Sugere seja estabelecido um referencial comum para o trabalho das Comissões, entre as quais identifica: 1) Na organização do Estado e a definição da forma de Estado; 2) Na organização dos Poderes e Sistemas de Governo, que se estabeleça, de forma antecipada, o Sistema de Governo e a estrutura do Legislativo; 3) No Tipo de Constituição, que se detalhe seu grau de formulação; se será mais sintética ou mais analítica. Nº 889-3

ASDRÚBAL BENTES — Sugere que os serviços de saúde oferecidos pela União o sejam com observância da proporcionalidade demográfica, obedidas as peculiaridades locais. Nº 226-7

Sugere que a União assegure à criança, desde a fase intra-uterina, direito aos benefícios da Previdência Social. Nº 227-5

Pág. Sugere a gratuidade do ensino e sua extensão a todos, sem limite de idade. Nº 228-3

Sugere assistência alimentar aos escolares, desde a pré-escola. Nº 229-1

Sugere norma que dispõe sobre a inviolabilidade e sobre a imunidade dos membros do Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal. Nº 908-3

BENEDITA DA SILVA — Sugere a proibição de o Brasil manter relações diplomáticas, bem como firmar acordos e convênios, com países que desrespeitem os direitos humanos; proibição de permitir atividades das empresas desses países no território nacional. Nº 330-1

Sugere que a exploração de minas, jazidas e potenciais de energia elétrica dependam de concessão federal, dadas exclusivamente a brasileiros ou empresas nacionais cujas ações sejam nominativas e tenham no País seu centro de decisões. Nº 331-0

BETH AZIZE — Sugere estatização dos Bancos privados, que passam para o controle da União; a indenização, em títulos da dívida pública (pagáveis em 20 anos), aos acionistas desses Bancos, concedendo estabilidade e equiparação salarial (com os servidores do Banco do Brasil) a seus funcionários. Nº 31-1

Sugere dispositivos sobre a propriedade do solo e a do subsolo, a propriedade e a exploração de jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como das energias nuclear, hidrelétrica, solar, eólica e a obtida por intermédio de biodigestores. Nº 668-8

Sugere dispositivos sobre o Imposto Territorial Rural e vincula uma de suas parcelas à aplicação na Reforma Agrária. Nº 669-6

CARLOS SANTANNA — Sugere normas que reconheçam a saúde como direito de todos e dever do Estado; estabeleçam a competência da União; definam a forma de organização do setor num Sistema Nacional Único de Saúde; especifiquem o montante mínimo de recursos a serem aplicados no setor. Nº 568-1

CARLOS VIRGÍLIO E VIRGÍLIO TÁVORA — Sugere que se estabeleça a destinação de 3% (três por cento) das

arrecadações tributárias federal e estaduais a programas de defesa contra as secas e de assistência econômica e social às populações do Nordeste. Nº 316-6

Sugere a obrigatoriedade de aplicação, no Nordeste, de 30% (trinta por cento) dos recursos orçamentários atribuídos aos órgãos da administração direta e indireta da União que atuam na área social, e 15% dos recursos atribuídos aos demais. Nº 317-4

Sugere normas de proteção à vida desde a concepção, garantidoras dos direitos da criança como saúde, alimentação, educação, inclusive religiosa; normas que obriguem o Estado a investigar a paternidade irresponsável, a fim de assegurar os direitos da criança; e normas que vedem a experiência genética, da qual possa resultar degenerescência da raça humana. Nº 421-9

Sugere medidas pelo Estado, garantidoras dos direitos do idoso, de sua proteção e assistência. Nº 422-7

Sugere normas dispendo sobre a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios. Nº 423-5

Sugere normas que assegurem caber ao Poder Público a manutenção de diferentes programas sociais na área da seguridade social; os recursos de participação que complementem as contribuições das empresas e dos trabalhadores; sugere proibição de nova prestação no âmbito da seguridade social sem correspondente fonte de custeio; participação de representantes dos empregadores e dos trabalhadores na direção das instituições e assegura a existência da previdência privada alternativa. Nº 911-3

CARREL BENEVIDES — Sugere normas que disponham sobre a criação da Corte Federal de Contas; sobre a competência do Poder Legislativo e da Corte Federal de Contas para exercer a fiscalização financeira e orçamentária da União. Nº 569-0

CÉSAR MAIA — Sugere normas que regulamentem: a propriedade dos meios de produção, as funções do Estado, a livre iniciativa, o delito econômico, a propriedade nacional e o capital estrangeiro, os recursos minerais e a propriedade do subsolo, o desenvolvimento agrário, agrícola e urbano e o desenvolvimento rural. Nº 910-5

CHAGAS DUARTE — Sugere inalienabilidade das terras habitadas pelos silvícolas, a quem cabe sua posse permanente bem como o reconhecimento ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e utilidades nelas existentes. Nº 099-0

Sugere proteção especial do Estado à família, à indissolubilidade do casamento e à gratuidade de sua celebração. Nº 147-0

Sugere normas elevando o Território Federal de Roraima à condição de Estado-membro, observados os atuais limites territoriais e as condições que estabelece. Nº 424-3

Sugere elevar à condição de Estado o Território de Roraima, e que se realizem eleições para Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais. Nº 425-1

Sugere que só seja permitido o aborto terapêutico. Nº 426-0

Sugere a criação de organismo federal encarregado de proteção ao índio e sua integração à comunidade nacional, mediante convênios com a União, os Estados e os Municípios. Nº 427-8 ..

Sugere que todos os crimes sejam apurados e reprimidos nos termos da lei, não sendo admissíveis tribunais especiais para julgar determinadas categorias de pessoas, nem imunidades de qualquer natureza, tendo em vista o princípio de que todos são iguais perante a lei. Nº 779-0

Sugere que o Estado tenha o dever de controlar a produção de armamentos, de promover a redução de gastos com os mesmos e de aplicar os recursos daí decorrentes no desenvolvimento das regiões mais necessitadas. Nº 780-3

Sugere seja atribuída prioridade à remuneração do trabalho sobre a do capital, devendo lei especial estabelecer os limites máximos de ganho por parte dos servidores públicos ou empregados de empresas particulares, impedindo-se desníveis excessivos de remuneração. Nº 781-1

Sugere serem inaceitáveis e consideradas como atentados contra a vida humana as situações permanentes de fome, subnutrição, condições infra-hu-

manas de existência e a impossibilidade de acesso aos serviços da saúde. Nº 782-0

Sugere que nenhum preso seja submetido a violência física, psicológica ou moral, de qualquer natureza, estipulando, também, que qualquer forma de tortura constitui crime imprescritível. Nº 783-8

Sugere que toda família tenha o direito de conseguir, através de justa remuneração do trabalho de seus membros e com o apoio da sociedade e do Estado, condições estáveis e dignas de alimentação, saúde, habitação, lazer, educação e transporte. Nº 784-6

Sugere que a família, constituída pelo casamento indissolúvel, esteja sob a proteção especial do Estado, e que ao casamento religioso, observadas as disposições legais, sejam reconhecidos efeitos civis. Nº 785-4

Sugere serem inaceitáveis e considerados como atentados à vida humana o aborto diretamente provocado, o genocídio, a eutanásia, a tortura e a violência em qualquer de suas formas, assim como qualquer forma injusta de mutilação. Nº 786-2

Sugere que todos os seres humanos sejam iguais em direitos e dignidade, independentemente de idade, sexo, raça, cor, língua, condição de saúde, confissão religiosa, posição social, condição econômica, ideologia política ou cultural; que haja liberdade de pensamento e que as pessoas possam decidir de acordo com suas consciências. Nº 787-1

Sugere que seja livre a prática de qualquer religião, assegurando-se respeito aos locais de culto, aos símbolos e às tradições de cada uma delas. Nº 788-9

Sugere que a educação integral dos filhos seja um direito natural e um dever exclusivo dos pais, assegurando a garantia do ensino religioso a todos os brasileiros. Nº 789-7

CID SABÓIA DE CARVALHO — Sugere alterações de redação, acréscimos e exclusões em artigos do capítulo que trata do sistema tributário no anteprojeto elaborado pela Comissão Provisória para Estudos Constitucionais. Nº 912-1

Sugere normas que assegurem a propriedade do subsolo à União e que proíba sua exploração ou aproveitamento, bem como de seus potenciais de energia hidráulica, sem autorização do Estado. Nº 913-0

Sugere incluir dispositivo que considere o Distrito Federal foro competente para dirimir questões relativas à dívida externa, assumidas ou garantidas direta ou indiretamente pela União, Estado-membro, Município ou empresa pública estadual ou municipal. Nº 914-8

Sugere norma que preserve as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares como instituições permanentes, subordinadas aos governadores e funcionando como auxiliar do Exército Nacional. Nº 915-6

Sugere norma que considere como base para cálculo de aposentadoria do trabalhador a maior contribuição dos últimos cinco anos. Nº 916-4

Sugere normas que assegurem que nenhum ato jurídico praticado pela mulher seja causa da diminuição de seus direitos ou impedimento de seu exercício, e que o casamento civil não prejudique o exercício dos direitos e liberdades do homem e da mulher. Nº 917-2

Sugere que a tarefa de legislar seja da exclusiva competência do poder legislativo, não se admitindo quaisquer regras e normas que tenham outra origem; que caiba ao Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade de decretos, portarias, circulares e de qualquer ato administrativo, sempre com a garantia da atuação do Ministério Público perante o Poder Judiciário. Nº 918-1

Sugere a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de sexo, raça, cor, condição física, classe social; que não haja distinção de pessoas pelo credo religioso, por convicção política ou por convicção ideológica. Nº 919-9

Sugere que o Estado assegure aos portadores de deficiência física, sensorial ou mental, educação cientificamente orientada de 0 a 25 anos de idade. Nº 920-2

Sugere que os cargos cujas nomeações dependam de aprovação prévia pelo Poder Legislativo tenham a vacân-

cia apreciada sob os mesmos critérios, exceto nos casos de morte. Nº 921-1

Sugere normas disciplinadoras da Polícia Judiciária dos Estados. Nº 922-9

Sugere que sejam disciplinados os procedimentos extrajudiciais para os casos de vícios redibitórios. Nº 923-7

Sugere que a lei não admita como causa para a dissolução da sociedade conjugal fato colidente com o princípio da mútua assistência. Nº 924-5

Sugere normas que estendam aos professores universitários de todas as condições, do MEC, das Autarquias ou Fundações vinculadas ao Estado, o princípio da isonomia e que sejam organizados em quadro único, não podendo esses professores perceber vencimentos ou salários diferentes entre si. Nº 925-3

Sugere que a lei civil não permita diferenças nos direitos da pessoa natural. Nº 926-1

Sugere que a efetividade no emprego seja um direito inerente ao exercício do cargo público; que seja efetivado o ocupante de cargo há cinco anos; que seja submetido a provas internas o que contar menos de cinco anos; que os servidores regidos pela CLT tenham tratamento idêntico; que o ingresso no serviço público seja somente através de concurso. Nº 927-0

Sugere norma que disponha sobre os incentivos externos no Brasil; sobre a aplicação do capital estrangeiro no País; sobre os meios e formas de nacionalização das empresas; sobre a remessa de lucros e dividendos para o exterior; sobre pagamentos de qualquer natureza, inclusive bonificações e **royalties**. Nº 928-8

Sugere norma que disponha sobre a desapropriação dos imóveis urbanos cujo modo de utilização caracterize a ausência de função social. Nº 929-6

Sugere que em qualquer hipótese em que ocorra aposentadoria, os proventos sejam sempre integrais e atualizados dentro dos mesmos critérios dos reajustes dos servidores em atividade. Nº 930-0

Sugere a reserva de cinco por cento das nomeações provenientes de cada concurso público para os deficientes físicos, independentemente da classificação obtida. Nº 931-8

Sugere que a lei disponha sobre o planejamento global e setorial da economia, não sendo permitidas quaisquer modalidades de abuso do poder econômico, definidas em lei específica. Nº 932-6

CLÁUDIO ÁVILA DA SILVA — Sugere que sejam excluídas as ilhas oceânicas, as fluviais e as lacustres nas zonas limítrofes com outros países como os bens da união quando integradas por sede de Município. Nº 174-1

Sugere sejam incluídos entre os bens da união os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seus domínios ou que também mais de um Estado, limite com outros países ou que se estendam a território estrangeiro; as ilhas oceânicas, exceto as integradas por sede de município e as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países. Nº 909-1

COSTA FERREIRA — Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios: estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhe o exercício ou manter com eles e seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma da lei federal, notadamente no setor educacional, no assistencial e no hospitalar. Nº 909-1A

Sugere ser obrigação do poder público assegurar aos brasileiros o acesso à educação, à informação e aos meios e métodos adquiridos de controle de natalidade, respeitadas as convicções éticas e religiosas do País. Sugere seja facultativo o ensino religioso nas escolas oficiais, sendo deferido aos alunos ou a seus representantes legais o direito de exigir a prestação daquele ensino, no horário e programa escolar, de acordo com a confissão religiosa dos interessados. Nº 909-1B

Sugere que a Constituinte assegure aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos: todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas,

punido por lei o preconceito racial; é plena a liberdade de consciência e é assegurado aos crentes o exercício de cultos religiosos que não contrariem a ordem pública e os bons costumes. Sugere, também, seja livre a manifestação do pensamento, de crença religiosa e de convicções filosóficas e políticas. Nº 909-1C

Sugere, em defesa da liberdade religiosa, seja prestada assistência religiosa às Forças Armadas e Auxiliares, bem como estabelecimentos de internação coletiva cujos interessados a solicitem; que os cemitérios tenham caráter secular e sejam administrados pela autoridade municipal, permitindo a todas as confissões religiosas possam manter cemitérios particulares; que os presos tenham direito ao respeito de sua dignidade e integridades física e mental, além da assistência espiritual e jurídica, à sociabilidade e ao trabalho produtivo e remunerado. Nº 909-1D

sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos Territórios instituir impostos sobre: templos de qualquer culto e suas dependências adjacentes, indispensáveis ao pleno exercício das atividades religiosas. Sugere competir à União instituir imposto sobre: propriedade de bens móveis de caráter suntuário, excluídos os de valor cultural, artístico ou religioso, definidos em lei complementar. Nº 909-1E

Sugere seja assegurado o direito à educação como iniciativa da comunidade e dever do Estado, e o de livre acesso ao patrimônio cultural; e que o direito de aprender e ensinar, na forma da lei, não fique sujeito a qualquer diretriz de caráter religioso, filosófico, político-partidário-ideológico, sendo facultada a livre escolha da instituição escolar. Nº 909-1F

Sugere a inclusão, no texto constitucional, do seguinte artigo: o casamento religioso terá efeitos civis, nos termos da lei. Nº 909-1G

CUNHA BUENO — Sugere o estabelecimento do Regime Parlamentarista de Governo para o Brasil. Nº 138-4

DARCY POZZA — Sugere que o Imposto de Renda incidente sobre rendimentos do trabalho assalariado, pensões alimentícias ou previdenciárias, além dos proventos da inatividade não exceda, individualmente, a 10% (dez

por cento) do total dos rendimentos dessa natureza. Nº 106-6

Sugere normas para o reajustamento e o valor dos benefícios previdenciários. Nº 128-7

DARCY POZZA e outros — Sugere que a remuneração dos trabalhadores seja capaz de prover dignamente as suas necessidades básicas e as de sua família como alimentação, saúde, habitação, vestuário, educação, higiene e transporte. Nº 414-6

Sugere que o voto seja facultativo. Nº 415-4

DARCY POZZA — Sugere a inclusão do seguinte dispositivo: *“É dever do Estado assegurar à família: I — assistência materno-infantil; II — alimentação adequada; III — educação gratuita para os filhos até o 2º grau; IV — assistência médica; V — direito de moradia; VI — liberdade de religião”*. Nº 790-1

Sugere ser dever do Estado assegurar às Polícias Militares: seu caráter de instituição permanente; sua responsabilidade pela manutenção da ordem e pela segurança pública nas respectivas jurisdições; sua subordinação aos Governadores; sua condição de força auxiliar do Exército; sua competência exclusiva para o exercício e controle da polícia ostensiva; sugere que a União seja competente para legislar sobre organização e armamento das Polícias Militares. Nº 934-2

DAVI ALVES DA SILVA — Sugere assegurar direitos do deficiente físico. Nº 2-7

Sugere atendimento médico-hospitalar às crianças de até cinco anos de idade. Nº 3-5

Sugere assegurar imunidade parlamentar aos representantes legislativos municipais. Nº 4-3

Sugere seja assegurada ao homem aposentadoria aos 61 (sessenta e um) anos de idade e, às pessoas com mais de 70 (setenta) anos: passagens, hotel, assistência médica e jurídica. Nº 8-6

DAVI ALVES SILVA — Sugere seja assegurada imunidade parlamentar aos representantes legislativos municipais, que passarão a ser denominados Deputado Municipal. Nº 37-0

Sugere gratuidade pela celebração de casamento civil, punindo eventual cobrança, nos termos da lei. Nº 38-8

Sugere manutenção do mandato de Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado, Governador do Distrito Federal, Governador de Território, Secretário de Estado ou do Distrito Federal, Prefeito de Capital, ou cidade com população superior a 200 (duzentos) mil habitantes, ou quando licenciados por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares. Nº 39-6

Sugere que lei complementar, aprovada pela Câmara Municipal, estabeleça os requisitos mínimos para a criação de municípios. Nº 137-6

Sugere seja assegurada à mulher aposentadoria integral aos 30 anos de serviço e 56 de idade. Nº 140-6

Sugere que as Forças Armadas sejam constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei da Constituição. Nº 362-0

Sugere normas de distribuição do produto do IPI e do Imposto de Renda aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios. Nº 416-2

Sugere normas que assegurem que 50% dos recursos do Sistema Financeiro de Habitação sejam destinados à habitação rural. Nº 417-1

Sugere normas que garantam à mulher gestante o direito ao acompanhamento médico e atendimento hospitalar, do início da gestação até 30 dias após o parto, independentemente de ser segurada da Previdência Social, ficando o Poder Executivo incumbido de destinar recursos do FINSOCIAL para reembolso das despesas estipuladas pelo INAMPS. Nº 418-9

Sugere normas atinentes à Segurança Nacional, dispondo sobre a organização e competência do Conselho de Segurança Nacional. Nº 419-7

Sugere ficar o Estado do Maranhão do Sul com o desmembramento de parte da área do Estado do Maranhão, abrangida pelos Municípios de Açailândia, Al-

to Parnaíba, Amarante, Balsas, Carolina, Estreito, Fortaleza dos Nogueiras, Grajaú, Imperatriz, João Lisboa, Loreto, Montes Altos, Porto Franco, Riachão, Sambaíba, São Félix de Balsas, São Raimundo Nonato das Mangabeiras, Sítio Novo e Tarso Fragoso e sejam adotadas outras providências. Nº 671-8

Sugere garantia de aposentadoria ao trabalhador rural aos 56 anos de idade, se for do sexo feminino, e aos 61 anos de idade, se for do sexo masculino, com salário mínimo integral. Sugere, igualmente, que a lei disponha sobre os direitos do cidadão acima de 70 anos de idade. Nº 791-9

DAVI ALVES DA SILVA — Sugere que lei federal disponha sobre o controle da utilização de energia nuclear e sobre a reparação de prejuízos civis decorrentes de sua inobservância. Nº 792-7

Sugere que, com exceção dos domínios da União Federal, a Constituição assegure o direito de propriedade, ressalvada a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, facultada a aceitação do pagamento em título da dívida pública, corrigido monetariamente, a qual será facultada em lei federal, ouvidos, no tocante às áreas rurais, os órgãos competentes estaduais e municipais. Nº 793-5

Sugere que lei federal disponha sobre a criação de contencioso administrativo, sem poder jurisdicional para decisão de questões fiscais e previdenciárias, inclusive quanto a acidentes do trabalho. Nº 794-3

Sugere que ninguém seja obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa que não seja em virtude de mandamento constitucional. Nº 795-1

Sugere que a lei assegure a expedição de certidões e o fornecimento, pelas repartições administrativas, de cópias autênticas de documentos, para defesa de direitos e esclarecimento de situações, sugerindo, também, punição para os que deixarem de cumprir essa determinação. Nº 796-0

Sugere que a contar de 180 dias de promulgação da Constituição sejam realizadas eleições simultâneas e diretas para Presidente e Vice-Presidente da República, Governadores e Vice-Go-

vernadores de Estado, Senadores, Deputados Federais, Deputados às Assembleias Legislativas, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores. Sugere também que aqueles que, na data da eleição, estejam no exercício do mandato, poderão candidatar-se à reeleição. Nº 797-8

DOMINGOS LEONELLI — Sugere que seja considerado crime comum, apreciado pelo Código Penal, a apropriação pelo empregador de qualquer forma de remuneração do trabalho realizado. Nº 700-5

Sugere seja assegurado o direito ao trabalho a todos os cidadãos brasileiros; que o emprego seja considerado bem essencial à vida do trabalhador e que ninguém o perca sem causa justificada; e que a lei estabeleça a forma pela qual poderá ser rescindido o contrato de trabalho, assegurado ao empregado o direito de permanecer no emprego ou a justa e prévia indenização em dinheiro. Nº 701-3

DORETO CAMPANARI — Sugere normas para serem incluídas entre os direitos da mulher. Nº 319-1

Sugere normas de distribuição pela União do produto da arrecadação de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Nº 420-1 ...

Sugere que os candidatos eleitos sejam empossados trinta dias após a eleição. Nº 570-3

Sugere norma que disponha sobre a distribuição, pela União, do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para os Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios. Nº 571-1

Sugere normas asseguradoras aos trabalhadores do direito à jornada de trabalho de quarenta horas; direito ao repouso remunerado em dois dias da semana e nos feriados religiosos. Nº 572-0

Sugere constituir crime contra a segurança nacional manter conta em bancos estrangeiros situados fora do País, sem comunicação ao Banco Central do Brasil, dispondo que o Governo brasileiro solicitará aos bancos estrangeiros, através dos respectivos governos, nome, endereço e valor dos depósitos das contas existentes em nome de bra-

sileiros, para conhecimento e punição daqueles que deixaram de cumprir em tempo hábil a obrigação de comunicar a existência da conta e de seu valor. Nº 670-0

Sugere que os beneficiários da anistia concedida pela Emenda nº 26, de 27 de novembro de 1985, revertam aos quadros civis e militares a que pertenciam, com todos os direitos de acesso, promoção, efetivação e reintegração imediata, com vencimentos e vantagens do período de afastamento; sugere que sejam estipuladas indenizações às famílias dos falecidos e desaparecidos em consequência da repressão política; que seja concedida anistia a autores de crimes políticos ou conexos, a dirigentes e representantes de organizações sindicais demitidos por razões políticas. Nº 933-4

EDISON LOBÃO — Sugere que a lei disponha sobre a organização e o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, sendo seus órgãos superiores o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, com atribuições de regulamentar, cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe serão deferidas. Nº 799-4

EDME TAVARES — Sugere vedar ao Poder Executivo a emissão de moeda sem anuência do Congresso Nacional, salvo para atender a necessidades imprevistas, até o limite de 10% dos meios de pagamento de 31 de dezembro do ano anterior. Nº 217-8

EDME TAVARES — Sugere a equiparação de Vereadores a Deputados Federais e Senadores, no que diz respeito a imunidades, na forma que especifica. Nº 244-5

EDME TAVARES — Sugere disposições sobre as imunidades dos Deputados estaduais. Nº 360-3

EDME TAVARES — Sugere a criação de novos municípios. Nº 451

EDME TAVARES — Sugere uniformidade no critério adotado para a duração dos mandatos. Nº 452-9

EDME TAVARES — Sugere norma instituidora do direito à ação popular contra atos lesivos ao patrimônio público, histórico, artístico e natural. Nº 573-8

EDME TAVARES — Sugere que os proventos da aposentadoria dos funcionários públicos civis da União, Estados e Municípios, tenham composições idênticas aos valores percebidos pelo beneficiário no serviço ativo, compreendendo-se nesses valores os vencimentos básicos e quaisquer vantagens, sejam elas estabelecidas durante o serviço ativo ou após a aposentadoria. Nº 798-6

EDME TAVARES — Sugere que seja assegurada estabilidade no emprego aos trabalhadores após 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa, independentemente de opção ou não pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS; que quando não houver opção pelo FGTS o empregado seja indenizado se for despedido antes de 10 (dez) anos de serviço. Nº 935-1

EDME TAVARES — Sugere que a vida humana seja protegida desde a concepção, e que seja punido como homicídio o aborto artificial. Nº 936-9

EDME TAVARES — Sugere inclusão de dispositivo que trata de provimento de cargos públicos mediante concurso. Nº 937-7

EDME TAVARES — Sugere inclusão no texto constitucional de dispositivos sobre proteção do patrimônio natural e cultural; sobre propriedade dos bens, comum ou privada; sobre a violação do dever de proteger e melhorar esses patrimônios; sobre a obrigação de reparar danos a essas propriedades e sobre as sanções penais cabíveis nesses casos. Nº 938-5

EDME TAVARES — Sugere que a União distribua 33% do produto arrecadado através de impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados da seguinte forma: I — 14% ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; II — 17% ao Fundo de Participação dos Municípios; III — 2% ao Fundo Especial dos Municípios do Nordeste. Nº 939-3

EDME TAVARES — Sugere a inclusão de um dispositivo que trate de aposentadoria por velhice. Nº 946-6

EDUARDO JORGE — Sugerem sejam incluídos dispositivos específicos sobre a Saúde, a qual é direito inalienável da pessoa humana, dever do Estado e interesse da sociedade, a quem

cabe defendê-la e promovê-la, significando esse direito à saúde condição digna de vida, acesso à terra e aos meios de produção, além do respeito à ecologia, não podendo, também, ninguém ser obrigado a um determinado procedimento diagnóstico e a tratamento se não por lei. Nº 672-6

Sugere inclusão de dispositivos sobre saúde, conceituada como direito inalienável da pessoa humana, no interesse da comunidade, a quem cabe defendê-la e promovê-la, dependendo tal direito de condições dignas de moradia, alimentação, educação, transportes, lazer, esportes, acesso à terra e aos meios de produção para todos; além do respeito à ecologia e do controle da poluição ambiental, bem como de seus efeitos. Nº 940-7

ELIEL RODRIGUES — Sugere que sejam invocadas as bênçãos de Deus e Sua Proteção à elaboração e a promulgação da nova Constituição brasileira. Nº 340-9

Sugere que os proventos do aposentado da União, Estado ou Município tenham igual composição de valores de vencimentos e de quaisquer vantagens pecuniárias objeto de pagamento em relação ao do respectivo cargo da ativa, inclusive quando, a este, forem atribuídas condições inovadas por forma legal. Nº 674-2

Sugere que toda pessoa tenha o dever de auxiliar, alimentar, educar e amparar os filhos menores de idade, tendo os filhos o dever de honrar sempre os seus pais, auxiliá-los e ampará-los quando precisarem. Nº 941-5

Sugere a inclusão, no texto constitucional, do sufrágio popular universal, direto, com voto secreto; dispõe sobre privacidade e sigilo nas cabinas indevassáveis a cada eleitor no momento do voto. Nº 942-1

Sugere inclusão, entre os bens dos Municípios, dos terrenos de marinha e dos acrescidos, situados em seus territórios e sob cuja jurisdição são consagrados como reservas paisagísticas municipais. Nº 943-1

Sugere seja assegurado aos Vereadores tratamento igual ao dispensado aos membros do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, no que diz respeito à inviolabilidade e imunidade. Nº 944-0

ERALDO TRINDADE — Sugere, na área da educação, a criação de classes especiais para pessoas deficientes. Nº 245-3

ERALDO TRINDADE — Sugere o mais amplo aproveitamento dos deficientes físicos, seja na Administração Direta ou na Indireta, pelo Poder Público, na formação de seus quadros de servidores. Nº 246-1

ERALDO TRINDADE — Sugere dispositivo que proíba às Forças Armadas intervir na vida política do País e exercer missões de policiamento da ordem interna, exceto em caso de conflito armado. Nº 453-7

ERALDO TRINDADE — Sugere eleição direta para cargos executivos e legislativos nos territórios. Nº 454-5 ...

ERALDO TRINDADE — Sugere lei especial para dispor sobre os requisitos exigidos para contratação de empréstimos externos e reexame dos contratos já celebrados. Nº 456-1

ERALDO TRINDADE — Sugere que a proteção do meio ambiente seja dever de todo cidadão e, prioritariamente, do Estado. Nº 456-1

ERALDO TRINDADE — Sugere lei que regule as condições para o deficiente físico adquirir casa própria através do Sistema Financeiro da Habitação. Nº 457

ERALDO TRINDADE — Sugere que a política de fixação do preço mínimo dos produtos agropecuários tome por base o custo efetivo da produção, acrescido das despesas de transporte, margem de lucro e ganho real do produtor não inferior a 30%. Nº 458-8

ERALDO TRINDADE — Sugere seja resguardado o direito da mulher trabalhadora rural, chefe de unidade familiar, a ter acesso às áreas objeto de assentamento para fins de reforma agrária. Nº 459-6

ERALDO TRINDADE — Sugere a obrigatoriedade de ensino, até a 8ª série do 1º Grau, cabendo aos Estados e Municípios instalar escolas, especialmente no meio rural, e gratuidade aos que comprovarem insuficiência de renda familiar. Nº 460-0

ERALDO TRINDADE — Sugere sejam considerados inalienáveis as terras ocupadas pelos índios, devendo as

mesmas ser demarcadas no menor prazo possível; caiba aos índios a posse permanente das terras que ocupam, ficando reconhecido o seu direito de usufruto do solo, do subsolo e de todas as utilidades nelas contidas. Nº 461-8

ERALDO TRINDADE — Sugere lei federal que disponha sobre o regime penitenciário, estabelecendo sistema de trabalho remunerado para os apenados, cujo resultado será mensalmente depositado em caderneta de poupança oficial. Nº 673-4

EUNICE MICHILES — Sugere que todos os brasileiros sejam obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional; que os eclesiásticos fiquem isentos do serviço militar em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei atribua; e que as mulheres sejam obrigadas ao serviço civil, destinado ao amparo e proteção do menor carente. Nº 699-8

FÁBIO LICENA — Sugere a manutenção, na forma da lei, das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, da Região Centro-Oeste, da Região Sul, do Nordeste, da Zona Franca de Manaus e da Cia. Vale do São Francisco. Nº 327-1

Sugere nova estruturação do Sistema Tributário Nacional. Nº 775-7

FELIPE MENDES — Sugere a instituição do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e determina que o Poder Executivo envie ao Congresso Nacional projeto de lei complementar, no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da Constituição, traça competência da União e atribuições do Congresso Nacional sobre a matéria. Nº 675-1

FERNANDO COLLOR (Governador de Alagoas) — Sugere que os Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios não criem para seus servidores formas de remuneração diferentes das do funcionário público federal. Nº 001-9

FERNANDO GASPARIAN — Sugere que a cobrança de taxas de juros reais superiores à taxa anual de 12% (doze por cento) seja vedada, em qualquer hipótese, a pessoas físicas e jurídicas. Nº 955-5

FLÁVIO PALMIER DA VEIGA — Sugere norma que disponha sobre a apli-

cação anual pela União, Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios de quinze por cento de sua participação orçamentária em programas públicos de saúde. Nº 428-6

Sugere normas asseguradoras de igualdade entre os cônjuges no que tange aos direitos e deveres; à direção da sociedade conjugal; à administração dos bens do casal; à responsabilidade em relação aos filhos; ao pátrio poder; à fixação do domicílio civil da família. Nº 429-4

Sugere norma que disponha sobre o Conselho Nacional dos Meios de Comunicação. Nº 430-8

Sugere norma que disponha sobre a proibição de propaganda e publicidade de qualquer produto que tenha tabaco em sua composição, nos meios de comunicação audiovisuais. Nº 431-6

Sugere norma que disponha sobre o direito previdenciário à mulher dona-de-casa. Nº 432-4

Sugere limitação à competência privativa do Senado Federal para aprovar empréstimos quando se tratar de órgãos financeiros oficiais-estaduais federais. Nº 433-2

Sugere norma que disponha sobre os direitos básicos da criança. Nº 434-1

Sugere que a língua nacional seja a língua brasileira. Nº 435-9
Sugere norma que disponha sobre a

assistência judiciária gratuita de nível federal e estadual, a ser prestada, obrigatoriamente, pelo Poder Público ao que dela necessitar. Nº 436-7

Sugere que ao Estado caiba assegurar as condições necessárias ao exercício da maternidade e da paternidade. Nº 437-5

Sugere norma asseguradora de salários e vencimentos iguais, bem como vantagens deles decorrentes, de acordo com a natureza da atividade, do cargo, do emprego ou da função exercidos, a todos os servidores públicos.. Nº 438-3

Sugere que os concursos públicos tenham validade até a convocação do último classificado. Nº 439-1

Sugere norma asseguradora de educação especial obrigatória e gratuita aos portadores de deficiência física, sensorial ou mental. Nº 440-5

Sugere norma asseguradora de prioridade no processo de adoção de menores aos brasileiros que residam no país. Nº 441-3

Sugere norma asseguradora a todos os brasileiros do direito à medicina informal. Nº 442-1

Sugere que a responsabilidade e a orientação intelectual, técnica e administrativa de empresas jornalísticas e de radiodifusão caibam somente a brasileiros natos. Nº 443-0

Sugere normas asseguradoras da plena igualdade entre os cônjuges quanto ao registro civil dos filhos; à proteção à família instituída civil ou naturalmente; à igualdade entre os filhos; ao acesso da mulher à titularidade de terra, independentemente de seu estado civil. Nº 444-8

Sugere que os serviços públicos que não sejam efetivamente prestados não sejam cobrados. Nº 445-6

Sugere norma asseguradora do direito a todos os brasileiros de aquisição de casa própria com financiamento público e amortização mensal nunca superior a vinte e cinco por cento de sua renda. Nº 446-4

Sugere norma asseguradora do direito de acesso à justiça a todo cidadão brasileiro. Nº 447-2

Sugere norma asseguradora do direito de greve a todos os trabalhadores, independentemente do regime jurídico de sua relação trabalhista. Nº 448-1

Sugere que o registro civil de nascimento e a concessão da respectiva certidão sejam inteiramente gratuitos. Nº 449-9

Sugere norma que disponha sobre a proibição de exibir, expor ou transmitir, por qualquer meio, figuras e imagens de crimes violentos e de seus autores. Nº 450-2

Sugere que o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas Estaduais e a Câmara dos Vereadores

dores Municipais tenham suas Comissões Permanentes de Relações Comunitárias, com o objetivo de receber, apreciar e encaminhar propostas legislativas dos cidadãos e de entidades comunitárias. Nº 945-8

Sugere que todos sejam considerados iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça trabalho, condição física ou mental, credo religioso e convicção político-filosófica, sendo punido pela lei o preconceito de qualquer uma dessas condições. Nº 947-4

Sugere que a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira, no âmbito municipal, seja da competência dos Prefeitos e Vereadores. Nº 948-2

Sugere que todos sejam considerados iguais perante a lei, não havendo distinção de sexo, raça, cor, trabalho, credo religioso e convicção política ou de deficiência de qualquer natureza; e que a lei puna a discriminação que atente contra os direitos humanos. Nº 949-1

Sugere que mediante lei complementar, a União fixe prazo para o processo progressivo de nacionalização de empresas multinacionais que utilizem matérias-primas brasileiras, de acordo com critérios que observem o interesse sócio-econômico nacional. Nº 950-4

Sugere que a União, os Estados e os Municípios apliquem nunca menos de 30% (trinta por cento) de suas parcelas orçamentárias constitucionalmente destinadas à Educação para desenvolvimento da educação especial no País, em atendimento ao espírito de recomendação das Nações Unidas que estipulam não deverem os países criar legislação específica para pessoas deficientes, a fim de não segregá-las. Nº 951-2

Sugere que a lei assegure aos pais adotivos de menores a concessão permanente de incentivos do Estado, visando atender mais de trinta milhões de menores carentes, abandonados e infratores, existentes no País. Nº 952-1

Sugere devam ser fixados por lei as condições de experiência política, administrativa ou comunitária para que o cidadão possa candidatar-se a cargos eletivos que ela venha a declarar. Nº 953-9

Sugere que a incorporação ou o desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios esteja submetido a plebiscito, ou seja, à aprovação popular dos cidadãos eleitores nas unidades federativas abrangentes pela mudança. Nº 954-7

FRANCISCO CARNEIRO — Sugere autonomia política, legislativa, administrativa e financeira para o Distrito Federal, para o qual a União concederá suplementação de recursos para manutenção de seus serviços. Propõe normas para a eleição de Governador, Vice-Governador, administradores do Plano-Piloto e Cidades-Satélites, além dos Deputados que comporão a Assembleia Legislativa, para mandato de 4 (quatro) anos. Nº 247-0

FRANCISCO PINTO — Sugere incluir na competência do Congresso Nacional a aprovação da escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a nomeação dos Ministros do Tribunal de Contas da União e a aprovação da promoção de Oficiais Gerais. Nº 956-3

Sugere que Oficiais Gerais, Almirantes da Marinha e Brigadeiros-do-Ar sejam promovidos pelo Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional. 957-1

Sugere normas referentes aos cargos e empregos públicos, direitos, proibições e responsabilidades. Nº958-0.....

Sugere que os Ministros do Tribunal de Contas da União sejam nomeados pelo Congresso Nacional, dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e tenham as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos. Nº 959-8

FRANCISCO ROLLEMBERG — Sugere a criação de Tribunal Regional do Trabalho na capital de cada Estado e no Distrito Federal. Nº 175-9

Sugere normas de competência da União para manter relações com Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados, convenções ou atos de que resultem obrigações para o Brasil, ficando o Congresso Nacional com a competência exclusiva para resolver definitivamente sobre atos e tratados celebrados pelo Presidente da República. Nº 176-7

Sugere que sejam isentados de tributação os rendimentos provenientes de pensões e aposentadorias. Nº 177-1

Sugere que todo registro de nascimento deva ser comunicado pelo Cartório do Registro Civil ao Posto de Saúde ou estabelecimento congênere da Comarca correspondente, com a finalidade de proporcionar ao **nascituro** os benefícios da saúde garantidos pelo Estado. Nº 179-1

Sugere que Lei Complementar conceitue os impostos sobre a renda, a aposentadoria e a pensão. Nº 180-5

Sugere que o valor das aposentadorias e pensões deva ser equivalente ao salário percebido pelo segurado quando em atividade e vedado montante inferior ao do salário mínimo. Nº 181-3

Sugere que a criança tenha direito a inscrição do nome de seus pais no registro civil do seu nascimento. Nº 183-0

Sugere que filha solteira, maior de 21 anos, não ocupante de cargo público, faça jus à reversão da pensão recebida pela mãe. 184-8

Sugere que a desapropriação de bens imóveis, rurais ou urbanos deva ter prévio pagamento do justo preço em dinheiro. Nº 185-6

Sugere que quando convocadas as duas Casas do Congresso para, em sessão conjunta, conhecer do veto, seja considerado aprovado o projeto que obtiver o voto de 2/3 (dois terços) dos presentes, observada a presença da maioria simples dos membros. 186-4

Sugere que nenhum tributo seja instituído ou aumentado sem lei que o estabeleça, e que obedeça à regra da anualidade. Nº 187-2

Sugere que a proposta de orçamento compreenda, obrigatória e separadamente, as receitas e despesas relativas a todos os poderes, órgãos e fundos da administração direta e indireta, e que indique as previsões de programação monetária. Nº 188-1

Sugere a criação de um Departamento de Migrações pela União, com delega-

cias estaduais que sejam encarregadas de cuidar dos problemas das emigrações, imigrações e endomigrações, para orientar as populações a evitarem o êxodo rural e o favelamento urbano. Nº 189-9

Sugere que se assegure aos trabalhadores e servidores públicos não estatutários o direito de greve; a liberdade de organização sindical; a semana de 40 (quarenta) horas de trabalho e o seguro-desemprego pago a partir da data de afastamento do trabalhador e custeado por contribuições iguais da União, do patrão e do empregado. Nº 190-2

Sugere a equiparação de filhos legítimos e ilegítimos para fins de direito sucessório. Nº 191-1

Sugere a limitação de gastos de Estados e Municípios com propaganda e publicidade, estabelecendo percentuais máximos para esse fim. 192-9

Sugere seja vedado à União instituir tributos que impliquem privilégio para determinada categoria profissional. Nº 193-7

Sugere que os contribuintes detentores de crédito oriundo de tributos, em virtude de pagamento antecipado ou a maior, possam compensá-lo nas condições que especifica. Nº 194-5

Sugere normas para a reeleição de detentores de cargos que especifica e dá outras providências. Nº 195-3

Sugere que sejam isentados de tributação os rendimentos provenientes de pensões e aposentadorias. Nº 196-1

Sugere a criação de normas para a convocação extraordinária do Congresso Nacional. Nº 197-0

Sugere a equiparação de direitos de brasileiros e estrangeiros residentes no País, na forma que estabelece, e dá outras providências. Nº 198-8

Sugere que se assegure ao servidor público o direito à sindicalização. Nº 322-1

Sugere que se inclua entre as competências do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República,

a faculdade de conceder anistia. Nº 323-9

Sugere normas para a eleição e posse do Governador e Vice-Governadores de Estado. Nº 324-7

Sugere descanso remunerado para a trabalhadora gestante, antes e depois do parto, com garantia de estabilidade no emprego, na forma que estabelece. Nº 325-5

Sugere que todo produto industrial traga, de forma clara e inequívoca, toda informação necessária à aquisição consciente pelo consumidor final; que a lei disponha sobre as formas de fiscalização e sobre a denúncia das infrações. Nº 326-3

Sugere o direito de os pais escolherem livremente o número de filhos e que caiba ao Estado assegurar informações quanto aos métodos de planejamento familiar. Nº 462-6

Sugere normas que assegurem ao empregado, com 10 anos de efetivo exercício na mesma empresa, direito à estabilidade e ao FGTS ou pecúlio estabilidade, na forma que a lei estabelecer, só podendo o mesmo ser despedido por "justa causa". Nº 574

Sugere normas sobre a licença-prêmio, concedida após 5 anos de exercício ininterrupto ao funcionário que a requerer; prevê a possibilidade de conversão de 30 dias da licença-prêmio em vantagem pecuniária e contagem em dobro para efeito de aposentadoria ao funcionário que não a houver gozado. Nº 575-4

Sugere normas que assegurem a todo trabalhador direito a aposentadoria, com salário integral, após 30 anos de trabalho para o do sexo feminino e 35 anos para o masculino. Nº 576-2

Sugere normas que garantam a educação como direito de todos e dever do Estado, que a mesma seja promovida pelo poder público, pela família e pela comunidade em geral, obedecidos os princípios básicos que enumera. Nº 577-1

Sugere que a organização municipal, variável segundo as peculiaridades locais, o desmembramento de Municípios e a respectiva divisão em distritos dependerão de lei, que fixará como condição, na criação de distrito, a exis-

tência e o funcionamento, na área, de no mínimo um posto de guarda municipal, um posto de saúde e de uma escola de primeiro grau. Nº 676

Sugere que a lei não possa excluir da apreciação do Judiciário qualquer lesão a direito individual ou a interesses coletivos. Nº 677-7

Sugere que a demissão somente será aplicada ao servidor público, admitido por concurso público, no período de estágio probatório, em virtude de sentença judicial ou mediante processo administrativo que comprove sua inaptidão para o cargo ou emprego para o qual foi habilitado. Nº 678-5

Sugere competir à União Federal, mediante normas especificadas em lei complementar, formular o Plano Nacional de Urbanismo e o Projeto Nacional de Uso do Solo Urbano, podendo essa competência ser delegada às Unidades Federativas que serão executoras em seu âmbito territorial. Nº 679-3

Sugere que a saúde é direito de todos os indivíduos e um dever do Estado, que o garantirá mediante: I — políticas econômicas, sociais e de meio ambiente; II — oferta de serviços de saúde a toda a população, de forma igual; III — destinação de pelo menos 12% das receitas tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e 25% do Fundo da Previdência e Assistência Social. Nº 680-7

Sugere que os cursos superiores de graduação tenham os seus currículos padronizados para todo o território nacional, e que nas transferências de alunos o aproveitamento das matérias cursadas seja determinado pelos critérios do padrão único nacional e não pelos critérios dos desdobramentos e enriquecimentos curriculares, previstos nos regimentos das instituições de ensino superior. Nº 800-1

GEOVANI BORGES — Sugere seja assegurada a autonomia municipal do Distrito Federal e Territórios. Nº 119-8

Sugere que a República Federativa seja constituída pela associação indissolúvel da União Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Nº 160-1

Sugere que a composição da Câmara dos Deputados seja de 420 represen-

tantes, observando-se o limite máximo estabelecido pela Justiça Eleitoral, proporcional à população, com reajustes para que nenhuma unidade federada tenha menos de 8 ou mais de 70 deputados. Nº 161-9

Sugere a redução da idade para que o cidadão possa ser eleito senador, e que os Territórios Federais tenham representantes no Senado Federal. Nº 162-7

Sugere o direito de aposentadoria aos professores e profissionais de enfermagem após 25 anos de efetivo serviço. Nº 163-5

Sugere que a União proporcione condições para a instalação de Universidades em Municípios com populações superiores a 200 mil habitantes, cuja sede possua rede de ensino de 1º e 2º graus e que estejam situados a uma distância igual ou superior a 300 quilômetros de estabelecimento de ensino universitário. Nº 164-3

Sugere que 50% do produto dos impostos arrecadados pela União sejam assim distribuídos: 23% ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; 20% ao Fundo de Participação dos Municípios, e 2% ao Fundo Especial. Nº 165-1

Sugere que 2% do produto de arrecadação de impostos da União e 5% dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios sejam aplicados no desenvolvimento de programas de infraestrutura e incentivo ao turismo. Nº 166-0

Sugere sejam os proventos dos servidores aposentados iguais aos dos em atividade, para cargos ou funções iguais ou equivalentes. Nº 167-8

Sugere seja assegurada assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes; e a estes, que comprovadamente não exerçam atividades remuneradas, aposentadoria especial. Nº 168-6

Sugere a promoção e a execução, pelos Poderes Públicos, de planos e programas habitacionais que obedeçam a padrões de higiene e habitabilidade. Nº 169-4

Sugere eleições para cargos executivos estaduais e legislativos estaduais e fe-

derais no Distrito Federal e Territórios Nº 170-8

Sugere seja criada a Defensoria do Povo, em todos os níveis, e o titular escolhido pelo Poder Legislativo federal, estadual e municipal, e dá outras providências. Nº 171-6

Sugere a autonomia política, administrativa, legislativa e financeira do Distrito Federal e dos Territórios. Nº 172-4

Sugere caber ao Estado assegurar a assistência social, gratuita a todas as pessoas carentes, permitindo a integração das mesmas à organização política e social. Nº 173-2

GERALDO ALCKMIN — Sugere, de acordo com a lei citada, seja assegurada ao segurado da Previdência Social urbana a contagem de tempo de serviço prestado na condição de trabalhador rural e, ao segurado da Previdência Social rural, conforme lei citada, o tempo de serviço prestado como trabalhador urbano. Nº 309-3

Sugere seja assegurado aos militares, de quaisquer postos e graduações, inclusive os das Polícias Militares e os dos Corpos de Bombeiros, o direito de votar e serem votados e, para o pleno exercício do direito de serem eleitos, o afastamento dos militares do serviço ativo. Nº 311-5

Sugere que o Poder Público adote uma Política Nacional de Cooperativismo, com o objetivo de estimular as atividades cooperadas em todo o território nacional, na forma que estabelece. Nº 318-2

Sugere a instituição do Regime Parlamentar no Brasil. Nº 320-4

Sugere a inclusão de normas no capítulo destinado ao sistema eleitoral na futura Constituição. Nº 321-2

GERALDO FLEMING — Sugere a aplicação, na região da Amazônia Legal, de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do produto da arrecadação de impostos federais. Nº 960-1

GERSON PERES — Sugere caber ao Estado o ônus do registro civil e respectiva certidão a todos os brasileiros. Nº 248-8

GONZAGA PATRIOTA — Sugere dispositivos sobre o direito de voto e elegibilidade, declarando eleitores os brasileiros que, à data da eleição, contem 18 anos ou mais, alistados na forma da lei, sendo o alistamento e o voto obrigatórios para brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei. Nº 681-5

Sugere fundamentar-se a Ordem Econômica no desenvolvimento econômico e na Justiça Social, com base nos seguintes princípios: I — repressão ao abuso do poder econômico, caracterizado pela interrupção da produção de bens necessários à vida nacional; pelo domínio dos mercados, pela eliminação da concorrência; pelo açambarcamento de mercadorias; pela retenção de bens objetivando provocar escassez; e pelo aumento arbitrário dos lucros. Nº 682-3

Sugere restrição à ação do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, no período compreendido entre as eleições e a posse dos eleitos; entre as quais: I — contrair dívidas em nome da União, Estado ou Município; II — contratar operações de crédito por antecipação da receita; III — conceder benefício fiscal; IV — conceder anistia de débitos para com a União, Estado ou Município; V — criar cargos ou funções na administração direta ou indireta; e VI — nomear, promover, contratar, remover ou demitir servidor público etc. Nº 683-1

Sugere que a Constituição assegure aos trabalhadores direitos que visem melhoria de sua condição social, como: I — proibição de diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, cor, estado civil, religião e idade; II — estabilidade, com indenização em dobro ao trabalhador despedido sem justa causa; III — aposentadoria para a mulher aos 25 anos de trabalho e, ao homem, aos 30; IV — aposentadoria compulsória para os homens, aos 60 anos e às mulheres, aos 55; V — greve preventiva. Nº 684-0

Sugere dispositivos sobre a proteção à família, à maternidade, à infância, ao adolescente e ao idoso. Nº 685-8 ...

Sugere que os cargos públicos sejam acessíveis a todos os brasileiros que preenchem os requisitos seguintes: § 1º — primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos; § 2º — prescindirá de concurso

a nomeação para cargos em comissão; § 3º — nenhum concurso terá validade por prazo superior a 4 anos, contados da homologação; § 4º — idade máxima para concurso será de 50 anos. Nº 686-6

Sugere dispositivos sobre o Poder Judiciário, tais como: órgãos que o compõem (STF; Tribunal Federal de Recursos e Juízes Federais; Tribunais e Juízes Militares; Tribunais e Juízes Eleitorais; Tribunais e Juízes do Trabalho; Tribunais e Juízes Estaduais; Tribunais e Juízes Estaduais Especiais) deixando à lei complementar (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), o estabelecimento de normas sobre organização, funcionamento, disciplina, vantagens, independência econômico-financeira, direitos e deveres da magistratura, respeitadas as garantias e proibições previstas nesta Constituição. Nº 962-8

HAROLDO LIMA — Sugere que as Forças Armadas, como parte integrante do Estado, sejam constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas na forma da lei e estruturadas com base na hierarquia e na disciplina, sob o comando supremo do Chefe de Estado, o Presidente da República, a quem devem obediência, enunciando outros dispositivos sobre atribuições do Chefe do Governo (Primeiro-Ministro); do Presidente da República, do Poder Legislativo, além de disposições transitórias. Nº 583-5

HÉLIO COSTA — Sugere princípios e normas para um Sistema Único e Público de Saúde. Nº 963-6

HÉLIO MANHÃES — Sugere a antecipação da data de posse para Governadores, Vice-Governadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos, e restrições aos gastos efetuados no final do mandato. Nº 964-4

HENRIQUE EDUARDO ALVES — Sugere seja assegurados aos municípios 60% da renda tributária arrecadada pela União e pelos Estados no âmbito do seu território; dispõe sobre a aplicação dessa renda em saúde, educação e desenvolvimento urbano e rural. Nº 302-6

Sugere sejam assegurados a todas as categorias funcionais do antigo IPASE os benefícios constantes da Lei nº 7.293, de 19/12/984. Nº 303-4

Sugere normas garantidoras da Organização da Justiça; dispõe sobre a

competência dos Tribunais, dos juízes, da organização judiciária, do ingresso na magistratura, da promoção dos titulares do cargo, da composição dos Tribunais, dos vencimentos dos Juízes desembargadores, do acesso aos Tribunais de 2ª Instância. Nº 04-2

Sugere se assegurem aos trabalhadores férias anuais, com remuneração equivalente ao dobro do salário mensal. Nº 306-9

Sugere a oficialização das serventias judiciais e extrajudiciais, seu provimento de cargos, observado o critério de classificação em concurso; exclui das vantagens do **caput** a titularidade atual ou anterior de serventias; assegura aposentadoria aos atuais ocupantes de serventias e ressarcimento peals befeitorias feitas e necessárias à continuidade do serviço. Nº 307-7

Sugere proibição aos trabalhadores de trabalho em atividades insalubres, salvo se autorizadas, e proibição de qualquer trabalho a menores de 14 anos. Nº 308-5

Sugere a destinação pela União de 10% da arrecadação do Imposto de Renda, durante 20 anos, à região Nordeste, para aplicação conforme específica; autoriza o governo a emitir bônus visando angariar recursos aplicáveis à região. Nº 310-7

Sugere serem juridicamente válidos os instrumentos democráticos da pressão na solução dos conflitos entre patrões e empregados, ilegítima a ingerência do Estado na liberdade de sindicalização permitida aos servidores públicos. Nº 578-9

Sugere ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, como direito do cidadão e dever do Estado, a quem incumbe a permanente ampliação das disponibilidades de emprego. Nº 579-7

Sugere que os governos estaduais, sejam competentes para legislar, complementamente, em matéria trabalhista, bem como para fiscalizar as condições de trabalho, mediando, quando solicitados, as negociações coletivas. Nº 580-1

Sugere que todos os trabalhadores e servidores públicos de qualquer categoria gozem direito de greve de organização sindical, admitindo-se a atuação

dos piquetes de convencimento, impedido o constrangimento físico ou moral. Nº 581-9

Sugere que o Estado não interfira na negociação coletiva do trabalho, resolvidas as pendências entre os sindicatos laborais e patronais, proibida a violência pela intervenção policial, acatadas as decisões finais da Justiça Trabalhista, sob as penas da lei. Nº 582-7

INOCÊNCIO OLIVEIRA — Sugere que a União distribua 40% do produto da arrecadação do IR e do IPI, de modo que a percentagem destinada ao Fundo de Participação dos Municípios nunca seja inferior a 20%. Nº 143-1

Sugere que o mandato do Presidente da República seja de 5 anos e, nas Disposições Constitucionais Transitórias, seja dado igual tratamento ao mandato do atual Presidente. Nº 144-9

Sugere a concessão de anistia aos débitos das Prefeituras Municipais para com a Previdência Social e a vinculação entre os recursos do Fundo de Participação dos Municípios e os encargos previdenciários das Prefeituras. Nº 145-7

Sugere seja destinada aos Municípios uma percentagem não inferior a 20% dos recursos arrecadados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento. Nº 146-5

Sugere que no plano de defesa contra a seca do Nordeste a União aplique quantia não inferior a 3% da renda tributária. Nº 148-1

Sugere que o mandato do Governador e Vice-Governador seja de 4 anos. Nº 384-1

Sugere que as eleições para cargos executivos em todos os níveis sejam realizadas dentro de 45 dias antes do término do mandato anterior. Nº 385-9

Sugere normas norteadoras da criação de municípios e de qualquer alteração dentro de seu âmbito territorial. Nº 386-7

Sugere seja fixada a data de 1º de janeiro do ano em que se iniciar o mandato para a posse dos eleitos para cargos executivos de todos os níveis. Nº 388-3

Sugere que os proventos da inatividade sejam revistos sempre que se midificarem os vencimentos dos servidores em atividade, a partir da mesma data e na mesma proporção, bem como sempre que se for transformado ou reclassificado o cargo ou função em que se deu a aposentadoria. Estender-se-ão igualmente aos inativos iguais benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade. Nº 584-3

Sugere a proibição de se onerarem proventos e pensões com qualquer tipo de imposto ou contribuição compulsória. Nº 634-3

Sugere seja assegurada a previdência social por morte do trabalhador, garantida à viúva, enquanto se mantiver nessa condição, pensão nunca inferior ao que percebia o cônjuge à data do falecimento, deduzidas as parcelas a que tiverem direito os filhos do casal, devendo essa medida alcançar as pensionistas já em gozo do benefício. Nº 776-5

Sugere seja estabelecido, no texto constitucional, um sistema de regionalização e hierarquização dos serviços de saúde, através da implantação de uma rede básica de serviços públicos de saúde, adaptados às peculiaridades e necessidades regionais e locais, de modo a permitir o atendimento e a solução de cerca de 90% (noventa por cento) dos problemas de saúde e triagem dos problemas secundários e terciários para outros serviços. Nº 802-8

Sugere seja fixada em quatro anos a duração do mandato dos Prefeitos Municipais e Vereadores. Nº 803-6

Sugere seja estabelecido, no texto constitucional, uma maior atuação do Estado na erradicação das endemias rurais e das doenças controláveis por saneamento básico. Nº 804-4

Sugere seja instituída a regionalização do Orçamento da União, de modo a facultar que peculiaridades e necessidades regionais recebam tratamento adequado e mais eficaz no combate à desigualdade atualmente existente entre as várias regiões do País. Nº 805-2

Sugere seja fixado nos Orçamentos Federal, Estadual e Municipal um percentual de 8% para o setor da saúde. Nº 806-1

Sugere seja estabelecido o amparo integral por parte do Estado à saúde da mulher e da criança. Nº 807-9

Sugere seja estabelecido um percentual fixo do FINSOCIAL para o setor de saúde. Nº 808-7

Sugere seja fixado em 25% (vinte e cinco por cento) a participação do INAMPS no Orçamento do Ministério da Previdência e Assistência Social. Nº 809-5

Sugere seja vedado atribuir-se aos inativos de nível superior proventos inferiores ao mínimo determinado em lei para a categoria a que pertençam, devendo esta medida retroagir à data da lei que instituiu o piso profissional. Nº 850-8

IRAM SARAIVA — Sugere aposentadoria compulsória, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ao funcionário público. Nº 023-0

Sugere incorporação, subdivisão ou desmembramento para que os Estados sejam anexados a outros ou formem novos Estados, mediante aquiescência das Assembleias Legislativas, plebiscito das populações interessadas e lei do Congresso Nacional. Nº 024-8

Sugere que qualquer cidadão, atendidos os pressupostos legais, possa prestar concurso público ou ingressar em emprego até os 60 (sessenta) anos, sem prejuízo de seus direitos à aposentadoria por tempo de serviço. Nº 025-6

Sugere seja assegurada a aposentadoria voluntária aos 60 (sessenta) anos para o homem, e aos 55 (cinquenta e cinco) anos para a mulher. Nº 026-4

Sugere desdobramento em dois períodos, e a critério do trabalhador, de suas férias anuais remuneradas. Nº 028-1

Sugere seja garantia a proteção do valor real das pensões e proventos da aposentadoria contra a desvalorização da moeda, prevendo reajustes em iguais épocas e índices da categoria trabalhista, cargo, função ou posto em que haja ocorrido a aposentadoria. Nº 029-9

Sugere a criação do Estado do Tocantins, por desmembramento de parte da área do Estado de Goiás, indicando os Municípios abrangidos, os limites e divisas do novo Estado. Nº 030-2

Sugere a inclusão das donas-de-casa e das camponesas no sistema de seguridade social, assegurando-lhes aposentadoria. Nº 066-3

Sugere que os proventos da aposentadoria não sejam nunca inferiores aos vencimentos dos funcionários em atividade, atendendo equiparação para inativos. Nº 067-1

Sugere aposentadoria por tempo de serviço, com salário integral, aos 30 (trinta) anos para o homem e, aos 25 (vinte e cinco) anos para a mulher, promovendo redução do tempo de serviço do trabalhador. Nº 068-0

Sugere que a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade, não excederá as 40 (quarenta) horas semanais, nem o máximo de 8 (oito) horas diárias, com intervalo para descanso, salvo casos especiais. Nº 069-8

Sugere seja assegurado ao servidor público o direito à sindicalização. Nº 070-1

Sugere concessão de direito a voto aos brasileiros maiores de 16 (dezesesseis) anos, na data da eleição, a obrigatoriedade do voto e do alistamento, ressalvado, para este último os que não saibam exprimir-se no idioma nacional e os que estejam privados dos direitos políticos. Nº 071-0

Sugere como competência da União estabelecer o Plano Nacional de Informática; como sua competência exclusiva, legislar sobre jazidas, minas, potenciais de energia hidráulica e informática, bem como o regime de sua exploração e à proveitamento; e como competência da União e dos Estados, legislar sobre educação, cultura, ciência, tecnologia, ensino e desporto. Nº 072-8

Sugere a não-obrigatoriedade de prestação de serviço militar aos brasileiros, ressalvados os casos de encargos necessários à segurança nacional. Nº 073-6

Sugere que a União destine, anualmente, não menos que 25% (vinte e cinco

por cento) de sua receita tributária e previdenciária às ações de saúde, e que os Estados e Municípios apliquem, anualmente também, no mínimo, 30% (trinta por cento) do produto resultante da renda dos respectivos tributos igualmente nas ações de saúde. Nº 074-4

Sugere obrigatoriedade do ensino para todos, dos 6 (seis) aos 16 (dezesesseis) anos, incluindo habilitação para exercício de atividades profissionais, e seleção, para investidura no ensino superior, através das avaliações dos currículos e notas a serem estipuladas em lei. Nº 075-2

Sugere que a União destine, anualmente, 25% (vinte e cinco por cento), enquanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não menos de 30% (trinta por cento) das receitas resultantes da arrecadação de impostos, para manutenção e desenvolvimento do ensino em todas essas esferas. Nº 076-1

Sugere a distribuição obrigatória, pela União, de 15% da arrecadação de impostos sobre operações de crédito, câmbio, seguro e títulos e valores imobiliários aos Estados, ao Distrito Federal e aos Territórios, e de 35% (trinta e cinco por cento) aos Municípios. Nº 093-1

Sugere a distribuição, pela União, de 38% (trinta e oito por cento) do produto arrecadado do Imposto sobre a Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados, da forma seguinte: 16% (dezesesseis por cento) ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios e 2% (dois por cento) ao Fundo Especial. Nº 094-9

Sugere seja assegurada à União a propriedade de inalienável e imprescritível dos recursos minerais de qualquer natureza existentes no país; seja assegurada a competência à União e ao Poder Legislativo para legislar, controlar e fiscalizar a pesquisa, a prospecção, a exploração, o aproveitamento e a comercialização dos recursos minerais. Nº 120-1

Sugere o ressarcimento dos Estados e do Distrito Federal, pela União, pela não incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) sobre as operações que destinem ao exterior

produtos industrializados e outros que a lei indicar. Nº 121-0

Sugere a quota de 30% (trinta por cento) para a participação dos Municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias realizadas em seus territórios. Nº 122-8

Sugere que a distribuição do produto da arrecadação de impostos seja efetuada exclusivamente em dinheiro. Nº 123-6

Sugere a instituição de competência privativa ao Senado Federal para a aprovação prévia, por voto secreto, da escolha de magistrados, do Procurador-Geral, da República, dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, dos membros do Conselho Monetário Nacional e do presidente e diretores do Banco Central do Brasil. Nº 124-4

Sugere que se incluam entre as competências exclusivas do Congresso Nacional matérias que específica, relacionadas com o Tribunal de Contas da União. Nº 343-3

Sugere a inclusão de dispositivo criando a figura do advogado da União, nas condições que estabelece. Nº 344-1

Sugere que o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias não incidam sobre veículos, máquinas e equipamentos rodoviários adquiridos pelos Municípios para uso próprio. Nº 533-9

Sugere que todo cidadão é parte legítima para propor ação pública condenatória contra a União, o Estado, ou o Município, a fim de compelir o réu a prestar moradia, alimentação, vestuário, educação, assistência médica e trabalho ao menor de 18 (dezoito) anos de idade que se verifique não possuir, por si ou por seus responsáveis, meios com que se prover aqueles direitos. Nº 534-7

Sugere normas dispondo sobre a aquisição de domínio sobre imóvel popular urbano em área de favela por todo aquele que o ocupe, por mais de 3 anos, de maneira mansa e pacífica; forma de sua aquisição, declarada por sentença judicial, com isenção de des-

pesas; sua destinação como bem de família. Nº 585-1

Sugere que o homem e a mulher assumam, completados 18 anos de idade, a plenitude de seus direitos civis. Lei ordinária, de iniciativa da União, estabelecerá a extensão e as demais formas de aquisição dos direitos a que se refere o **caput** do artigo. Nº 586-0

Sugere que a Constituição possa ser emendada mediante proposta: I — de 1/3 dos membros do Senado Federal, e 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados; II — do Presidente da República; ou pela maioria absoluta das Assembleias Legislativas dos Estados, manifestando-se cada uma delas pela maioria absoluta de seus membros; III — de 30 mil eleitores; e dá outras providências. Nº 587-8

Sugere que o casamento possa ser dissolvido por anulação, em qualquer época, uma vez comprovados fatos que tornem nula a sua realização. Nº 706-4

Sugere que no caso de separação de um casal, só seja permitida ao genitor não responsável pela guarda dos filhos, aproximação dos mesmos se esta não vier a ser nociva para a educação e formação dos menores. Nº 707-2

Sugere normas para declaração de usucapião, considerando a ocupação de área rural não excedente a 25 hectares, durante 3 anos, ininterruptos e sem oposição, por indivíduo que, não sendo proprietário rural nem urbano, a tiver tomado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada. Nº 965-2

IRMA PASSONI — Sugere que todo poder emana do povo e em seu nome, proveito e com sua participação deve ser exercido, que a organização dos poderes tem por fim assegurar, a todos, condições de vida digna e feliz, que a soberania popular se exerce pelo sufrágio político e a participação do povo nas funções públicas, com a garantia dos direitos e liberdades fundamentais, e que o território e os bens nacionais são inalienáveis. Nº 588-6

Sugere inclusão dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, dentre cujas normas estão: I — proibição de diferença salarial para trabalhos iguais; II — creches para filhos de empregados, até 1 ano, no local do trabalho, próximo deste ou da moradia; III — não

incidência da prescrição no curso do contrato; IV — descanso remunerado à gestante, antes e depois do parto; V — participação nos lucros da empresa; VI — garantia e segurança no emprego, proibida demissão imotivada; VII — extensão de direitos trabalhistas aos domésticos. Nº 702-1

Sugere seja assegurada assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes, cabendo ao Estado promover criação de rede nacional de assistência materno-infantil e rede nacional de creches. Nº 703-0

Sugere que a família, instituída civil ou naturalmente, tenha direito à proteção do Estado e à efetivação de condições que permitam a realização pessoal dos seus membros, cabendo ao Estado assegurar assistência à família e criar mecanismos para coibir a violência nas relações familiares. Nº 704-8

Sugere que a ordem social tenha por fim realizar a justiça social, com base em: I — função social da maternidade e da paternidade como valores sociais fundamentais, devendo o Estado assegurar os mecanismos de seu desempenho; II — igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e o rural. Nº 705-6

IVO LECH E OUTROS — Sugere norma que assegure os direitos das pessoas portadoras de deficiência, incluindo as matérias nos capítulos que disciplinam os direitos e garantias de todos os cidadãos, ou através de regulamentação de lei ordinária. Nº 708-1

IVO MAINARDI — Sugere dispositivos sobre a aposentadoria do trabalhador rural, estipulando que a lei garantirá a aposentadoria do trabalhador rural, em importância nunca inferior a 1 (um) salário mínimo, equiparando-o ao trabalhador urbano. Nº 801-0

Sugere dispositivos sobre a vedação da incidência de tributos e impenhorabilidade de área de terra até 25 hectares. Nº 848-6

Sugere dispositivos sobre a profissão de trabalhadora rural, dispondo que seja reconhecida a profissão de trabalhadora rural à mulher do agricultor que labuta ao seu lado na lavoura, com direito à aposentadoria nunca inferior a 1 (um) salário mínimo. Nº 849-4

JAMIL HADDAD — Sugere normas sobre a eleição do Presidente da República. Nº 463-4

Sugere que todos os brasileiros tenham direito à habitação digna e adequada ao tamanho de sua família, sendo dever dos poderes públicos a promoção das condições e o estabelecimento de normas que tornem efetivo tal direito, regulando a utilização do solo de acordo com o interesse geral, para impedir a especulação. Sugere que a comunidade participe da mais-valia gerada pela ação urbanitária do poder público. Nº 462-2

Sugere que o domicílio e o sigilo da correspondência e de todos os meios de comunicação privada sejam invioláveis, sendo proibida a ingerência das autoridades públicas na correspondência e nas comunicações de qualquer espécie, salvo os casos previstos na lei penal ou mediante autorização judicial. Considera crime a escuta clandestina, bem como sua veiculação. Nº 465-1

Sugere que em lugar da denominação usada na Constituição vigente — "Dos Direitos e Garantias Individuais" — utilize-se a seguinte denominação: "Dos Direitos do Ser Humano". Nº 466-9

Sugere ser direito do trabalhador organizar comissão de defesa de seus interesses e participação na gestão da empresa. Nº 467-7

Sugere que o Procurador-Geral da República seja nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada. Nº 468-5

Sugere que a tortura seja considerada crime comum, inafiançável, insuscetível de graça ou anistia. Nº 469-3

Sugere que a admissão, promoção e demissão de professores de universidades públicas e privadas, fundações, autarquias e unidades isoladas, seja atribuição exclusiva do colegiado de seus docentes. Nº 470-7

Sugere que os membros de várias instâncias judiciárias não tenham férias conjuntas (férias forenses). Nº 471-5

Sugere que a iniciativa das leis seja da competência dos parlamentares, do Presidente da República e da cidadania, consistindo a iniciativa legislativa popular na proposição assinada por 30 (trinta) mil eleitores, no mínimo, de anteprojecto de lei ou de emenda constitucional dirigida ao Presidente do Congresso Nacional, que lhe dará encaminhamento no prazo de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento. Nº 472-3

Sugere que os impostos sobre sucessões e doações sejam progressivos, de forma a contribuir para a igualdade entre os cidadãos. Nº 473-1

Sugere que o imposto sobre a renda vise a diminuição das desigualdades e seja progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar. Nº 474-0

Sugere que o sistema tributário seja estruturado por lei, tendo em vista a repartição igualitária da riqueza e dos rendimentos, e à satisfação das necessidades financeiras do Estado. Nº 475-8

Sugere política agrícola, tendo como objetivos prioritários: aumento de produtividade da agricultura, visando ao abastecimento do País e ao incremento das exportações; a melhoria da situação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores; a transformação das estruturas fundiárias; a transferência da posse útil da terra e dos meios de produção. Nº 476-6

Sugere possibilidade de intervenção do Estado na gestão de empresas privadas para assegurar o interesse público e os direitos dos trabalhadores. Nº 477-4

Sugere referendo do eleitorado nacional, podendo aprovar ou rejeitar a Constituição, 60 (sessenta) dias após a sua promulgação. Nº 478-2

Sugere a criação de Varas especializadas em matéria eleitoral. Nº 479-1

Sugere que todo cidadão tenha, sem qualquer ônus, o direito de petição e de receber resposta, cabendo ao Ministério Público intentar a competente ação quando resultar em apuração de irregularidade. Nº 480-4

Sugere que mediante registro na Justiça Eleitoral fica livre a organização partidária, assegurando aos partidos políticos registrados um ano antes da eleição participação nas mesmas, e veda o legislar sobre eleições no período de 1 ano anterior a sua realização. Nº 481-2

Sugere que petição de trinta mil eleitores contra a publicação de uma lei determine suspensão de sua eficácia e que seja reapreciada a matéria pelo Congresso Nacional. Nº 482-1

Sugere deva o regime de acesso à universidade levar em conta as necessidades de quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do País, e que os recursos públicos dêem prioridade às escolas públicas e ao ensino gratuito. Nº 483-9

Sugere que ao Estado incumbe fixar e atualizar o salário mínimo e os fatores a serem considerados. Nº 484-7

Sugere que todo cidadão tenha direito a um meio ambiente sadio. Nº 485-5

Sugere que o homem e a mulher tenham o direito de contrair matrimônio com igualdade jurídica, e os filhos nascidos fora do casamento não sejam discriminados. Nº 486-3

Sugere que lei regule a participação dos corpos docentes, discente e dos funcionários, na gestão das escolas em todos os níveis. Nº 487-1

Sugere deva toda e qualquer propriedade rural dedicar 20% (vinte por cento) de sua área à produção de alimentos de primeira necessidade. Nº 488-0

Sugere que lei regule a forma de participação das associações diretamente interessadas na definição da política nacional relativa ao ensino e à pesquisa. Nº 489-8

Sugere ser da competência dos próprios tribunais a nomeação de seus membros titulares. Nº 490-1

Sugere seja definida com clareza as responsabilidades dos agentes e funcionários do Estado quanto a ações e omissões de que resultem violação dos direitos dos cidadãos. Nº 491-0

Sugere que o aborto seja direito da mulher maior, cumprindo ao Estado assegurar assistência à mãe pobre. Nº 492-8

Sugere que toda e qualquer alienação acionária que direta ou indiretamente implique em transferência de empresas pública, estatal ou de economia mista, dependa de prévia autorização do Congresso Nacional. Nº 493-6

Sugere que as normas relativas aos direitos fundamentais e às liberdades que a constituição reconheça sejam interpretadas de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os tratados internacionais. Nº 494-4

Sugere seja feito exclusivamente por concurso público de provas e títulos o acesso ao serviço público na administração direta e indireta, nas autarquias, nas fundações instituídas pelo Poder Público ou mantidas com recursos públicos e nas sociedades de economia mista nas quais o Estado seja majoritário. Nº 589-4

Sugere que fique assegurada aos servidores públicos, trabalhadores e empregados, qualquer, trabalhadores e empregados, qualquer que seja a natureza do vínculo empregatício, a participação, com direito a voz e voto, na gestão dos órgãos diretivos da administração pública, direta e indireta, autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e sociedades de economia mista nas quais o Estado tenha o controle acionário. Nº 590-8

Sugere que toda pessoa privada de liberdade deva ser informada imediatamente dos motivos de sua prisão e de seus direitos constitucionais, sendo que a privação da liberdade contra o disposto na Constituição e na lei impõe ao Estado o dever de indenizar o lesado, sem prejuízo da ação regressiva contra o funcionário faltoso. Nº 591-6

Sugere que a lei defina os setores básicos nos quais ficará vedada a atividade das empresas privadas. Nº 592-4

Sugere que os juizes são irremovíveis, não podendo ser suspensos, aposentados ou demitidos, senão nos casos previstos em lei especial. Nº 593-2

Sugere que os partidos políticos representados no Congresso Nacional tenham o direito de acesso às informa-

ções oficiais sobre todos os assuntos de interesse público. Nº 594-1

Sugere que todo cidadão tenha direito ao trabalho, sendo o dever de trabalhar inseparável do direito ao trabalho, e que cumpra ao Estado, mediante a aplicação de planos de política econômica e social, garantir o direito ao trabalho. Nº 595-9

Sugere que todo cidadão, individual, coletivamente ou por intermédio de associações civis, sindicais ou de classes, tenha o direito de ser esclarecido sobre atos e projetos do Estado e demais entidades públicas, e de ser informado pelas respectivas autoridades da gestão dos assuntos públicos. Nº 596-7

Sugere seja assegurada a liberdade de cátedra, a autonomia administrativa, financeira e pedagógica da universidade. Nº 597-5

Sugere que a taxa de contribuição de melhoria se estenda à especulação imobiliária. Nº 598-3

Sugere competir aos municípios legislar sobre: I — tributos urbanos; II — requisição de terrenos e edificação compulsória; III — usucapião urbano; IV — aluguéis; V — transporte urbano. Nº 599-1

Sugere que a propriedade privada e a liberdade de iniciativa sejam subordinadas à função social. Nº 600-9

Sugere ser proibida qualquer discriminação por motivo de sexo, raça, credo religioso e convicção política. Nº 601-7

Sugere que os litígios relativos a acidentes do trabalho sejam da competência exclusiva da Justiça do Trabalho. Nº 602-5

Sugere que todo brasileiro tenha direito à educação nos vários graus de ensino, cumprindo ao Estado prover os meios necessários para tanto. Nº 603-3

Sugere incumbir, prioritariamente, ao Estado, no âmbito da economia: I — promover o bem-estar social e econômico do povo, em especial das classes mais desfavorecidas; II — procurar a redistribuição da riqueza e da renda nacional; III — orientar o desenvolvimento econômico, no sentido de um crescimento equilibrado dos diversos setores

e regiões; IV — eliminar e impedir a formação de monopólios privados, bem como reprimir o abuso econômico e as práticas lesivas ao interesse geral; V — proteger o consumidor; VI — desenvolver política científica e tecnológica, principalmente nas atividades ligadas ao desenvolvimento nacional.

Nº 604-1

Sugere seja garantida ao trabalhador a segurança no emprego, proibida a dispensa sem justa causa por motivos ideológicos ou convicções políticas.

Nº 605-0

Sugere que todo cidadão tenha direito de tomar conhecimento de tudo quanto a seu respeito conste de registros públicos e privados, e de ser informado do destino das informações, podendo exigir a retificação de dados, sendo vedado a terceiros o acesso aos acervos informáticos com dados pessoais e a respectiva interconexão, bem como o fluxo de dados. Nº 606-8.

Sugere que os cidadãos tenham o direito de se reunir pacificamente, mesmo em lugares abertos ou públicos, sem necessidade de qualquer autorização, cumprindo ao Poder Público assegurar o direito de manifestação dos cidadãos. Nº 607-6

Sugere que todos tenham o direito de resistir a qualquer ordem, ação ou omissão que ofenda seus direitos, liberdades e garantias; e de repelir pela força qualquer agressão, sempre que for impossível assegurar a intervenção tempestiva da autoridade pública. Nº 687-4

Sugere seja o Estado civilmente responsável de forma solidária com os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, pelas ações ou omissões praticadas no exercício de suas funções e por consequência de cujo exercício resulte violação de direitos, liberdades e garantias ou prejuízos para outrem. Nº 688-2

Sugere que qualquer cidadão, o Ministério Público e as pessoas jurídicas sejam parte legítima para propor ação que vise anular atos ilegais ou lesivos ao patrimônio público ou de entidade de que participe o Poder Público, bem como de privilégios indevidos concedidos a pessoas físicas ou jurídicas. São considerados também sob essa tutela o meio ambiente e os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Nº 689-1

Sugere que o Brasil veja-se, nas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do ser humano, do direito de todos os povos a sua autodeterminação e independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, e da cooperação com todos os povos para a emancipação e progresso da humanidade. Nº 690-4

Sugere ser a República Federativa do Brasil, constituída sob o regime representativo, um Estado de direito democrático, fundado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e no pluralismo de idéias e organização democráticas, que têm por objetivo assegurar a transição para o socialismo, mediante a realização da democracia econômica, social e cultural, e a participação de todos os brasileiros nos frutos da riqueza nacional. Nº 691-2

Sugere não poder a lei restringir direitos, liberdades ou garantias. Nº 692-1

Sugere que a todo brasileiro sejam reconhecidos os direitos à identidade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem e à privacidade pessoal e familiar; dispõe que a lei estabelecerá garantias efetivas contra a violação do disposto no presente artigo. Nº 693-9

Sugere serem tarefas fundamentais do Estado, entre outras: promover o bem-estar do povo; a real igualdade econômica, política e cultural de todos os brasileiros, mediante a transformação das estruturas e a socialização progressiva dos meios de produção, abolindo a exploração e a opressão do homem pelo homem. Nº 694-7

Sugere serem invioláveis a vida humana e a integridade física e moral dos cidadãos e que ninguém possa ser submetido a tortura, a tratos ou a penas cruéis, degradantes ou desumanas, cabendo ao Estado responder civilmente pelos abusos de seus funcionários, cumprindo ao Ministério Público promover *ex officio*, sob pena de responsabilidade funcional, a responsabilidade penal e exercer o direito de regresso. Nº 695-5

Sugere que a anistia concedida pela Emenda Constitucional nº 26, de 27-11-85, fique estendida aos cidadãos civis e militares de qualquer posto ou graduação que hajam sido punidos, inclusive disciplinarmente, com demissão e dispensa de suas atividades, que tiveram mandatos interrompidos ou algum direito lesado, com base em quaisquer outros diplomas legais, tudo por motivação política. Nº 696-3

Sugere que a Administração Pública vise a realização do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, estipulando que a administração pública seja estruturada de modo a evitar a burocratização, a aproximar os serviços das populações e a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efetiva, especialmente por intermédio de associações civis, comunitárias, de classe e outras formas de representação democrática. Nº 697-1

Sugere normas que garantam a liberdade dos meios de comunicação social e disciplinem os casos e as condições em que eles se processem. Nº 709-2

JOÃO CUNHA — Sugere princípios fundamentais sobre a ordem econômica, a qual se deve fundamentar na justiça social e no desenvolvimento; e assegurar a todos uma existência digna. Trata da valorização do trabalho, do fortalecimento das empresas nacionais, assegura livre iniciativa econômica particular, intervenção do Estado, o cooperativismo e associativismo, formulação de planos nacionais e regionais; propriedade do solo e do subsolo; exploração de suas riquezas; e desapropriação, entre outros. Nº 811-7

JOAQUIM BEVILACQUA — Sugere normas e princípios para um sistema parlamentar de governo. Nº 978-4

JOAQUIM FRANCISCO — Sugere normas que disponham sobre a aposentadoria do funcionário, especialmente eliminando a redução do salário do aposentado, pelo cômputo do serviço prestado, não concomitantemente, à iniciativa privada. Nº 712-9

Sugere a destinação de não menos de 3% da receita tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios à assistência ao lar carente, e a criação de instituições para a internação de idosos. Nº 713-7

Sugere seja dever do Estado a promoção da educação pública, gratuita e obrigatória para todas as crianças até 16 anos de idade. Nº 714-5

Sugere normas que vedem a discriminação contra candidatos ao serviço público em geral e a empregos nas companhias estatais, em razão de raça, sexo, religião e idade. Nº 715-3

Sugere a criação de um Fundo Especial para a educação, equivalente a 3% do Orçamento Nacional, para financiar campanha de alfabetização e educação pela TV. Nº 716-1

JOAQUIM HAICKEL — Sugere a criação de normas mantenedoras dos direitos e garantias individuais da pessoa humana, em todos os seus aspectos legais e jurídicos; a criação de normas responsabilizando o Estado pelo não-cumprimento das exigências contidas na Constituição para a defesa dos direitos humanos; prevê a aplicação imediata das normas sugeridas; a criação da figura do "Defensor do Povo", incumbido de zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição. Nº 211-9

JOFRAN FREJAT — Sugere a criação de normas que possibilitem a eleição direta para Governador do Distrito Federal, bem como a criação de Legislativo local, a nível de Assembléia Legislativa. Nº 222-4

Sugere competir à União explorar diretamente os serviços de telecomunicações, ou ainda mediante autorização ou concessão, desde que ouvido o Congresso Nacional. Nº 970-9

JORGE ARBAGE — Sugere igualdade entre o trabalho do homem e da mulher, assegurada a proteção à gestante e à mãe. Nº 009-4

Sugere, no capítulo referente ao Poder Judiciário, a transformação da Justiça Eleitoral em Justiça Especializada. Nº 010-8

Sugere seja acrescentado dispositivo às disposições transitórias da proposta de Constituição, convocando plebiscito sobre a adoção do Sistema Parlamentarista de Governo. Nº 011-4

Sugere nova ordem internacional que vise autodeterminação dos povos, defesa dos direitos humanos, autonomia

econômica, luta contra a fome no mundo, condenação da corrida armamentista, repúdio à tortura, à segregação racial e ao terrorismo, preservação do asilo político, partilha de avanço científico e tecnológico, proibição de aplicação de recursos na indústria bélica e na exportação de armamentos. Nº 017-5

Sugere criação de Conselho de Estado composto de ex-Presidentes dos três Poderes da República. Nº 018-3

Sugere equiparação de proventos dos trabalhadores inativos com os ativos, cuja aposentadoria por idade, tempo de serviço ou invalidez seja corrigida na mesma época e na proporção dos reajustes dados aos ativos. Nº 019-1

Sugere convocação de plebiscito, pelo Tribunal Superior Eleitoral, até 60 (sessenta) dias após promulgada a Nova Carta Magna, para referendá-la. Nº 020-5

Sugere seja assegurada, aos trabalhadores e à família, remuneração que atenda necessidades básicas como: alimentação, saúde, habitação, educação, transporte, lazer e segurança futura. Nº 021-3

Sugere manutenção das Forças Armadas — Marinha, Exército e Aeronáutica — como instituições nacionais, permanentes e regulares para, sob autoridade suprema do Presidente da República, executarem política de segurança nacional, destinadas à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constituídos, da Lei e da Ordem. Nº 022-1

Sugere que a eleição para a Câmara dos Deputados e as Assembléias Legislativas obedeça ao sistema distrital misto, sendo metade dos deputados federais e estaduais eleita pelo sistema majoritário e a outra metade pelo sistema proporcional, na forma que a lei dispuser. Nº 040-0

Sugere que a pesquisa e lavra de jazidas minerais só sejam conferidas a empresas constituídas exclusivamente de capital nacional, proibidas as pessoas físicas beneficiárias da concessão de transferir direitos de exploração a estrangeiros ou a pessoas jurídicas de capital estrangeiro, ainda que minoritariamente. Nº 041-8

Sugere o retorno da indissolubilidade do casamento, como forma de prote-

ção à família, e podendo esse casamento ser civil ou religioso com efeitos civis, estabelecendo sua gratuidade. Nº 042-6

Sugere que o alistamento e o voto sejam facultativos para os brasileiros de ambos os sexos. Nº 043-4

Sugere sejam destinados pela União, durante 20 (vinte) anos, 3% (três por cento) de sua renda tributária à Amazônia, através da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), para execução de projetos nessa região do País. Nº 044-2

Sugere seja assegurado a todos, pelo Poder Público, direito à educação, à cultura e à informação, sendo o ensino obrigatório e a cargo do Estado; a União encarregada de aplicar nunca menos de 13% (treze por cento) e os Estados, Distrito Federal e Municípios 25% (vinte e cinco por cento) de suas receitas para manutenção desses direitos. Nº 045-1

Sugere o estabelecimento de limites máximos de ganhos, tanto no serviço público, quanto nas empresas estatais e nas privadas, com vistas a impedir excessivos desníveis salariais e a priorizar a remuneração do trabalho sobre a do capital. Nº 046-9

Sugere competir à União explorar, mediante concessão, os serviços de telecomunicações, cabendo ao Congresso Nacional estabelecer legislação que determine critérios para concessão de canais de rádio e televisão, bem como a instituição de Conselho representativo dos vários segmentos da sociedade, que se encarregará da aplicação de normas éticas nesses meios de comunicação de massa. Nº 047-7

Sugere seja assegurado, aos trabalhadores, direito de greve, cabendo ao Estado garantir e prover o funcionamento dos serviços essenciais quando de sua paralisação por tal motivo. Nº 048-5

Sugere ampliar os direitos de acesso ao trabalho, de remuneração e de estabilidade aos trabalhadores, proibindo qualquer discriminação. Nº 049-3

Sugere seja assegurada a liberdade de associação e autonomia sindical locais, nacionais e internacionais, e vedada a cobrança de contribuição pelo poder público. Nº 050-7

Sugere que as aposentadorias sejam voluntárias ou por motivo de doença, sem limite máximo de permanência no serviço ativo, vedada a servidores válidos com menos de 50 anos, salvo casos de dedicação exclusiva ao magistério ou trabalhos que envolvam risco de vida ou periculosidade. Nº 051-5

Sugere tomar seguro, pronto e entregue em tempo hábil a dotação de porcentagem destinada ao desenvolvimento dos Estados e Territórios compreendidos na Amazônia Legal, cabendo aos Governadores e Prefeitos a aplicação de parte dos recursos em reflorestamento, incentivos e prevenção de calamidade pública. Nº 052-3

Sugere assegurar-se o direito de propriedade, salvo nos casos de desapropriação pelo poder público, garantir a terra a quem nela trabalhe, coibir demissões em massa, estimular os meios de produção, política agrária e proibição de especulação imobiliária e concentração fundiária. Nº 053-1

Sugere sejam os Ministros do TCU indicados e nomeados pelo Presidente da Câmara dos Deputados, aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros que preencham requisitos que específica, para mandato de 6 anos, permitida uma recondução, aplicando-se-lhes as garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Ministros do TFR. Nº 054-0

Sugere que a outorga de vantagens, privilégios ou honorários a qualquer dos Poderes, mesmo no caso de reserva de iniciativa, somente se fará mediante o assentimento expresso dos demais. Nº 055-8

Sugere a mais ampla liberdade para a escolha de atividade, ofício ou profissão como também o dever de exercer o trabalho para o bem comum. Nº 056-6

Sugere seja acrescentada norma ao capítulo relativo aos Direitos Políticos, estabelecendo que são eleitores os cidadãos a partir dos 17 anos de idade. Nº 057-4.

Sugere seja acrescentado no Título relativo à Ordem Econômica e Social normas dispondo sobre os limites de tempo de serviço para a aposentadoria do homem aos 30 anos de serviço e da mulher aos 25 anos de serviço, com

salário ou vencimentos integrais. Nº 058-2

Sugere a criação da Justiça Agrária com os respectivos Tribunais e Juízos. Nº 059-1

Sugere seja incluída, na parte relativa ao Poder Legislativo, que os Deputados e Senadores sejam invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos; que desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte os membros do Congresso Nacional não possam ser presos nem processados criminalmente sem prévia licença da Câmara a que pertençam. Nº 810-9

Sugere possa o Presidente da República expedir decretos-leis sobre matérias urgentes, e dá outras providências. Nº 812-5

Sugere norma conferindo aos Estados todos os poderes que, explicita ou implicitamente, não lhes sejam vedados pela Constituição. Nº 813-3

Sugere normas disciplinando o decreto de intervenção. Sugere norma regulando os prazos para que o Congresso Nacional seja cientificado aprecie o decreto de intervenção da Presidência da República. Nº 814-1

Sugere norma que atribua à Assembleia Legislativa competência para votar o número de Vereadores à Câmara Municipal estabelecido pela Lei Orgânica dos Municípios. Nº 815-0

Sugere norma, vedando à União, aos Estados e aos Municípios instituir impostos sobre os templos de qualquer culto. Nº 816-8

Sugere norma estabelecendo, na Justiça Federal, Varas especializadas em matéria de natureza agrária. Nº 817-6

Sugere norma, para que a criação de Estados e Territórios dependa de lei complementar e de plebiscito junto às populações diretamente interessadas. Nº 818-4

Sugere norma, estabelecendo que os conflitos internacionais sejam resolvidos por negociações diretas, arbitragens e outros meios pacíficos, vedada a guerra de conquista e proibida a instalação de bases militares estrangeiras

e o trânsito de tropas estrangeiras em território nacional. Nº 819-2

Sugere norma, estabelecendo caber à Polícia Federal, a censura de diversões públicas, segundo a moral cristã e os bons costumes. Nº 820-6

Sugere norma que atribua à União competência para explorar, diretamente ou mediante concessão ou autorização, os serviços de telecomunicações, através de lei votada pelo Congresso Nacional. Nº 821-4

Sugere norma, estabelecendo que a autorização para funcionamento de estabelecimentos bancários e instituições financeiras seja aprovada pelo Congresso Nacional. Nº 822-2

Sugere o preâmbulo da Constituição. Nº 823-1

Sugere norma que crie um tribunal de contas para cada região metropolitana. Nº 824-9

Sugere norma para eleição de Governador do Distrito Federal. Nº 825-7

Sugere que a convocação extraordinária do Congresso Nacional se faça: 1) pelo Presidente do Senado Federal, em caso de estado de sítio ou intervenção federal; 2) pelo Presidente da República, quando este a entender necessária; 3) por 1/3 da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. Nº 893-1

Sugere que o Congresso Nacional se reúna de 1º de fevereiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, em sua sede, na Capital da República. Nº 894-0

Sugere que lei especial estabeleça o limite mínimo de empregados, para que uma empresa seja obrigada a manter fornecimento de refeições a seus empregados, e creches aos filhos destes. Nº 895-8

Sugere normas que assegurem assistência ao menor e ao idoso, de acordo com as necessidades de suas faixas etárias; proteção especial do Estado para órfãos e abandonados; reajuste dos proventos da aposentadoria proporcionalmente aos aumentos dos servidores em atividade; proibição de incidência de qualquer contribuição sobre os proventos. Nº 900-8

JOSÉ CAMARGO — Sugere a instituição do direito ao trabalho noturno aos maiores de quinze anos e às mulheres. Nº 201-1

Sugere que a renda dos Estados e Municípios seja isenta de tributação por parte da União. Nº 202-0

Sugere a realização de um plebiscito até 30 (trinta) dias depois da promulgação da nova Carta, para decidir sobre a duração do mandato do Presidente da República. Nº 203-8

Sugere que a única casa de residência do trabalhador assalariado seja isenta de qualquer tributo. Nº 204-6

Sugere que as pessoas alfabetizadas, maiores de dezesseis anos, possam votar. Nº 205-4

Sugere anistia póstuma ao Frei Joaquim do Amor Divino Caneca; a reincorporação, condicionada a referendium popular, ao Estado de Pernambuco do território correspondente à antiga comarca do Rio de São Francisco. Nº 127-9

Sugere que, durante um período de trinta anos, 3% (três por cento) do Orçamento Federal forme um fundo rotativo gerido pelo Banco do Nordeste do Brasil, para que este banco promova o desenvolvimento regional, realizando empréstimos a longo prazo, com juros que cubram estritamente a depreciação anual da moeda e os custos da operação. Nº 971-7

Sugere fique criado o Fundo de Equalização Nacional — FEN, constituído de 15% (quinze por cento) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM (ou equivalente), estipulando que o valor global do FEN seja distribuído aos Estados e Territórios proporcionalmente à população de cada um e inversamente proporcional ao inverso da tributação **per capita**. Nº 972-5

Sugere seja proibida a criação de tributos estaduais que obriguem os contribuintes de um Estado a recolherem impostos a outro Estado, excetuando-se quando o fato gerador do imposto for referente ao consumidor final. Nº 973-3

Sugere seja reincorporado ao Estado de Pernambuco o Território de Fernan-

do de Noronha (o qual durante a II Guerra Mundial fora desmembrado desse Estado, devido a sua importância estratégica no denominado Trampolim da Vitória", i.e., a rota Recife/Fernando de Noronha/Dakar). Nº 974-1

Sugere que o Orçamento da União, excluindo-se as despesas dos Ministérios militares e as administrativas, tenham que alocar valores **per capita** uniformes, por cada região, exceto se os investimentos forem feitos na região onde a renda interna **per capita** for a menor do País. Nº 975-0

Sugere caber à União o dever de diminuir as desigualdades entre pessoas físicas, entre regiões, entre setores da economia, por ser injusta a ordem econômica do mundo moderno, em decorrência da omissão do Estado, ao qual compete intervir para corrigir os desvios da economia de mercado. Nº 976-8

Sugere que a despesa pública obedeça à lei orçamentária anual, que a discriminará por Estado e Território, e não conterà dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita, ressalvando como exceções: autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita; disposições sobre aplicação do saldo que houver. Sugere, ainda, que despesas de capital obedeçam aos orçamentos plurianuais de investimento, na forma de lei complementar que regule o princípio de discriminação da despesa pública por Estado e por Território, com base em coeficiente individual de proporcionalidade. Nº 977-6

JOSÉ DUTRA — Sugere a execução do plano de valorização econômica da Amazônia, assegurando 5% da renda tributária nacional. Nº 135-6

JOSÉ FERNANDES — Sugere normas para a contribuição fiscal e para o imposto de renda das pessoas jurídicas. Nº 225-9

Sugere a proibição de serem tributados os templos de qualquer culto e suas dependências, indispensáveis ao exercício das atividades religiosas. Nº 336-1

Sugere seja permitido ao Deputado ou Senador exercer um cargo de magistério superior, público ou particular, desde que já o ocupasse antes da posse. Nº 337-9

Sugere que a educação — inspirada nos ideais de solidariedade humana e de responsabilidade social — seja direito natural de todos, inalienável e efetivo da família, sendo assegurada pelo Estado e complementada pelo ensino confessional de caráter privado. Nº 608-4

JUTAHY MAGALHÃES — Sugere que a União deva, mediante lei complementar, estabelecer normas que garantam ao cidadão amplo conhecimento da qualidade e do desempenho dos bens e serviços disponíveis na sociedade, visando à defesa do consumidor, aplicando-se tais normas às atividades exercidas por órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual e municipal, visando coibir as omissões ou abusos de autoridade. Nº 368-9

Sugere seja assegurado ao menor o direito à proteção especial, necessária ao seu desenvolvimento físico, mental e social, dispondo as leis sobre as penas a serem aplicadas aos pais ou responsáveis por menores que os castigarem de forma imoderada, ou que contra eles praticarem qualquer espécie de tortura física ou mental. Nº 369-7

Sugere dispositivo sobre as obrigações do Estado para a educação, inclusive no que diz respeito à vinculação de percentuais orçamentários e à gratuidade do ensino profissionalizante em nível de 1º e 2º graus. Nº 370-1

Sugere estabelecimento do direito à saúde e a obrigação de seu atendimento pelo Estado, mediante políticas que contribuam para eliminar ou reduzir risco de doenças; oferta de serviços e ações de saúde a toda população; além da destinação de recursos para o setor. Nº 371-9

Sugere seja considerado bem vago, para fins de desapropriação e utilização em programas de reforma agrária, imóvel rural não utilizado em atividade agrícola, pecuária, extrativa vegetal, silvicultura ou em projetos de conservação e recuperação do meio ambiente. Nº 372-7

Sugere normas para emenda da Constituição; seja pelo Presidente da República; por 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados e 1/3 dos membros do Senado Federal; ou por 1/3 das Assembleias dos Estados, manifestando-se cada uma pela maioria de seus membros. Nº 373-5

Sugere sejam assegurados aos trabalhadores os direitos de sua condição social, referentes à duração de trabalho, não superior a 40 (quarenta) horas semanais e 8 (oito) horas diárias, com intervalo para descanso, salvo casos especiais previstos em lei. Nº 374-3

Sugere concessão de aposentadoria, em montante igual ao do salário da atividade até o limite permitido em lei, garantida a irredutibilidade do seu valor real. Nº 375-1

Sugere ser competência do Estado a promoção e a preservação do Equilíbrio ambiental e da qualidade natural de vida da população, desde que obedecidos princípios sobre preservação do meio ambiente Nº 376-0

Sugere seja vedada a diferença de salário por motivo discriminatório de sexo, visando a sugestão inscrever o proceito da igualdade entre o homem e a mulher, no que concerne ao direito de perceber o mesmo salário pela realização de trabalho da mesma natureza. Nº 377-8

Sugere estabelecimento de direitos específicos aos idosos, prevendo assistência médica especializada para os mesmos. Nº 378-6

Sugere que os proventos do aposentado da União, Estado ou Município tenham igual composição de valores de vencimentos e de quaisquer vantagens pecuniárias consideradas objeto de pagamento em relação ao do respectivo cargo de ativa, inclusive quando a esse cargo forem atribuídas condições inovadas por norma legal. Nº 387-5

Sugere seja preservado o direito à saúde e a obrigação de seu atendimento pelo Estado. Nº 387-5

Sugere normas sobre a proposta orçamentária anual. Nº 966-1

Sugere que seja assegurado ao trabalhador o direito de greve. Nº 967-9

Sugere a destinação de quantia não inferior a três por cento da receita tributária da União para execução de programa hídrico na região do Polígono das Secas. Nº 968-7

Sugere normas sobre o uso de órgãos humanos por instituições autorizadas. Nº 969-5

LEOPOLDO PERES — Sugere que o Brasil não mantenha relações diplomáticas com países que adotem leis de discriminação racial Nº 88-4

Sugere maior amplitude e rigor na proteção ao meio ambiente. Nº 133-3

Sugere que os incentivos e franquias concedidos à Zona Franca de Manaus sejam mantidos durante pelo menos vinte e cinco anos. Nº 134-1

Sugere sejam mantidas a Federação e a República pelo regime representativo, pela União indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal, Territórios e possessões indígenas. Nº 361-1

Sugere seja vedada a assinatura de tratado ou acordo internacional que contenha cláusula de alienação de parcela do território nacional. Nº 846-0

Sugere fiquem isentos de incidência do Imposto de Renda os proventos de aposentadoria, reforma, ou pensões pagos por instituições oficiais ou previdenciárias a pessoas que atinjam a idade de 70 (setenta) anos, sendo que essa isenção desobriga do ato de declarar os respectivos vencimentos. Nº 847-8

LEUR LOMANTO — Sugere norma que disponha sobre a legislação tributária em geral Nº 736-6

Sugere norma que disponha sobre a sucessão presidencial no Regime Parlamentarista. Nº 737-4

LOUREMBERG NUNES — Sugere que a educação seja direito de todos e dever do Estado, promovida e incentivada pelo poder público, obedecidas as diretrizes que especifica, como a formulação dos postulados fundamentais, normas relativas ao ensino básico, ao ensino de 2º Grau, ao ensino universitário e financiamento da educação. Nº 734-0

LÚCIA BRAGA E OUTROS — Sugere norma que assegure a todos os cida-

dãos direito a moradia adequada, devendo caber ao Estado: promover a regularização fundiária e a desapropriação das áreas urbanas ociosas; urbanizar as áreas já ocupadas e executar programas especiais de doação de lotes urbanizados, material de construção e assistência técnica, cabendo ao beneficiário a construção em regime de mutirão. Nº 735-8

MAGUITO VILELA — sugere o direito de voto aos brasileiros maiores de dezesseis anos na data da eleição, alistados na forma da lei Nº 991-1

Sugere a extensão do direito de votar à classe militar. Nº 992-0

Sugere a concessão de aposentadoria aos trabalhadores rurais, após 25 anos de efetivo exercício, no valor correspondente a dois salários mínimos. Nº 993-0

Sugere a concessão de aposentadoria, com salário integral, aos professores, após 25 anos de efetivo exercício na função do magistério. Nº 994-6

MARIA DE LOURDES ABADIA E OUTROS — Sugere normas para que a educação, em todos os níveis, seja direito de todos e dever da União, e que as creches sejam consideradas unidades de guarda e educação de crianças de 0 a 6 anos de idade, a educação obedecerá aos princípios da igualdade dos sexos; repúdio ao racismo e discriminação; convivência pacífica entre os povos; pluralismo cultural do povo brasileiro. Nº 717-0

Sugere normas que assegurem a todos o direito à saúde, cabendo ao Estado dar condições básicas de saneamento, habitação e meio ambiente; prestar assistência integral e gratuita à saúde da mulher; garantir a homens e mulheres o direito de determinar o número de filhos; assegurar o acesso à educação, informação e métodos de regulação da fertilidade e regulamentar, fiscalizar e controlar pesquisas e experimentações desenvolvidas no ser humano. Nº 718-8

Sugere normas que assegurem aos homens e mulheres igualdade de direitos ao pleno exercício da cidadania. Nº 719-6

Sugere normas que assegurem a todos o direito à seguridade social, cabendo ao Estado organizar, coordenar e man-

ter um sistema de previdência e assistência social destinado à maternidade e às gestantes; à aposentadoria, às donas de casa, aos trabalhadores rurais e domésticos; e assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual. Nº 720-0

MARIO MAIA — sugere que, nas relações internacionais, o Brasil deva reger-se pelos princípios da defesa da paz, repúdio à guerra, condenação de toda forma de discriminação e colonialismo, e preservação e promoção dos direitos humanos, abstendo-se, para tanto, de manter relações diplomáticas com países que não adotem ou que flagrantemente violem tais postulados. Nº 495-2

Sugere que ninguém possa ser prejudicado ou privilegiado em razão de sexo, raça cor, crença religiosa, convicções filosóficas ou ideológicas, defendendo o princípio da igualdade de direitos, postulado básico da liberdade do ser humano. Nº 496-1

Sugere organizar-se e rejeitar-se o Distrito Federal por uma Lei Orgânica a ser elaborada pelos primeiros Deputados eleitos para a Assembléia legislativa do Distrito Federal, bem como pelas demais leis nela aprovadas, respeitados os princípios contidos nesta Constituição. Nº 497-9

Sugere proibição de trabalho, em indústrias insalubres, a mulheres e menores de dezoito anos, de trabalho noturno a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos. Nº 498-7

Sugere que a União destine 10% (dez por cento) de sua arrecadação para a constituição de um fundo de financiamento à pesquisa científica e tecnológica. Nº 499-5

Sugere ser o Brasil uma República Federativa, constituída sob o regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados do distrito Federal e dos Territórios. Nº 500-2

Sugere competir à União Federal a aplicação anual de 30% (trinta por cento) de suas receitas de impostos no desenvolvimento e na manutenção do Ensino. Nº 501-1

Sugere a obrigatoriedade, para todos, do ensino de 1º e 2º graus, cuja duração

regular será equivalente a 11 (onze) anos. Nº 502-9

Sugere que a lei defina o capital estrangeiro e estabeleça os critérios para seu ingresso, registro e permanência no País, inclusive quanto à nacionalização, conforme as prioridades e os objetivos dos desenvolvimento nacional. Nº 503-7

Sugere que a União destine, no mínimo, sete por cento de sua receita tributária, durante cinquenta anos consecutivos, para a promoção do desenvolvimento econômico-social da Amazônia. Nº 609-2

Sugere que a União destine 7% (sete por cento) da receita tributária para a promoção e desenvolvimento econômico-social da Amazônia. Nº 710-2

Sugere que a União e o Estado devam atender ao resultado da consulta plebiscitária municipal, sempre que pretenderem implantar grandes obras, a exemplo de aeroporto, hidrelétrica, pólo petroquímico ou empreendimentos que possam trazer riscos e perigos ou transtornos além dos normais, tais como usina nuclear e depósito de material atômico. Nº 961-0.

Sugere que a União promova o conhecimento e o desenvolvimento científico, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população, vedado o incentivo à pesquisa da fissão atômica com fins bélicos ou para a energia nuclear, antes que fiquem esgotadas todas as outras alternativas energéticas existentes no País, devendo para tanto a União destinar um mínimo de 10% (dez por cento) do orçamento fiscal em programas e projetos de ciência e tecnologia. Nº 981-4

Sugere competir à União legislar sobre: — águas, telecomunicações, serviço postal, energia (elétrica, térmica ou de qualquer outra origem ou natureza, exceto a nuclear para fins bélicos). Nº 983-1

Sugere competir à União a exploração, direta ou mediante autorização ou concessão: de serviços e instalações de energia elétrica de qualquer origem ou natureza, exceto a energia nuclear, até que se esgotem as outras alternativas energéticas. Nº 938-1

Sugere licença remunerada à gestante, antes e depois do parto pelo prazo de

6 (seis) meses, garantido o emprego e o salário a partir da comunicação da gravidez. Nº 984-9

Sugere que o parcelamento e o uso do solo urbano e de expansão urbana tenham finalidade essencialmente social, obedecidas as normas técnicas específicas de segurança, higiene e conforto da população; estipula que os Municípios definirão as finalidades e as normas técnicas de parcelamento e uso do solo urbano, cabendo à União estabelecer um sistema supletivo, que se estenderá por todo o País, nos estritos limites das deficiências locais, com finalidades precípua (contrib. de melhoria, taxaço progressiva, obrig. de executar obras e serv. de interesse público, com ônus para o proprietário particular.) Nº 985-7

Sugere seja fixada em 55 (cinquenta e cinco) anos a idade máxima para inscrição em concurso público, de modo a permitir que aqueles aptos para o trabalho e em condições físicas e psicológicas boas para o desempenho de função pública possam ser aproveitados. Nº 986-5

Sugere seja livre a manifestação do pensamento, de crença religiosa e de convicções filosóficas e políticas; que as diversões e espetáculos teatrais e cinematográficos sejam classificados somente por faixas etárias, conforme disposição da lei; não ser permitido o incitamento à guerra, ou a discriminação racial ou religiosa de qualquer espécie, e caber exclusivamente ao Poder Judiciário a apreciação e o julgamento de todos esses casos. Nº 987-1

Sugere que as empresas estrangeiras instaladas no País só possam remeter para o exterior 10% (dez por cento) dos lucros auferidos em cada ano fiscal. Nº 988-1

Sugere que o Presidente e o Vice-Presidente da República sejam eleitos simultaneamente dentre brasileiros maiores de 35 anos e que estejam no exercício dos direitos políticos; que a referida eleição seja realizada no dia 15 de novembro; que a posse do Presidente e do Vice-Presidente ocorra no último dia do mesmo ano da eleição, coincidindo com a posse dos governadores, vice-governadores, prefeitos e vice-prefeitos. Nº 989-0

Sugere que o mandato do Presidente e do Vice-Presidente seja de 4 (quatro)

anos, permitida a reeleição para mais um mandato consecutivo. Nº 990-3

MAURÍCIO PÁDUA — Sugere que o servidor público, ao ser investido no mandato de vereador, seja afastado de seu cargo, podendo, entretanto, optar pela percepção dos vencimentos do próprio cargo ou dos subsídios de vereador. Nº 363-8

MAURO BENEVIDES — Sugere que os Bancos Federais de Desenvolvimento Regional, como agentes financeiros da União, desempenhem todas as atividades e operações do mercado bancário e que seja dado tratamento prioritário às regiões subdesenvolvidas. Nº 980-6

MAURO BORGES — Sugere normas reguladoras da organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e Territórios. Nº 381-6

Sugere compensação financeira para os Estados, Territórios e Municípios onde se fizer instalação de usinas hidrelétricas. Nº 382-4

Sugere a incorporação, subdivisão, desmembramento dos Estados para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, desde que comprovada a autonomia financeira e econômica da nova unidade da federação. Nº 383-2

Sugere normas relativas ao aproveitamento dos cursos d'água, que preservem ao máximo ao equilíbrio ambiental. Nº 711-1

MENDES BOTELHO — Sugere a sistematização dos órgãos oficiais de defesa do consumidor; garantir-se ao consumidor a prestação de justiça gratuita e rápida; contra as fraudes, especulações e adulterações de produtos; a fiscalização do governo à produção; o acesso do consumidor às informações que lhe darão melhores condições de exercer o seu direito de escolha entre diversos bens à disposição no mercado. Nº 095-7

Sugere que a União estabeleça seja decretada a políticas de conservação do meio ambiente e também a ocupação racional dos solos; que a União crie a Polícia de Proteção ambiental; proibição, em todo o território nacional, da fabricação, do uso, do transporte, do armazenamento e da comercialização

de artefatos nucleares com fins bélicos. Nº 096-5

Sugere fique assegurado aos brasileiros o direito às privacidade, acesso às informações sobre os dados armazenados sobre sua pessoa, o poder de corrigi-las, interditá-las e a proibição de que as informações sejam transmitidas a terceiros. Nº 097-3

Sugere que os Sindicatos organizem-se por setor de produção, exceto o setor de serviços, que poderá se organizar por categorias profissionais, e dá outras providências. Nº 098-1

Sugere sejam assegurados aos trabalhadores rurais e aos empregados domésticos todos os direitos trabalhistas e previdenciários conferidos aos trabalhadores urbanos, seja pela Consolidação das Leis do Trabalho, seja pela legislação de Previdência Social. Nº 107-4

Sugere tenha direito à liberdade de associação e organização sindical todas as categorias profissionais, inclusive os servidores públicos, acrescentando que nenhum sindicato será dissolvido, suspenso ou que sofrerá intervenção do Poder Público, salvo por decisão judicial, quando terá amplo direito de defesa; e que as organizações sindicais elaborarão seus Estatutos e Regulamentos administrativos sem ingerência ou restrições do Poder Público. Nº 108-2

Sugere que os atos de nomeação de servidores públicos, obrigatoriamente publicados em jornal oficial, contemham, além do cargo e regime jurídico, o concurso a que se refere, a classificação obtida e a remuneração correspondente. Nº 109-1

Sugere que os proventos da inatividade sejam iguais à remuneração percebida pelo trabalhador em atividade, na categoria profissional, cargo ou função em que haja ocorrido a aposentadoria, sendo reajustados na mesma data e índices salariais dos fixados para os trabalhadores em atividade. Nº 110-4

Sugere a limitação da duração do trabalho ao máximo de 48 (quarenta e oito) horas; a instituição da estabilidade no emprego e, concomitantemente, o direito ao fundo de garantia; a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa; a instituição do salário mínimo profissional. Nº 111-2

Sugere que fique assegurado o direito de greve a todos os trabalhadores; a proibição de punição ao trabalhador que participar de greve deliberada pela assembleia de sua categoria. Nº 112-1

Sugere a instituição da autonomia financeira, técnica e administrativa das universidades federais. Nº 113-9

Sugere a pesquisa para fins econômicos, a prospecção e a exploração de recursos naturais, renováveis ou não, e que a instalação de empresas industriais em terras indígenas seja condicionada ao cumprimento das seguintes exigências: consulta à comunidade indígena; preservação do patrimônio cultural e ambiental, regime de exploração através do sistema de concessão; participação dos índios nos lucros da empresa; que as empresas não tenham vinculação externa; que somente o interesse nacional justifique a atividade nas áreas indígenas. Nº 114-7

Sugere a instituição de política nacional de amparo aos excepcionais: criação dos Conselhos Federal, Estaduais e Municipais de amparo aos excepcionais. Nº 115-5

Sugere seja da responsabilidade dos Municípios o atendimento da obrigatoriedade de ensino de 1º grau para todos e que tal ensino inclua a educação pré-escolar; que seja da responsabilidade do Governo Federal a criação e manutenção de creches e escolas para o excepcional; que fiquem assegurados recursos financeiros, do sistema tributário, aos municípios, para essas finalidades. Nº 116-3

Sugere seja concedida anistia a todos os brasileiros punidos, em qualquer época, por crimes políticos e por participação em movimentos grevistas. Nº 117-1

Sugere que a lei regule o uso de produtos fitossanitários e veterinários na agricultura e na pecuária. Nº 118-0

Sugere que os Municípios com mais de 150 mil habitantes possam contar com Tribunais de Contas, com atribuições fixadas em lei, e dá outras providências. Nº 610-6

Sugere dispositivos sobre incentivos à empresa de capital nacional, por parte do Governo, à tecnologia brasileira, dando prioridade aos similares nacio-

nais na aquisição de produtos no mercado interno. Nº 611-4

Sugere lei especial que assegure ao professor de qualquer grau direito de participação nas decisões da escola; salário profissional que atenda as suas exigências de sobrevivência, aperfeiçoamento técnico e profissional e cursos de férias gratuitos e de aperfeiçoamento de curta e longa duração, com licença remunerada. Nº 612-2

Sugere dispositivos sobre a exploração de atividade econômica diretamente pelo Estado. Nº 613-1

Sugere que os órgãos de comunicação, no tocante à publicidade paga ou não, oficial ou de empresa privada, não faltem com a verdade, devendo pautar sua informação pelo respeito ao cidadão e à consciência nacional. Nº 614-9

Sugere que o planejamento familiar, fundado nos princípios da paternidade responsável, dignidade humana e no respeito à vida, seja decisão do casal, competindo ao Estado colocar à disposição da sociedade recursos educacionais, técnicos e científicos recomendados pela medicina, para o exercício desse direito. Nº 615-7

Sugere inserção, na parte relativa ao Sistema Tributário, na Constituição que o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias—ICM (ou qualquer outro tributo da mesma natureza) não incida sobre operações com produtos alimentares agrícolas de consumo direto ou simplesmente beneficiados. Nº 616-5

Sugere direito a voto aos brasileiros maiores de 16 anos, alistados na forma da lei, sendo o alistamento e o voto obrigatórios para todos, salvo os casos previstos em lei, tornando alistáveis também os militares. Nº 617-3

Sugere dispositivos sobre o exercício da função de Ministro de Estado ou equivalente, secretários estaduais ou municipais ou Presidente de autarquias ou empresas públicas por Deputados e Senadores. Nº 618-1

Sugere que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possam promover a desapropriação, por interesse social e para fins de reforma agrária, da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indeniza-

ção, em títulos especiais da dívida pública, nos termos que a lei estabelecer. Nº 619-0

Sugere que as inovações tecnológicas introduzidas na empresa não justifiquem a demissão do empregado, casos em que a empresa é obrigada a promover a reciclagem do empregado para aproveitá-lo em outro cargo ou função, sem prejuízo de seus salários ou vantagens. Nº 620-3

Sugere dispositivos sobre o Direito de Família, sua constituição pelo casamento ou por uniões estáveis, baseadas na igualdade entre os cônjuges, assegurada a proteção do Estado. Sua dissolução só ocorre pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio, vedado à lei limitar o número de dissoluções, tratando da igualdade de direitos e deveres do homem e da mulher. Nº 621-1

Sugere seja assegurada ao trabalhador inativo a mesma remuneração que usufruiria se em atividade. Nº 334-4

Sugere eleições diretas para a Presidência e Vice-Presidência da República em 15 de novembro de 1988. Nº 335-2

Sugere normas que mantenham o princípio da dissolubilidade do casamento, sempre que comprovada prévia separação por mais de dois anos. Nº 721-8

Sugere normas que tornem passíveis de responsabilidade criminal, aos 16 anos de idade, brasileiros e estrangeiros residentes ou em trânsito pelo País. Nº 722-6

Sugere norma que considere família a constituída pelo casamento ou por uniões estáveis, obedecida a igualdade entre o homem e a mulher, assegurada a proteção dos Poderes Públicos. Nº 723-4

Sugere normas que assegurem o alistamento e o voto para brasileiros capazes, de ambos os sexos, e que contem, à data da eleição, dezoito anos ou mais, salvo as exceções dos que cumprem pena imposta por sentença transitada em julgado. Nº 724-2

Sugere norma que assegure seja submetido a plebiscito o texto da Consti-

tuição logo após sua aprovação pelo Poder Legislativo. Nº 725-1

Sugere norma que assegure o direito de livre manifestação do pensamento, do processo de criação, da informação e da exibição da produção intelectual, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e na forma que a lei preceituar. Nº 726-9

Sugere a tributação das ajudas de custo e das diárias pagas pelos cofres públicos. Nº 901-6

Sugere inclusão nas disposições relativas ao Sistema Tributário de norma que submeta o tributo à lei anterior e à Prévia autorização orçamentária. Nº 902-4

Sugere seja vedado à União, em qualquer hipótese, conceder isenções de tributos estaduais e municipais. Nº 903-2

Sugere a constituição de comissão, composta de membros do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, para proceder ao levantamento da dívida externa e à análise de sua legitimidade. Nº 904-1

MENDES THAME — Sugere correção dos valores e benefícios dos aposentados e pensionistas. Nº 005-1

Sugere dispositivos sobre aposentadoria e outros benefícios aos trabalhadores rurais e urbanos, inclusive donas-de-casa, e participação obrigatória de representantes de empregados e empregadores nos órgãos de direção da Previdência Social. Nº 012-4

MICHEL TEMER — Sugere seja considerado o exercício da advocacia serviço de interesse público, por ser indispensável à administração da Justiça, da mesma forma que a Magistratura e o Ministério Público. Nº 249-6

Sugere norma que atribua aos Procuradores Estaduais e do Distrito Federal, além das competências privativas, a prestação de serviço judiciário. Nº 727-7

Sugere norma que proíba em toda a orla marítima edificações de mais de dois pavimentos, numa profundidade de mil metros, contados a partir da linha inicial dos terrenos de marinha. Nº 728-5

Sugere que nas comarcas do interior a União seja representada pela Procuradoria do Estado. Nº 999-7

Sugere norma que assegure ao consumidor ampla e imediata defesa de seus direitos. Nº 1000-6

MILTON REIS — Sugere os benefícios da previdência social, no valor de uma salário mínimo, a toda pessoa que completar 35 anos de serviço; que o valor a que tenha direito o beneficiário do aposentado nunca seja inferior a 80% do valor dos benefícios do "de cujus". Nº 220-8

Sugere que ninguém seja obrigado a depor, em juízo ou fora dele, sobre fato de que lhe possa resultar penalidade ou atingir sua reputação. Nº 221-5

MOZARILDO CAVALCANTI — Sugere sejam assegurados, pela Constituição, direitos de melhoria da condição sócio-econômica dos trabalhadores; tais como: estabilidade no emprego; aposentadoria para professores, médicos, profissionais da área de saúde e policiais, todos aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço efetivo, com salário integral. Nº 250-0

Sugere seja assegurado acesso ao ensino superior aos portadores de certificado de conclusão de 2º grau, independente de concurso vestibular, ficando como critério de seleção o grau de aproveitamento dos candidatos nos níveis anteriores de ensino. Nº 251-8

Sugere passem à condição de Estado os Territórios do Amapá e de Roraima, e que lei complementar disponha sobre a instalação desses Estados, eleição dos respectivos Governadores, vice-governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais, cabendo à União prover os Estados com os recursos indispensáveis à consolidação e desenvolvimento das novas unidades. Nº 252-6

Sugere que presidente e vice-presidente sejam eleitos por sufrágio universal e secreto, maioria absoluta dos votos válidos e que tenham sido os mais votados na maioria das unidades da Federação, estabelecendo segundo escrutínio para concorrerem os dois mais votados, sendo então eleito o mais votado. Nº 253-4

Sugere sejam eleitores os brasileiros que, à data da eleição, contem 16 (de-

zesseis) anos ou mais, alistados na forma da lei. Nº 254-2

Sugere igualdade de remuneração entre servidores ativos e inativos, de modo que os proventos de aposentadoria, em hipótese alguma, sejam fixados em valor inferior à remuneração atribuída, na atividade, a cargos ou empregos de mesmo nível. Nº 255-1

Sugere sejam destinados 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Orçamentária da União para o Ministério da Educação atender aos programas do setor, sendo aplicado percentual idêntico pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, nessa área. Prevê, também, lei complementar para determinar Plano Nacional de Educação, que estabeleça prioridade para o ensino básico de primeiro grau e segundo grau profissionalizante. Nº 256-9

Sugere sejam destinados 5% (cinco por cento) do Orçamento da União para programas de desenvolvimento da Amazônia, deixando que a lei disponha sobre os limites geográficos da Amazônia, bem como um Plano Trienal de seu desenvolvimento. Nº 257-7

Sugere com artigo primeiro da Constituição ser o Brasil uma República Federativa, constituída sob o regime representativo, pela união indissolúvel. Nº 259-5

Sugere a criação, no Território Federal de Roraima, dos Municípios de Pacaraima, Novo Paraíso, Rondonópolis e Caroebe, por desmembramento dos Municípios da Boa Vista, Caracará, São Luís do Ananá e São João da Baliza. Nº 332-8

Sugere a obrigatoriedade de o Estado prover a educação de crianças, jovens e adultos, nos níveis de 1º e 2º graus. Nº 333-6

Sugere norma que assegure reserva de mercado para as empresas nacionais da área de diagnóstico em saúde. Nº 729-3

Sugere norma que atribua ao Poder Judiciário competência exclusiva para se manifestar sobre a constituição, funcionamento e dissolução das entidades de classe. Nº 730-7

Sugere norma que conceda vantagem para servidor público, civil ou militar, acrescentando de um terço o tempo

de serviço prestado em região de fronteira na Amazônia Legal, e gratificação de 50% sobre o vencimento mensal àqueles que prestarem serviço em região insalubre, atividades que apresentem risco à saúde e à vida. Nº 731-5

Sugere norma que torna voluntário o serviço militar, e que lei complementar ou ordinária estabeleça as alternativas de prestação de serviço militar aos 18 anos de idade. Nº 732-3

Sugere norma que proíba nas faixas de fronteiras terrestres, o estabelecimento de reservas indígenas com áreas contíguas superiores a 2.000 hectares, considerando-se, para os fins que trata, as terras localizadas a até 100 quilômetros das divisas internacionais. Nº 733-1

NABOR JÚNIOR — Sugere normas para a União aplicar recursos para a preservação do meio-ambiente da região definida como Amazônia Legal. Nº 504-5

Sugere para mandato de Presidente, Vice-Presidente, Senadores, Deputados Federais, Governadores, Vice-Governadores, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores o prazo de 4 anos, exceto dos Senadores; liberdade de reeleição exceto para os cargos dos Executivos federal, estadual e municipal e marca a próxima renovação dos Legislativos e Executivos federais, estaduais e municipais para 1990. Nº 826-5

NELSON CARNEIRO — Sugere a implantação, na Previdência Social, de cartão magnético do qual conste o número de cadastro do contribuinte, seu nome e assinatura, além do nome e da data de nascimento de seus dependentes. Nº 32-9

Sugere que o trabalhador seja aposentado com salário integral: se do sexo masculino, quando contar 30 anos de serviço e, se do sexo feminino, aos 25 anos de serviço. Nº 60-4

Sugere a criação de Tribunais Estaduais do Trabalho. Nº 61-2

Sugere paridade de proventos da aposentadoria dos servidores públicos dos Três Poderes quando as denominações e as atribuições forem as mesmas. Nº 62-1

Sugere que não haja limitação de idade para funcionários públicos se inscreverem em concurso público. Nº 63-9

Sugere seja dada à criança condições de vida sadia, sob o controle da comunidade social; vedados castigos ou torturas físicas ou mentais aplicados por pais ou responsáveis. Nº 64-7

Sugere que o Imposto de Renda e os tributos de qualquer natureza não incidam sobre os proventos dos aposentados e dos brasileiros maiores de sessenta anos. Nº 91-4

Sugere a isenção de Imposto de Renda para os que percebam vencimentos, proventos e salários até o valor máximo de 30 (trinta) salários mínimos. Nº 130-9

Sugere limite para obtenção de lucros conjuntos por ocasião da venda de unidade residencial, realizada através de financiamentos de agências oficiais. Nº 131-7

Sugere sejam assegurados direitos aos ex-combatentes para aquisição de casa própria, independente do limite de idade. Nº 132-5

Sugere atribuir-se competência exclusiva à União para legislar sobre a fabricação, comercialização e utilização de defensivos agrícolas. Nº 206-2

Sugere que sejam assegurados aos ex-funcionários do Departamento dos Correios e Telégrafos todos os direitos concedidos aos seus colegas sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, até a extinção do respectivo cargo. Nº 207-1

Sugere que o PROAGRO cubra 80% (oitenta por cento) dos recursos aplicados na agricultura e na pecuária, inclusive os provenientes de recursos próprios. Nº 208-9

Sugere a criação de normas protetoras dos trabalhadores contra o empregador condenado com sentença transitada em julgado. Nº 209-7

Sugere que o valor real das aposentadorias e pensões seja igual ao da remuneração do trabalhador em atividade. Nº 210-1

Sugere limitação de lucros com transações que envolvam unidades residen-

ciais financiadas por agências estatais da administração direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios. Nº 223-2

Sugere, em face do crescimento populacional, a aplicação de percentual mínimo de recursos financeiros da Caixa Econômica Federal para a construção de casas populares, visando resolver crise e problemas urbanos. Nº 261-5

Sugere dispositivos sobre aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira, que acarretará perda da nacionalidade brasileira. Nº 262-3

Sugere concessão de imunidade tributária, vedando à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre gêneros de primeira necessidade. Nº 263-1

Sugere dispositivos sobre a organização do serviço jurídico da União junto à administração direta, indireta e paraestatal, estabelecendo que a chefia de tal serviço seja exercida pelo Consultor-Geral da República. Nº 312-3

Sugere que 3% da receita tributária da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal se destinem à assistência no lar carente e à criação de instituições para internação de idosos, com assistência geriátrica e gerontológica, assegurada a celebração de convênios com entidades particulares, para resguardo do disposto acima. Nº 313-1

Sugere que os proventos do aposentado da União, dos Estados e dos Municípios sejam equivalentes ao do cargo da ativa, inclusive quando introduzidas inovações no cargo, por força de lei. Nº 314-0

Sugere normas quando comunicado o veto ao Presidente do Senado. Nº 505-3

Sugere a impenhorabilidade de propriedade rural, de até 10 hectares, desde que seja trabalhada por um mesmo núcleo familiar. Nº 506-1

Sugere norma que considere todos iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, cor, filiação, estado civil, trabalho, credo religioso e convicções políticas, punidos os infratores. Nº 507....

Sugere sejam os valores da família salvaguardados com a proteção dos Po-

deres Públicos. Os pais são obrigados a manter e educar os filhos, sem distinção entre os nascidos dentro ou fora do casamento, e, na falta ou impossibilidade dos pais os filhos incapazes recebam assistência social. Nº 508-8

Sugere normas que assegurem a todo o cidadão o direito de habitar ambiente saudável, cabendo a todos o dever de preservar de prevenir e controlar a contaminação ambiental. Nº 509-6

Sugere normas para que filhos nascidos fora do casamento não sejam objeto de discriminação, e que a lei ou repartições oficiais não possam usar designações discriminatórias relativas à filiação. Nº 510-0

Sugere norma assegurando que o casamento só pode ser dissolvido desde que haja prévia separação judicial por mais de 2 anos, ou separação de fato por mais de 5 anos, comprovada judicialmente. Nº 827-3

Sugere seja a vida humana inviolável não podendo ninguém ser submetido a tortura, a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos. Nº 828-1

Sugere norma para resguardar a privacidade do cidadão e, inafiançável a prática de ato que importe em discriminação por motivo de raça, cor, sexo e estado civil. Nº 829-0

Sugere o direito às pessoas idosas de segurança econômica, condições de habitação e convívio familiar comunitário, sob a proteção especial do Estado. Nº 830-3

NELSON CARNEIRO e outros sugere sistema parlamentarista de governo, e ser o Poder Executivo exercido pelo Presidente da República e pelo Presidente do Conselho de Ministros, cabendo a este a responsabilidade e a direção da política do Governo e da Administração Federal. Nº 831-1

NELSON JOBIM Sugere uma nova organização do Poder Judiciário. Nº 770-6

NELSON SEIXAS — Sugere normas que disponham sobre a competência dos municípios para legislar sobre a eleição de prefeito, vice-prefeito e vereadores; a estruturação e funcionamento dos serviços públicos locais; a administração municipal; a arrecada-

ção e aplicação de tributos de sua competência. Nº 771-4

Sugere norma que disponha sobre o direito das pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, a ensino especial gratuito. Nº 772-2

Sugere norma propondo melhoria da condição, na comunidade, da pessoa portadora de deficiência física, sensorial ou mental. Nº 773-1

Sugere norma que disponha sobre a igualdade de todos perante a lei. Nº 774-9

Sugere seja assegurada às pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, além dos direitos gerais nela instituídos, os especiais necessários à compensação de sua deficiência, especialmente mediante: educação especial e gratuita; assistência, tratamento médico, habilitação, reabilitação e integração na vida econômica e social do País, dentre outros. Nº 844-3

NELTON FRIEDRICH — Sugere que o Estado assegure preços aos produtos agrícolas, de modo a cobrir os seus custos e remunerar o trabalho dos produtores, observado o zoneamento agrícola fixado pela lei ordinária. Nº 365-4

Sugere que a Constituição assegure ao trabalhador o direito à greve, como meio de melhoria de sua condição social. Nº 622-0

Sugere a nulidade dos atos, tratados e convenções internacionais celebrados pelo Presidente da República, se dentro de 60 dias de sua assinatura não forem submetidos ao Poder Legislativo. Nº 623-8

Sugere disposições sobre o regime das sociedades cooperativas, liberdade de sua constituição, seus ramos de atividade, autocontrole, acesso aos incentivos fiscais, formação de seu órgão de representação legal, e demais condições que propõe. Nº 624-6

Sugere que qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída e em atividade seja parte legítima, com garantias análogas às do Ministério Público, para propor ação popular que vise anular atos lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ressalvados os casos de ação manifestamente temerária. Nº 625-4

Sugere normas dispondo que a admissão de servidores na administração pública, federal, estadual e municipal, direta ou indireta, nos Tribunais federais e estaduais, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, somente será procedida mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos, ressalvados os casos de cargos em comissão e os de livre nomeação e exoneração. Nº 626-2

Sugere normas que garantam a todos os cidadãos tomar conhecimento do que a seu respeito constar dos registros informáticos, bem como o do fim a que eles se destinam, podendo exigir sua retificação ou atualização; vedem o uso da informática como registro de dados relacionados a convicções político-religiosas, filiação sindical ou partidária, fé religiosa e vida privada. Nº 627-1

NILSON GIBSON — Sugere que as pensões dos dependentes de servidores civis sejam em valor da remuneração integral do titular. Nº 15-9

Sugere teto mínimo de proventos dos inativos de nível superior e a isenção de tributos para aposentadoria e pensões, assegurando aos inativos o reajuste devido aos servidores em atividade. Nº 16-7

Sugere diretrizes para a realização da política agrária e do uso do solo urbano, o resguardo e a preservação das áreas de usufruto perpétuo das comunidades indígenas; o controle e a fiscalização dos investimentos estrangeiros; a fixação de zonas prioritárias para desapropriação territorial rural mediante lei federal. Nº 65-5

Sugere que a Constituição assegure aos trabalhadores os seguintes direitos: salário mínimo justo; salário família; salário de trabalho noturno; décimo terceiro salário; participação obrigatória e direta nos lucros e na gestão da empresa; jornada de trabalho de quarenta horas; isonomia salarial; proibição de despedida arbitrária; assistência sanitária, hospitalar, médica e odontológica; aposentaria para o homem e a mulher aos vinte e cinco anos; direitos previdenciários relativos à doença, velhice, invalidez ou morte, seguro-desemprego, seguro contra acidente do trabalho, proteção à maternidade; proibição de greve nos serviços públicos e atividades essenciais definidas em lei. Nº 125-2

Sugere a extinção do Território de Fernando de Noronha, sendo seu território revertido ao Estado de Pernambuco. Nº 264-0

Sugere que os deputados estaduais tenham imunidades parlamentares na mesma extensão da concedida aos deputados federais e Senadores. Nº 265-8

Sugere que o Presidente da República possa baixar decretos com força de lei, atendendo a motivos graves e urgentes, com vigência imediata, devendo o texto ser remetido ao Congresso Nacional, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, para apreciação no prazo máximo de trinta dias, e outras providências. Nº 266-6

Sugere que o Senado Federal compo- nha-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, pelo voto direto e secreto, dentre cidadãos maiores de 35 (trinta e cinco) anos e no exercício dos direitos políticos, podendo cada Estado e o Distrito Federal eleger 2 (dois) senadores, com mandato de quatro anos, e com dois suplentes cada. Nº 267-4

Sugere competência privativa à Câmara dos Deputados de criar e extinguir cargos de seus serviços administrativos e fixar os respectivos vencimentos. Nº 268-2

Sugere competência privativa ao Senado Federal de criar e extinguir cargos de seus serviços administrativos e fixar os respectivos vencimentos. Nº 269-1

Sugere que a Câmara dos Deputados compo- nha-se de até 360 (trezentos e sessenta) representantes do povo, eleitos dentre cidadãos maiores de 21 (vinte e um) anos e no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto em cada Estado ou Território e no Distrito Federal e outras providências. Nº 270-4

Sugere que os subsídios de deputados e senadores sejam iguais aos vencimentos e vantagens percebidos pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, e outras providências. Nº 271-2

Sugere arquivamento definitivo de todos os processos criminais em curso contra deputados e senadores, ainda que os mesmos não mais estejam no exercício do mandato. Nº 272-1

Sugere que os deputados e senadores sejam invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato, restabelecendo plenamente suas prerrogativas. Nº 273-9

Sugere que, na constituição das Mesas e nas Comissões, seja assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos que participem da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nº 274-7

Sugere que cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços, mediante resolução própria, de modo a evitar limitações ao poder de decisão dessas Casas. Nº 275-5

Sugere que a convocação extraordinária do Congresso Nacional ocorra: I — por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; II — por decisão do Presidente do Senado Federal, nos casos de decretação de estado de sítio ou de intervenção federal; III — a pedido do Presidente da República, quando este a entender necessária e houver assentimento da maioria absoluta de cada Casa do Congresso Nacional. Nº 276-3

Sugere que o Congresso Nacional funcione, anualmente, na Capital da República, no período de 1º de fevereiro a 30 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, reduzindo os períodos de recesso do Poder Legislativo para o estritamente necessário. Nº 277-1

Sugere a mais ampla autonomia administrativa e política para o Distrito Federal, que terá uma Assembléia Legislativa, nos mesmos moldes das existentes nos Estados. Nº 278-0

Sugere a escolha do Governador do Distrito Federal pelo voto direto e secreto, de modo a garantir autonomia política à Capital Federal. Nº 279-8

Sugere que a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios venha a ser exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e controle interno do Executivo Municipal, instituídos por lei. Nº 280-1

Sugere que somente os Municípios que contarem com população superior a

um milhão de habitantes possam instituir Tribunais de Conta. Nº 281-0

Sugere que o número de vereadores seja estabelecido em lei complementar, guardando proporcionalidade com a população do Município. Nº 282-8

Sugere competir à União, mediante lei do Congresso Nacional, explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, os serviços de telecomunicações, considerando que a concessão de tais serviços não sejam ato meramente da alçada do Presidente da República. Nº 283-6

Sugere competir à União legislar sobre direito administrativo, e que os Estados e Municípios possam legislar sobre a matéria obedecendo sempre o modelo federal. Nº 284-4

Sugere que lei especial disponha sobre o processo de legalização das terras devolutas ocupadas há mais de dez anos, esclarecendo que a ausência de plano definido de Reforma Agrária por parte do Estado dificulta os colonos a legalizarem as terras devolutas que ocupam e tornam produtiva, sendo necessária mudança da estrutura fundiária no País. Nº 285-2

Sugere que os membros do Congresso Nacional, desde a expedição do diploma até a inauguração da Legislatura seguinte, não possam ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Câmara. Nº 295-0

Sugere imunidades parlamentares aos Vereadores, no mesmo molde das concedidas aos Deputados e Senadores, mas limitadas ao âmbito do Estado no qual se situa o Município. Nº 296-8

Sugere salvaguardas protetoras do poder aquisitivo dos proventos e pensões dos segurados da Previdência Social. Nº 359-0

Sugere normas para que a maioridade do homem e da mulher seja adquirida aos 18 anos. Nº 511-8

Sugere princípios e normas sobre a organização, o funcionamento e a extinção dos Partidos Políticos. Nº 511-8

Sugere normas e requisitos para criação de novos municípios. Nº 513-4

Sugere normas limitadoras dos casos de intervenção da União nos Municípios. Nº 514-2

Sugere disposições sobre a formação paritária dos órgãos judiciários trabalhistas. Nº 515-1

Sugere que os postos ou graduações das forças auxiliares não possam ter renumeração superior à prevista para os correspondentes nas Forças Armadas, exceto cabos e soldados. Nº 516-9

Sugere que o Presidente da República seja julgado pelo Congresso Nacional nos crimes de responsabilidade, e pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns. Nº 517-7

Sugere normas sobre o cargo de Vice-Presidente da República, dispondo que, em caso de morte do Presidente, ocorrida depois da eleição e antes da posse, o Vice-Presidente assumirá por todo o período do mandato. Nº 518-5

Sugere normas sobre a exoneração dos Ministros de Estado pelo Presidente da República, se o Congresso Nacional deliberar que os mesmos não devam continuar no exercício do cargo. Nº 519-3

Sugere normas dispondo sobre o veto pelo Presidente da República a projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional. Nº 520-7

Sugere disposições sobre Emendas à Constituição Federal. Nº 521-5

Sugere seja expurgada, do texto da nova Constituição, qualquer possibilidade de aprovação, pelo Congresso Nacional, de matéria por decurso de prazo. Nº 522-3

Sugere normas dispondo sobre a urgência a projetos de iniciativa do Presidente da República. Nº 523-1

Sugere normas sobre a competência exclusiva do Presidente da República a projetos de lei. Nº 524-0

Sugere que lei complementar estabeleça os limites máximos com as despe-

salário pessoal da União, Estados e Municípios, Distrito Federal e Territórios, não podendo o total delas ultrapassar 60% da arrecadação tributária do exercício anterior. Nº 525-8

Sugere normas e condições para a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República, limitando a idade dos candidatos ao mínimo de 40 e ao máximo de 70 anos. Nº 526-6

Sugere como norma regimental o sistema de um turno para eleição de Presidente e Vice-Presidente, considerando-se vitorioso o candidato registrado por partido político. Nº 527-4

Sugere que o Presidente e o Vice-Presidente da República possam ausentar-se do País desde que façam comunicação prévia ao Congresso Nacional, expondo os motivos da viagem e que apresentem relatório da mesma. Nº 528-2

Sugere que o Conselho de Segurança Nacional seja presidido pelo Presidente da República, e que dele participam, como membros natos, o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estado e os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal. Nº 529-1

Sugere seja facultado aos estudantes secundaristas que desejem ser profissionais da área de saúde trocar o serviço militar pela prestação de serviço na sua futura especialização, ou junto às polícias militares. Nº 530-4;

Sugere normas que disponham sobre o território brasileiro, historicamente definido e reconhecido pela comunidade internacional; disponham sobre a garantia da soberania nacional, que se estende sobre as águas territoriais, zona econômica exclusiva, direitos aos fundos marinhos contíguos e espaço aéreo; reconheçam direito de exploração da Antártida; assegurem a utilização do espaço sideral; disponham sobre os bens da União e dos Estados; elevem os Territórios federais de Roraima e Amapá à condição de Estados; incorporem o atual Território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco. Nº 628-9;

Sugere a extinção da intervenção estatal na agroindústria álcool-açucareira, através do Instituto do Açúcar e do Al-

cool, no contexto sócio-econômico nacional. Nº 629-7

Sugere que a lei disponha sobre o regime do quadro próprio das funções de arrecadação de tributos, forma de ingresso na carreira, nível de escolaridade dos candidatos. Nº 630-1

Sugere a reincorporação ao Estado de Pernambuco do território da antiga comarca do rio São Francisco, mediante condições que especifica. Nº 635-1

Sugere normas que estabeleçam como competência da União a organização permanente contra as calamidades públicas e a redução de disparidades inter-regionais. Nº 738-2

NIVALDO MACHADO — Sugere que o voto seja facultativo para todos os eleitores alistados na forma da lei. Nº 260-7

Sugere ser dever do Estado desenvolver e incentivar sistemas de bibliotecas, arquivos e museus, como instituições permanentes de integração da coletividade com os bens culturais. Nº 286-1

Sugere, a título de política industrial, melhoria da condição social dos trabalhadores, assegurando-lhes os direitos de: higiene, segurança do trabalho, proteção à saúde, garantia no emprego, entre outros. Nº 287-93

Sugere que a escola e a biblioteca, como instituições responsáveis pela ação contínua e integrada do ensino e cultura, visando ao aprimoramento da democracia e à auto-educação, tenham a proteção do Estado. Nº 288-7

Sugere equiparação entre trabalhadores urbanos e rurais para fins de assistência da Previdência Social. Nº 341-7

Sugere a inclusão de dispositivo com a finalidade de dar condições ao analfabeto de exercer o direito de voto. Nº 342-5

Sugere normas sobre a política de criação e funcionamento das escolas técnicas em todo o País, dispondo que seu

perfil seja voltado para o mercado de trabalho e criem condições favoráveis à pesquisa científica e tecnológica. Nº 631-9

Sugere normas que garantam os direitos da criança desde a concepção; vedem a violência física de pais e responsáveis, bem como a realização de experiências que atentem contra a vida e a dignidade da pessoa humana, desde a concepção. Nº 632-7

Sugere que as escolas técnicas sejam criadas tendo em vista sua identificação com as necessidades regionais. Nº 633-5

Sugere que seja facultada a redivisão político-territorial do Brasil, desde que aprovada por dois terços (maioria) de votos das duas Casas do Poder Legislativo. Nº 739-1

Sugere norma que reconheça a educação gratuita em todos os níveis de ensino como direito de todos e como dever do Estado. Nº 740-4

Sugere que seja vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas. Nº 741-2

Sugere que o aposentado que retornar à atividade e que cumprir os requisitos legais de um novo benefício possa optar pelos proventos deste. Nº 742-1

Sugere normas que disponham sobre o direito dos trabalhadores à isonomia salarial; que regulamentem a duração e pagamento da jornada de trabalho normal, diária e semanal, e horas-extras; que regulamentem o trabalho noturno, o trabalho em locais insalubres e trabalho de qualquer natureza para mulheres, menores de dezoito anos e menores de quatorze anos; que proibam discriminação de natureza social, econômica, moral, cultural e ideológica para efeito de administração, promoção e dispensa. Nº 743-9

Sugere que o mapeamento básico, a prospecção, a pesquisa e a lavra dos recursos minerais, inclusive o petróleo, constituam monopólio da União, na forma da lei. Nº 744-7

Sugere que a pesquisa de pedras preciosas, semipreciosas e de metais pre-

ciosos constituam monopólio da União nos termos da lei. Nº 745-5

Sugere que o ensino de 1º e 2º graus seja obrigatório, e gratuito e provido pelos Poderes Públicos, a quem também cabe prestar amparo técnico e financeiro às escolas privadas; o ensino superior seja gratuito, ou que sejam concedidas bolsas de estudo para os que demonstrem aproveitamento e comprovem falta a insuficiência de recursos, exigida, nesses casos, posterior prestação de serviços aos órgãos públicos. Nº 832-0

Sugere colocar sob o controle da União todo o segmento do petróleo que já pertence ao controle estatal, inclusive os oleodutos e o transporte marítimo, e transfere para os Estados e Municípios os serviços da implantação e distribuição de gás natural, nas respectivas áreas. Nº 833-8

Sugere que as jazidas minerais e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituam propriedade distinta do solo, e sejam consideradas da União por motivos de segurança nacional. Nº 834-6

Sugere sanções aos crimes cometidos contra o meio-ambiente. Nº 995-4

Sugere que seja vedado à União criar, com base no imposto de renda, distinção ou preferência em relação a qualquer categoria profissional. Nº 996-2

Sugere norma asseguradora do acesso das pessoas excepcionais subdotadas aos direitos concedidos aos demais cidadãos: educação especial e gratuita; assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País; proibição de discriminação, inclusive quanto à administração ao trabalho e à percepção do salário. Nº 997-1

Sugere norma que assegure aos ex-combatentes os seguintes direitos: aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo; assistência médica, hospitalar e educacional. Nº 998-9

Sugere alteração no Código Penal, fixando novo limite de idade para a inimputabilidade de menores. Nº 077-9

NYDER BARBOSA — Sugere alteração no Código Civil Brasileiro, fixando novo limite de idade para os eleitores brasileiros. Nº 078-7

Sugere facultar-se ao Juiz de Direito a acumulação da magistratura com o magistério de 2º grau. Nº 079-5

Sugere referendium do Poder Legislativo à nomeação e à exoneração de Ministro de Estado efetuadas pela Presidência da República. Nº 080-9

Sugere, para cada período governamental, a elaboração obrigatória de um plano de metas para o setor agropecuário. Nº 081-7

Sugere a exclusão, do atual Sistema Tributário Nacional, do Imposto Único sobre Minerais (IUM). Nº 082-5

Sugere nova sistemática de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) aos Estados, Distrito Federal, Territórios e municípios. Nº 083-3

Sugere a correção dos salários, vencimentos, soldos e demais remunerações dos servidores públicos, ativos e inativos, quando pagos com atraso pelo poder público. Nº 084

Sugere limitar-se os gastos da União, Estados e municípios com funcionamento a 65% (sessenta e cinco por cento) das respectivas receitas. Nº 085-0

Sugere ressarcir a União, os Estados e o Distrito Federal pela perda de receitas por estes sofridas, decorrentes da não tributação sobre produtos industrializados destinados ao exterior. Nº 086-8

Sugere que o voto seja facultativo para todos os brasileiros. Nº 200-3

Sugere a aplicação do **habeas-corpus** nas transgressões disciplinares, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso do poder, inclusive nas transgressões disciplinares. Nº 293-3

Sugere sejam plenamente capazes para os atos da vida civil os cidadãos que

contem idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, na forma da lei. Nº 294-1

Sugere a obrigação de a Caixa Econômica Federal restituir ao município de origem a renda líquida da loteria esportiva. Nº 356-5

Sugere seja limitada a três vezes, no mesmo processo, a possibilidade de prisão civil por dívida alimentar. Nº 357-3

Sugere concessão de direito de voto aos cabos e praças das Forças Armadas e das Forças Auxiliares, prevendo serem os militares alistáveis, podendo votar e ser votados. Nº 380-8

Sugere a criação dos Juizados de Instrução nos Estados, Distrito Federal e Territórios. Nº 532-1

Sugere normas que disponham sobre a competência do Tribunal de Justiça para processar e julgar autoridades. Nº 764-1

Sugere normas que disponham sobre a desapropriação de bens imóveis pertencentes a menores. Nº 765-0

Sugere normas que disponham sobre a extinção do protesto de títulos e Letras. Nº 766-8

Sugere norma que disponha sobre a concessão de **habeas-corpus**. Nº 767-6

Sugere norma que disponha sobre o uso de arma de defesa por motoristas profissionais no exercício da profissão. Nº 768-4

Sugere norma que disponha sobre nomeações e contratações para os serviços públicos através de concurso público. Nº 769-2

ODACIR SOARES — Sugere a manutenção, por 10 anos, dos programas de estímulo à produtividade do trabalhador, através de projetos referentes à alimentação, ao transporte, à formação de mão-de-obra e a outros regulados por lei federal. Nº 890-7

Sugere que à renda líquida proveniente do trabalho assalariado ou autônomo não possa sofrer, em cada exercício financeiro, incidência tributária que exceda a alíquota de 30%. Nº 891-5

Sugere imunidade do imposto de renda para as importâncias recebidas a título de pensões, reformas e aposentadorias. Nº 892-3

ORLANDO BEZERRA. Sugere normas que estabeleçam diretrizes para a criação de organismos destinados a recrutamento e treinamento de menores abandonados. Nº 636-0

Sugere normas que fixem o percentual do orçamento da União para combater os efeitos da seca no Nordeste. Nº 637-8

Sugere salário mínimo real ao pessoal do serviço público federal, estadual e municipal, e punição ao empregador, com o ressarcimento imediato da diferença, em caso de comprovada desobediência ao disposto acima. Nº 638-6

Sugere normas de fixação de tempo de serviço para aposentadoria, com proventos integrais. Nº 639-4

OSMIR LIMA. Sugere disposições sobre a imprescritibilidade dos crimes de tortura. Nº 642-4

Sugere normas sobre a participação dos Estados e Territórios da Amazônia nas transferências tributárias federais; transformem o ICM em imposto sobre consumo. Nº 643-2

Sugere norma que permita a redivisão territorial do País e a formação de novos Estados. Nº 751-0

OSVALDO BENDER e outros — Sugere dispositivos que integrem o trabalhador na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação no seu faturamento. Nº 153-8

Sugere normas reguladoras da criação de Estados e Municípios. Nº 329-8

Sugere inclusão de dispositivos sobre partilha tributária. Nº 345-0

Sugere a inclusão, entre os direitos dos trabalhadores, de normas previdenciárias que especifique. Nº 346-8

Sugere inclusão de normas sobre ensino do 1º grau, do 2º grau e superior. Nº 347-6

Sugere normas para o ingresso na magistratura de carreira. Nº 348-4

Sugere que todos os jogos legalizados e explorados pela União, como loteria federal, esportiva, loto, e outros, sempre os Municípios participem com 50% (cinquenta por cento) dos resultados líquidos auferidos, após deduzidos os prêmios e as despesas operacionais. Nº 364-6

Sugere a criação de colônias penais, no Distrito Federal e nos Estados, para a participação de atividades agrícolas e industriais. Nº 640-8

Sugere seja fixado um teto de 50 salários mínimos como valor máximo de remuneração a ser paga aos ocupantes de mandatos eletivos, cargos e funções de celetistas ou estatutários. Nº 641-6

OSVALDO SOBRINHO — Sugere normas que disponham sobre a obrigatoriedade do ensino; que o ensino oficial seja ministrado em língua portuguesa; a prioridade do ensino de 1º grau para recebimento de recursos; a carreira do magistério; a remuneração do magistério; sobre o acesso, através de concurso público, ao magistério. Nº 531-2

PAES DE ANDRADE — Sugere que os proventos das aposentadorias acompanhem os salários da atividade correspondentes às mesmas funções da categoria do serviço público direto ou indireto. Nº 644-1

Sugere que os proventos da aposentadoria acompanhem os salários da atividade que correspondam às mesmas funções da categoria ou do quadro funcional do serviço público direto ou indireto. Nº 762-5

Sugere norma que disponha sobre a equiparação de todos os direitos e obrigações dos servidores dos três poderes da União. Nº 763-3

Sugere seja implantada, no prazo de 2 (dois) anos, uma política de assistência ao idoso, cabendo aos Ministérios da Previdência e da Saúde a execução, e o preparo da proposta orçamentária setorial correspondente. Nº 845-1

PAULO ZARZUR — Sugere que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não possam ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, assegurada, em todos os casos, a percepção

de uma gratificação natalina anual, extensiva aos aposentados. Nº 535-5

Sugere que a Constituição possa ser emendada, além de mediante propostas de membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Presidente da República, por propostas das Assembleias Legislativas que, aprovando-as por maioria absoluta, encaminhem-nas ao Congresso para discussão e votação na forma aqui prevista. Nº 536-3

Sugere que todo cidadão brasileiro tenha direito a tomar conhecimento do que constar de registro, fichários e arquivos mantidos pelo poder público a seu respeito, e do fim a que se destinam tais informações, podendo exigir a retificação dos dados e/ou sua atualização. Nº 537-1

Sugere seja aplicada a proibição de acumular cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público. Nº 538-0

Sugere normas que assegurem a irredutibilidade de salários, proventos e pensões. Nº 645-9

Sugere que, nas empresas públicas e sociedades de economia mista, fique assegurada a participação de pelos menos um representante dos empregados na direção da mesma. Nº 646-7

Sugere que os brasileiros maiores de 16 anos possam alistar-se como eleitores, na forma da lei. Nº 647-5

Sugere normas e enumera as situações em que o Presidente da República possa decretar o Estado de Sítio. Nº 648-3

Sugere norma asseguradora do direito dos funcionários públicos civis e ex-combatentes, que tenham efetivamente participado de operações bélicas, à aposentadoria com proventos integrais, não só ao contarem 25 anos de serviço efetivo, mas também ao completarem 60 (sessenta) anos de idade, desde que sejam contribuintes da Previdência Social. Nº 743-3

Sugere que a maioridade civil inicie-se aos vinte e um anos e a responsabi-

lidade penal aos dezesseis anos. Nº 747-1

Sugere norma que assegure aos aposentados proventos iguais à remuneração dos servidores em atividade; a extensão aos aposentados de todos os benefícios e vantagens concedidas aos servidores em atividade. Nº 748-0

Sugere norma que atribua ao Conselho da Justiça Federal a competência para especializar Varas em matérias de natureza agrária, estabelecendo a respectiva localização, competência e atribuição. Nº 749-8

PEDRO CANEDO — Sugere que os ocupantes de cargos eletivos executivos sejam eleitos em todo o País por sufrágio universal direto e secreto, no dia 15 de novembro do ano anterior ao que findarem seus mandatos, por maioria absoluta de votos, excluídos os em branco e os nulos, e dá outras providências. Nº 338-7

Sugere norma que conceda tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte; que estabeleça critérios para a concessão de isenção de tributos, dispensa ou redução de obrigações tributárias. Nº 750-1

Sugere que os mandatos do Presidente e do Vice-Presidente da República eleitos em 15-1-85 terminem em 31-1-89. Fixa a data de 15-11-88 para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, com mandato de 4 anos e direito à reeleição por uma vez, e sugere outras providências. Nº 339-5

PRISCO VIANA — Sugere norma para eleição de deputados federais e estaduais pelo sistema distrital misto, voto majoritário e proporcional. Nº 835-4

RAQUEL CÂNDIDO — Sugere que as jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia elétrica, constituam propriedade distinta da propriedade do solo, sendo, neste caso, o subsolo propriedade da Nação. A pesquisa de minerais, a exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais. Nº 836-2

Sugere que as jazidas, minas e demais recursos minerais constituam propriedade distinta da do solo, sendo neste caso o subsolo propriedade da União. Estabelece, também, que os contratos

de pesquisa mineral e de lavra serão por tempo determinado, renováveis no interesse nacional, conforme dispuser a lei, e que, vencido o prazo desse contrato, não será reconhecido aos titulares do contrato direito à renovação e indenização contra a União. Nº 837-1

Sugere dispositivos sobre a política nacional de petróleo, constituindo monopólio da Nação: I — a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros existentes no território nacional; II — a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; III — o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, bem como o transporte por meio de condutos de petróleo bruto e seus derivados, assim como gases raros de qualquer origem. Nº 838-9

Sugere dispositivos sobre a política nuclear nacional, constituindo monopólio da Nação: I — pesquisa e lavra de minérios nucleares, localizados no território nacional; II — pesquisa e lavra de minérios de interesse para a energia nuclear; III — comércio dos minérios nucleares e de interesse para a energia nuclear e de seus concentrados; dos elementos nucleares e seus compostos; dos materiais físséis e férteis, dos radioisótopos artificiais e substâncias radioativas das três séries naturais, além dos subprodutos nucleares. Nº 839-7

Sugere que do produto da arrecadação do imposto único sobre a extração, circulação, distribuição ou consumo dos minerais do País enumerados em lei 10% (dez por cento) constituam receita da União, 45% (quarenta e cinco por cento) dos Estados, Distrito Federal e Territórios e 45% (quarenta e cinco por cento) dos municípios. Nº 840-1

Sugere seja incluído, entre os bens da União, os recursos minerais de subsolo. Nº 841-9

Sugere a inclusão dos seguintes dispositivos na parte relativa à competência da União: explorar diretamente ou mediante contrato, por tempo determinado; observadas as condições estatuídas em lei, as jazidas, minas e demais recursos minerais; legislar sobre: jazidas, minas, outros recursos minerais e potenciais de energia hidráulica, bem como sobre o regime contratual de sua exploração e aproveitamento. Nº 842-7

Sugere inserir nas Disposições Transitorias o seguinte: a lei regulará a nacionalização progressiva das atividades de exploração e aproveitamento, por empresas transnacionais, de jazidas, minas e indústrias de transformação de minérios que não atendam a diretrizes prescritas nesta Constituição para o setor. Nº 843-5

RICARDO IZAR — Sugere que cadáveres humanos possam ser utilizados para fins de transplante, desde que não haja manifestação contrária do **de cujus**. Nº 390-5

Sugere normas sobre a defesa da Pátria, através da organização das Forças Armadas. Nº 757-9

Sugere que o ensino pré-escolar e o de 1º grau sejam gratuitos e obrigatórios para todos. Nº 758-7

ROBERTO FREIRE — Sugere dispositivo na parte da Nacionalidade, estabelecendo serem brasileiros: I — natos — **a)** os nascidos em território brasileiro, embora de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; **b)** os nascidos fora do território nacional, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil; **c)** os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, embora não estejam estes a serviço do Brasil, desde que registrados em repartição brasileira competente no exterior, dentre outras condições. II — naturalizados pela forma que a lei estabelecer; e sugere outras providências. Nº 851-6

Sugere que todos sejam iguais perante a lei, possuindo a mesma dignidade social; que ninguém pode ser privilegiado, prejudicado ou privado de qualquer direito em razão de sexo, raça, trabalho, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação econômica ou classe social, e dá outras providências. Nº 852-4

Sugere que todos os brasileiros maiores de 16 anos possam votar e os maiores de 18 possam votar e ser votados, ressalvadas exceções na Constituição; que o alistamento e o voto sejam obrigatórios para todos os brasileiros, independentemente de sexo e hierarquia militar, salvo as exceções previstas em lei. Nº 853-2

Sugere que o território da República Federativa do Brasil é o que histórica-

mente lhe pertence, reconhecido internacionalmente; que a fixação e demarcação de suas fronteiras se procedam mediante acordo com o Estado estrangeiro interessado; e que a soberania da República se estenda às águas territoriais e ao espaço aéreo. Nº 854-1

Sugere que os Estados federados, organizados e regidos por suas Constituições e leis, gozem de autonomia política e administrativa, e que respeitem uns aos outros; que a forma de Governo é a republicana representativa; que os mandatos eletivos, que não excederão os mandatos federais correspondentes, sejam temporários; que sejam concedidas garantias ao Poder Judiciário; autonomia municipal; prestação de contas da administração; aplicação aos deputados estaduais dos mesmos impedimentos e proibições impostos aos deputados federais; normas sobre orçamento; imunidades parlamentares aos deputados estaduais iguais às asseguradas aos deputados federais. Nº 855-9

Sugere que os Municípios sejam a expressão política e administrativa do povo e de suas organizações, que se organizem de conformidade com a Constituição Federal e com a Constituição do Estado-Membro a que pertençam e que se rejam por sua Lei Orgânica e pelas leis que editarem; que as Constituições dos Estados-Membros devam definir a organização territorial do Poder Público nas regiões que englobem múltiplos Municípios em processo de conurbação, atribuindo personalidade jurídica ao governo das Regiões Metropolitanas, segundo critérios fixados em lei; tratando de eleições diretas e de imunidades parlamentares. Nº 856-7

Sugere pertencerem à União os seguintes bens: I — porção de terras devolutas indispensável à defesa e ao desenvolvimento nacional ou à manutenção do equilíbrio ambiental; II — lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, constituam limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro, ilhas oceânicas não costeiras, ilhas fluviais e lacustres em zonas limítrofes; III — terras ocupadas pelos índios que sobre elas tenham usufruto perpétuo; IV — mar territorial de 200 milhas; V — plataforma continental, em condomínio com os Estados; VI — espaço aéreo; VII — bens de seu domínio atual. Nº 857-5

Sugere que o Congresso Nacional se componha de 561 representantes do povo, eleitos dentre cidadãos maiores de 18, no exercício dos direitos políticos, por voto obrigatório, direto e secreto. Nº 858-3

Sugere que os candidatos à Presidência da República sejam brasileiros natos, maiores de 35 anos, no gozo de seus direitos políticos e que a eleição se faça por sufrágio universal, direto e secreto, sendo proclamada com a maioria dos votos válidos (não atingida essa maioria, haverá nova eleição nos 60 dias seguintes, entre os dois mais votados). Nº 859-1

Sugere que o Ministério Público, instituição autônoma e independente, seja o órgão do Estado encarregado de fiscalizar e promover o cumprimento da Constituição e da lei, bem como a defesa dos direitos, interesses, liberdades e garantias constitucionais, entre outras disposições. Nº 860-5

Sugere Disposições Preliminares sobre o Poder Judiciário, propondo, dentre outras medidas, que seja tal Poder exercido pelos seguintes órgãos: Tribunal Constitucional; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais e Juízes Militares; Tribunais de Justiça Estaduais; Tribunal do Trabalho e Eleitoral e respectivas Juntas; Juízes Estaduais, inclusive os da Justiça Agrária; Juízes eleitos pelo povo, e Juizados de Conciliação e Pequenas Causas. Estabelece as competências e sugere outras providências. Nº 861-3

Sugere, na parte relativa à divisão de poderes, que o Poder reside no povo, que o exerce através de seus representantes eleitos através dos Partidos; que os Poderes sejam harmônicos e interdependentes; que a instância mais alta seja o Congresso Nacional, que representa a vontade soberana de todo o povo, que o Poder Legislativo da União seja exercido pelo Tribunal Constitucional e demais órgãos e juízes da Justiça; que o Executivo seja exercido pelo Presidente da República, que é o chefe do Estado e representa a República Federativa do Brasil, pelo Chefe do Governo e pelo Conselho de Ministros. Nº 862-1

Sugere ser livre a organização e o funcionamento dos partidos políticos, observados os seguintes princípios: I — regime democrático; II — personalidade jurídica, mediante registro dos esta-

tutos e do programa; III — âmbito nacional, sem prejuízo das funções deliberativas dos órgãos locais; IV — atuação dentro do programa. Nº 863-0

Sugere dispositivos sobre Defesa Nacional e Forças Armadas. Estabelece que as Forças Armadas sejam compostas pela Marinha, Exército e Aeronáutica e que se destinem à defesa contra agressões externas à soberania nacional; que seja submissas aos poderes constituídos e às instituições democráticas; que lhes compete zelar pela integridade e inviolabilidade do Território Nacional, do espaço aéreo, do mar territorial e da plataforma continental, e sugere outros temas. Nº 864-8

Sugere para o Conselho de Ministros decretar Estado de Alarme em casos que especifica. A decretação do Estado de Alarme obriga o Conselho de Ministros a solicitar a declaração de Estado de Sítio, dentro de 48 horas, ao Congresso Nacional. Apresenta as medidas coercitivas autorizadas pelo Estado de Sítio, e sugere outras providências. Nº 865-6

Sugere que a ordem interna e a prevenção e repressão da violência contra os direitos dos cidadãos sejam mantidas pelos órgãos auxiliares da Justiça; estipula atribuições da Polícia; legislação dos Estados membros e participação do Ministério Público e do Poder Judiciário na Corregedoria das cadeias e presídios; entre outras coisas. Nº 866-4

Sugere que os símbolos nacionais sejam: a bandeira, o hino, o selo e as armas vigentes da data da promulgação da presente Constituição. Nº 867-2

Sugere competir à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir: a) taxas arrecadadas em razão do poder de polícia ou pela utilização de serviços específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição; b) contribuição de melhoria, incidente sobre imóveis valorizados por obras públicas. Estabelece algumas vedações e dá outras providências. Nº 868-1

Sugere que a economia seja baseada no primado do trabalho sobre o capital, objetivando a realização da justiça social, sem prejuízo de outras disposições

que a assegurem, e dá todas as demais providências sobre esses tópicos. Nº 869-9

Sugere que o Conselho de Ministros proponha, com a aprovação do Congresso Nacional, o Plano Nacional de Reforma Agrária como parte integrante do Plano Nacional de Desenvolvimento; e, entre outras sugestões que a realização da reforma agrária obrigue a União e os Estados a promover as condições de acesso do trabalhador rural à posse da terra economicamente útil, de preferência na região onde habita. Nº 870-2

Sugere que todos tenham direito a moradia digna e adequada e que seja resguardada a privacidade familiar; que seja garantida aos favelados a posse dos terrenos que ocupam, até seu assentamento definitivo, salvo pelas áreas públicas de uso comum, em benefício da comunidade em seu conjunto; define as competências da União, Estados e Municípios sobre Habitação. Nº 871-1

Sugere inclusão de capítulo sobre recursos diversos, tratando das jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica que constituam propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração, ou aproveitamento industrial pelo Poder Público, direta ou indiretamente, quando por ele autorizado, na forma da lei, vedados os contratos por prazo indeterminado, salvo os deferidos a título precário; trata da exploração e aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos e potenciais energéticos, entre outras disposições. Nº 872-9

Sugere que a lei que discipline a atividade econômica e os investimentos por parte de pessoas singulares ou coletivas estrangeiras deva observar, entre outros, os seguintes princípios: admissão de capital estrangeiro apenas quando não prejudique o nacional, vedada a sua presença em atividades de monopólio estatal ou privativas de brasileiros, ou onde estiver assegurada a reserva de mercado; regime financeiro especial, sem prejuízo da incidência tributária pertinente. Nº 873-7

Sugere, nas Disposições Transitórias, que o Ministério Público revise, do ponto de vista da legalidade dos atos jurídicos, todas as concessões ou aquisições de área superiores a 10 mil hectares

contínuos, provenientes a de um ou mais títulos; trata das grandes propriedades rurais, pertencentes a estrangeiros, sugerindo que deverão ser paulatinamente incorporadas ao patrimônio da União ou dos Estados-membros, conforme Plano Nacional da Reforma Agrária; aborda as necessidades energéticas do País, devendo as mesmas ser atendidas prioritariamente, pelo aproveitamento de seus recursos naturais; trata da dívida externa, levantada nos 6 meses seguintes à proclamação da Constituição. Nº 874-5

Sugere, no capítulo dos Direitos dos Trabalhadores, sejam assegurados aos mesmos os seguintes direitos, visando à sua melhoria social: I — salário mínimo capaz de satisfazer, efetivamente, suas necessidades normais e as de sua família; II — estabelecimento, por lei complementar, dos requisitos a serem observados na fixação do salário mínimo familiar; III — proibição de qualquer prestação salarial inferior à fixada como salário mínimo familiar; IV — criação de Comissão Nacional do Salário Mínimo, constituída por representantes do Congresso Nacional e dos órgãos superiores de liderança dos empregados e empregadores, à qual compete qualificar dados de composição do salário mínimo, entre outras providências e alterações. Nº 875-3

Sugere, no capítulo do Direito de Greve, sendo esta uma forma de defesa dos interesses dos trabalhadores e dos servidores públicos civis, não havendo limitações senão as da Constituição. Sugere seja a deflagração da greve, nos serviços públicos essenciais (assim definidos pelo Congresso Nacional), precedida de divulgação, na forma estabelecida pelos trabalhadores; sugerem devam as autoridades abster-se de qualquer intervenção que possa limitar o direito de greve. Nº 876-1

Sugere, no capítulo de Liberdade Sindical, que os trabalhadores, inclusive os servidores públicos civis, sem distinção de qualquer espécie, tenham direito de constituir e gerir suas organizações sindicais, destinadas a arremeter, desenvolver e promover a defesa de seus direitos e interesses, sob a única condição de aceitar seus estatutos. A filiação é livre; é vedada a pluralidade sindical da mesma categoria; os sindicatos podem criar centrais sindicais; sugere que as organizações sindicais de grau superior de cada ramo econômico devam participar do processo de elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento. Nº 877-0

Sugere, no capítulo da Administração Pública e Servidores, que os cargos, funções e empregos públicos sejam acessíveis a todos os brasileiros, devendo a 1ª investidura depender de aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos; sugerem sejam os cargos em comissão de livre nomeação e demissão; veda acumulação remunerada de cargos e funções; trata da estabilidade dos servidores nomeados por concurso e de sua aposentadoria, sugerindo que esta seja concedida: I — por invalidez; II — compulsória, aos 70 anos; III — voluntária, aos trinta anos de serviço; os proventos podem ser integrais ou proporcionais. Nº 878-8

Sugere, no capítulo da Saúde e da Previdência Social, que esta seja monopólio do Poder Público, sendo proibido a empresas nacionais ou estrangeiras a exploração de caixas de aposentadoria ou seguro social com ou sem fim lucrativo, entre outras medidas. Nº 879-6

Sugere, no capítulo do Ambiente e Qualidade de Vida, caber ao Poder Público, através de vida, caber ao Poder Público, através de órgãos próprios e da colaboração de entidades particulares: a) prevenir e controlar a poluição e seus efeitos; b) preservar e recuperar o equilíbrio ecológico e a natureza; c) promover o aproveitamento racional dos recursos naturais; d) reprimir o abuso do poder econômico, quando prejudicial às condições de ambiente e saúde, punindo os responsáveis com perda da propriedade e pagamento de indenização cabível, obrigando-os ainda a recuperar o equilíbrio ecológico. Nº 880-0

Sugere, no capítulo da Defesa do Consumidor, que o Poder Público intervenha na racionalização do controle de qualidade, na distribuição e no controle dos preços, com a prerrogativa para os Sindicatos de trabalhadores que o desejarem de colaborar na fiscalização; sugere a propaganda subliminar e enganosa seja reprimida criminalmente; que seja proibida a propaganda de produtos de fumo, bebidas alcóolicas e outros nocivos à saúde; que a propaganda de medicamentos esteja sujeita à prévia autorização dos órgãos competentes, vedada a sua transmissão por rádio ou televisão. Sugere que a União e os Estados mantenham um laboratório nacional para produção de medicamentos básicos à saúde pública, assegurando monopólio à indústria farmacêutica. Nº 881-8

Sugere, nas Disposições Gerais da Ordem Social, que os funcionários públicos e os servidores autárquicos ou de sociedade em que haja participação do Poder Público não possam auferir remuneração a qualquer título superior a da mais alta autoridade pública correspondente, respeitados os percentuais por tempo de serviço; que o Estado respeite a organização dos índios nas suas áreas reservadas. Nº 882-6

Sugere, na área da Família, que o Estado reconheça a família constituída pela sociedade una e estável do homem e da mulher, baseada na igualdade jurídica de ambos, em suas relações recíprocas e nas com os filhos. A lei regulará requisitos do casamento e sua dissolução por morte ou divórcio. Assegura, tanto ao homem quanto à mulher o direito de participar, em termos de igualdade, dos bens adquiridos na união. Sugere o direito dos filhos de reconhecimento registado, qualquer que seja a origem da filiação. Trata do pátrio poder subordinado aos interesses morais e materiais do filho. Nº 883-4.

Sugere, no capítulo da Educação, que o Poder Público reconheça e garanta a todos o direito à educação e à igualdade de oportunidade na formação escolar; que o ensino seja público e gratuito, em todos os níveis sendo o particular sujeito a regulamentação e fiscalização do Poder Público. O ensino seja ministrado somente em língua nacional, salvo nas comunidades indígenas. Sugere outras medidas ligadas à educação e ao ensino. Nº 884-2.

Sugere, no capítulo da Universidade, que esta seja autônoma em seu direito de autogovernar-se e de ensinar, pesquisar, criar e criticar, que docentes e discentes tenham igual direito à liberdade acadêmica, que os órgãos superiores da Administração Geral sejam compostos por professores, alunos, funcionários eleitos por sufrágio direto por todo o corpo universitário, que a universidade mantenha estreita comunicação com a sociedade. Sugere que a lei disponha sobre a criação de órgão com atribuições consultivas, incentivando essa colaboração da universidade para com os problemas nacionais. Nº 885-1.

Sugere ser dever do Estado garantir a todos iguais condições de participação no processo social da cultura, cabendo à lei determinar diretrizes básicas da política cultural do País, visando a valorização do homem concretamente situado na realidade nacional. Nº 886-9

Sugere, nas Disposições Gerais da Comissão VIII, que a propriedade e a administração de empresas jornalísticas de qualquer espécie, inclusive de televisão e radiodifusão, vedadas: I — a estrangeiros; II — a sociedade por ações ao portador; e III — a sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. Que a responsabilidade, a orientação intelectual e a administração das empresas inicialmente citadas só caibam a brasileiros natos; a lei poderá regular, no interesse da preservação da cultura nacional e regional, contratos de transferência de tecnologia e programações oriundas do exterior, além de programas de radiodifusão e televisão, sem prejuízo da liberdade de informação. Nº 887-7

Sugere "Preâmbulo e Disposições Transitórias" à Comissão de sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. Sugere, para as Disposições Transitórias, seja concedida anistia a todos os brasileiros que, por motivo político, tenham sido punidos, cabendo ao Congresso Nacional, dentro de 90 dias da data da promulgação da Constituição, regulamentar o dispositivo acima. Nº 888-5

RUY BACELAR — Sugere eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República 120 (cento e vinte) dias depois da promulgação desta Constituição, e aprovação, pelo Congresso Nacional, de normas gerais e especiais para essas eleições. Nº 014-1

Sugere os princípios, as condições de acesso e o financiamento da educação e dá outras providências. Nº 136-8

Sugere que os direitos conferidos por esta Constituição, e que dependam de lei ou de providências do Estado, sejam assegurados por "mandado de injunção", no caso de omissão do Poder Público, tendo rito processual idêntico ao estabelecido para o "mandado de segurança". Nº 367-1

SARNEY FILHO — Sugere a criação da Justiça Agrária. Nº 213-7

Sugere a proibição da fabricação de artefatos bélicos nucleares. Nº 212-5

Sugere a neutralidade do Brasil nos conflitos internacionais. Nº 214-3

Sugere seja disciplinada a participação das regiões Norte e Nordeste nas trans-

ferências tributárias federais, e dispõe sobre a tributação da renda ou proventos da pessoa física. Nº 215-1

Sugere como dever de todos e do Estado a preservação e recuperação do meio ambiente e punição à exploração predatória. Nº 216-0

SIQUEIRA CAMPOS — Sugere abatimento de 50% da renda bruta na declaração do Imposto de Renda da pessoa física adotante de menor carente. Nº 006-0

Sugere aplicação anual de 5% da receita de impostos pela União e de 10% pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, na recuperação e assistência a menores carentes. Nº 007-8

Sugere que em caso de extinção do cargo, o funcionário estável fique em disponibilidade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço. Nº 013-2

Sugere não perder o mandato deputado ou senador investido na função de Ministro de Estado, chefe ou Conselheiro Cultural de Missão Diplomática, Presidente, Governador do Distrito Federal ou de Território, Superintendente, Secretário-Executivo ou Diretor de Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista, Instituições Financeiras, Programas e Projetos Públicos, Secretário de Estado, Prefeito de Capital, Secretário Municipal de capital de Estado, Distrito Federal e Território ou quando licenciado, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares. Nº 033-7

Sugere como competência dos Municípios a instituição de impostos sobre propriedade predial e territorial urbana, cujo aumento seja progressivo na razão direta do número de anos em que o prédio ou terreno forem deixados ociosos. Nº 034-5

Sugere seja distribuído pela União 50% do produto da arrecadação do I.R. e proventos de qualquer natureza bem como do IPI e do IOF na forma seguinte: I-23% aos Estados, Distrito Federal e Territórios, através do Fundo de Participação; II-25% aos municípios, por meio de Fundo de Participação; III-2% ao Fundo Especial a ser regulado sem lei para aplicação em Programas Assistenciais. Nº 35-3

Sugere que a exploração e o aproveitamento de jazidas, minas, recursos minerais e dos potenciais de energia hi-

dráulica dependam de autorização ou concessão federal, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País e que assegurem capital majoritário e maioria de sócios brasileiros. Nº 36-1

Sugere a aplicação obrigatória de percentuais mínimos da renda tributária da União na Região Nordeste e na Amazônia Legal, sendo (3% três por cento) em cada uma. Nº 89-2

Sugere a criação de Comissão Interpartidária, integrada por Deputados e Senadores, destinada a promover a consolidação da legislação brasileira. Nº 90-6

Sugere atualização dos proventos dos servidores públicos inativos na mesma proporção do reajuste concedido, a qualquer título, a vencimentos de servidores ativos titulares de cargos ou funções anteriormente exercidos pelo aposentado. Nº 105-8

Sugere que o cidadão, aos 16 (dezeses) anos, seja alistado eleitor, preservados os casos de maioridade civil depois dos 18 (dezoito) anos, e maioridade penal depois dos 21 (vinte e um) anos. Nº 289-5

Sugere normas sobre o processo de perdimento de bens por administrador, funcionários dos três poderes que malversarem dinheiros públicos; pessoas físicas com dinheiro irregularmente depositado no estrangeiro, pessoas físicas acusadas de enriquecimento ilícito. Nº 392-1

Sugere que a educação de nível médio assegure a formação de mão-de-obra profissional, propiciando aos jovens ingresso no mercado de trabalho; que a celebração de convênios pelo poder público garanta a distribuição de recursos de um fundo de formação profissional, visando a futura formação universitária. Nº 393-0

Sugere serem bens da União: as terras devolutas, superfícies correntes aquáticas, plataforma continental, terras ocupadas por silvícolas, mar territorial. Nº 539-8

Sugere que o Poder Executivo adote providências imediatas para restabelecer e o valor dos proventos dos aposentados que não possam ser inferiores aos salários atribuídos aos que estejam em atividade. Nº 540-1

Sugere que, à data da promulgação desta Constituição, sejam indultados todos os sentenciados que hajam cumprido um décimo da pena, mediante condições que específica, excetuando do benefício os condenados por crime contra o patrimônio, de tráfico de tóxi-

cos, de homicídio, estupro, assalto e corrupção de menor, devendo ser abrangidas pelo indulto, nas condições que cita, os sentenciados portadores de doenças transmissíveis ou incuráveis. Nº 649-1

Sugere fiquem anistiados todos os estrangeiros que entraram ou permanecerem irregularmente no País e que não tenham cometido crimes inafiançáveis. Nº 650-5

Sugere fiquem anistiados todos os devedores do sistema de crédito agrícola e pecuário de valor original até Cz\$ 220.000,00. Nº 760-9

Sugere a adoção, pelo Poder Executivo, de providências garantidoras das agências regionais de desenvolvimento, eliminando a superposição de jurisdição e paralelismo de ação. Nº 761-7

SÓLON BORGES DOS REIS — Sugere normas e diretrizes sobre a educação como direito de todos e dever do Estado, dada no lar e nas escolas; normas que assegurem igualdade de oportunidades para todos, inclusive deficientes físicos e mentais; gratuidade e obrigatoriedade do ensino a todos, de 7 a 14 anos; liberdade da iniciativa particular; ensino religioso nas escolas de 1º e 2º graus; provimento dos cargos de magistério; liberdade de cátedra; participação das empresas na manutenção do ensino básico; incentivo à pesquisa e ao ensino científico e tecnológico; liberdade de organização de seus sistemas de ensino pelos Estados e Municípios; amparo à cultura e a obras e locais de valor histórico. Nº 651-3

TADEU FRANÇA — Sugere que o Estado assegure escolaridade mínima de 8 anos, obrigatória e gratuita a todos a partir dos 6 anos de idade; que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinem 20% (vinte por cento) de seu orçamento aos encargos de Educação, que a admissão à carreira do magistério dependa, obrigatoriamente, de concurso público; que nenhum concurso tenha prazo de validade de mais de 4 (quatro) anos; a concessão de estabilidade imediata para os professores nomeados por concurso; a concessão de aposentadoria, com salário integral, após 30 (trinta) anos para os professores e após 25 (vinte e cinco) anos para a professora; a concessão de aposentadoria compulsória, com salário integral, aos 60 e 55 anos respectivamente, ao professor e à professora. Nº 087-6

Sugere a promoção de uma auditoria da dívida externa brasileira e a elaboração de um perfil da remessa de lucros pelas empresas multinacionais a favor de suas matrizes no exterior. Nº 178-3

TELMO KIRST e outros — Sugere inclusão de dispositivo que proíba a pena de morte. Nº 126-1

Sugere a adoção do sistema distrital misto, majoritário e proporcional, para a eleição de deputados federais e estaduais. Nº 129-5

Sugere a destinação constitucional das forças armadas. Nº 142-2

Sugere caber a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e ao Presidente da República a iniciativa de projetos de lei sobre matéria financeira. Nº 541-0

Sugere dispositivos sobre as organizações policiais militares: Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Nº 542-8

THEODORO MENDES — Sugere a irreduzibilidade do poder aquisitivo dos beneficiários de aposentadoria e pensão, tendo por base o primeiro mês do pagamento respectivo. Nº 543-6

Sugere garantia de reajuste integral aos benefícios de aposentadoria e pensão, sempre que forem majorados, a qualquer título, os salários dos trabalhadores em atividade, aplicando-se em ambos os casos o mesmo percentual. Nº 544-4

UBIRATAN AGUIAR — Sugere que a educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, seja dada no lar e na escola, sendo gratuita nesta, nos seus diferentes graus, pois direito de todos e dever do estado. Nº 290-9

Sugere que legislação específica defina e regulamente a responsabilidade da União, dos Estados, Territórios, Municípios e do Distrito Federal, de forma a assegurar o padrão básico comum de qualidade nos estabelecimentos educacionais. Nº 291-7

Sugere que o Estado promova a integração dos diversos orçamentos, con-

ferindo-lhes transparência, desagregando-os adequadamente e criando condições para sua divulgação, de modo a permitir, por parte das entidades representativas do magistério e da sociedade, o rigoroso controle dos recursos aplicados no setor de educação. Nº 292-5

LIBIRATAN SPINELLI — Sugere normas sobre o sistema particular de ensino e veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a criação de impostos sobre o patrimônio e a renda dos partidos políticos e das instituições de assistência social. Nº 139-2

Sugere a obrigatoriedade do ensino gratuito, dos 6 aos 14 anos de idade, nos estabelecimentos oficiais e particulares com apoio financeiro da União, Estados e Municípios. Nº 141-4

VALMIR CAMPELO — Sugere normas para a eleição de Governador e Vice-Governador do Distrito Federal, para a criação de uma Assembléia Legislativa do Distrito Federal, fixando data para eleições dos cargos mencionados. Nº 224-1

VICTOR FACCIONI e outro — Sugere seja vedada a reforma da Constituição que implique a abolição da Federação, da República ou do Sistema Parlamentar de Governo. Nº 151-1

VICTOR FACCIONI e outros — Sugere seja assegurado ao setor agrícola tratamento prioritário, nos casos que especifica. Nº 152-0

Sugere seja integrado no cômputo do rendimento bruto, para fins de incidência do imposto de renda, indistintamente, quaisquer parcelas dos rendimentos pagos a qualquer título pelos cofres públicos, no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da Administração Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, a ocupantes de empregos, cargos ou funções, postos e mandatos, e a inativos e pensionistas, independentemente do

nome, natureza jurídica e econômica da parcela de rendimentos e da qualificação do respectivo titular. Nº 366-2

Sugere competir privativamente ao Congresso Nacional autorizar e aprovar empréstimos, operações, acordos e obrigações externas, de qualquer natureza, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nº 545-2

Sugere o estabelecimento da prestação, em tempo de paz, de serviços civis e interesse nacional como alternativa ao serviço militar. Nº 546-1

Sugere que na tramitação conjunta, ou em qualquer das Casas, as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei, complementar ou ordinária, de iniciativa dos membros do Congresso Nacional, tenham preferência sobre as proposições versando o mesmo assunto ou que sejam idênticas em seus fins, apresentadas anteriormente pelos órgãos dos demais Poderes. Nº 547-9

Sugere que a fiscalização financeira, orçamentária e operacional sobre os atos da Administração Pública Federal seja exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituído... lei. Nº 548-7

VICTOR FACCIONI e outros — Sugere normas que assegurem a gratuidade de todos os atos necessários ao exercício da cidadania, especialmente os registros civis. Nº 752-8

Sugere normas que disponham sobre o Poder Legislativo e suas atribuições; sobre o Orçamento; sobre o Poder Executivo e as atribuições do Presidente da República. Nº 753-6-

Sugere normas que disponham sobre os direitos da criança, do adolescente e do idoso. Nº 754-4

Sugere normas sobre o Processo Legislativo. Nº 755-2

Sugere normas que disponham sobre apoio e incentivo ao cooperativismo pelo Poder Público. Nº 756-1

VIRGÍLIO TÁVORA e outro — Sugere a criação do "mandado de injunção", aplicável aos casos concretos de inconstitucionalidade por omissão. Nº 155-4

Sugere a inclusão nas Disposições Transitórias da figura da "inconstitucionalidade por omissão". Nº 156-2

Sugere normas reguladoras da fiscalização financeira e orçamentária. Nº 157-1

Sugere normas reguladoras da ordem econômica. Nº 158-9

Sugere se estabeleçam as competências da União, Estados e Municípios para a instituição de impostos e dispõe sobre os produtos da sua arrecadação. Nº 218-6

Sugere normas reguladoras dos princípios e diretrizes da educação e do ensino no País. Nº 315-8

Sugere que a União destine, anualmente, 2% de sua receita de impostos ao reequipamento das Forças Armadas, nas seguintes proporções: I - 1% ao Exército; II - 0,5% à Marinha; III - 0,5% à Aeronáutica. Nº 549-5

Sugere disposições gerais sobre o Poder Judiciário, em que apresenta os órgãos que exercem e suas respectivas competências. Nº 550-9

WALDECK ORNELLAS — Sugere anistia previdenciária para os municípios, e a perda deste benefício pelo Município que, nos próximos 5 (cinco) anos, atrasar por mais de 90 (noventa) dias recolhimento de suas contribuições. Nº 092-2

Sugere competir à União por, (entre outras coisas) — explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, os serviços de: ... — Transporte coletivo de alta capacidade. Nº 551-7